

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mateus de Oliveira Martins da Silva

LIMITAÇÕES DEPENDENTES DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO NO
SÉCULO XXI

Uberlândia/MG
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mateus de Oliveira Martins da Silva

Limitações Dependentes do Desenvolvimentismo Brasileiro no Século XXI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI-UFU) como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

Uberlândia/MG
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2025	Silva, Mateus de Oliveira Martins da, 1998- Limitações Dependentes do Desenvolvimentismo Brasileiro no Século XXI [recurso eletrônico] / Mateus de Oliveira Martins da Silva. - 2025.
	Orientadora: Marisa Silva Amaral. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.
	Modo de acesso: Internet.
	DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.517 Inclui bibliografia.
	1. Relações Internacionais. I. Amaral, Marisa Silva, 1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.
	CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele Cristine
Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mateus de Oliveira Martins da Silva

Limitações Dependentes do Desenvolvimentismo Brasileiro no Século XXI

Banca Examinadora constituída pelos professores:

Fernando Corrêa Prado (ILAESP-UNILA)

Diógenes Moura Breda (IERI-UFU)

Marisa Silva Amaral (IERI-UFU)
Orientadora

Uberlândia, 28 de agosto de 2025.

RESUMO

O chamado novo-desenvolvimentismo surgiu no horizonte político brasileiro desde o início dos anos 2000. Seus autores reclamam ascendência direta na teoria desenvolvimentista dos primeiros anos da CEPAL, responsável por debates de economia política importantes para o pensamento latino-americano. Uma teoria que à época se defrontou com o desenvolvimentismo é a Teoria Marxista da Dependência. Este texto tem como objetivo apresentar e criticar os argumentos apresentados pela teoria novo-desenvolvimentista. Para isto, se utiliza principalmente a perspectiva marxista em geral e dependentista em específico. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimentismo contemporâneo comete imprecisões a respeito dos próprios processos históricos de desenvolvimento aos quais se refere, se buscou aqui apresentar o desenvolvimento tanto enquanto movimento econômico e político mas também em sua evolução enquanto objeto de pensamento.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Teoria Marxista da Dependência; Marxismo; Brasil.

ABSTRACT

So-called new developmentalism emerged on the Brazilian political horizon in the early 2000s. Its authors claim direct ancestry in the developmental theory of the early years of ECLAC, which was responsible for important political economy debates in Latin American thought. One theory that at the time clashed with developmentalism is Marxist Dependency Theory. This text aims to present and critique the arguments put forward by new developmentalism. To this end, it primarily utilizes the Marxist perspective in general and the dependency theory in particular. Assuming that contemporary developmentalism makes inaccuracies regarding the very historical development processes to which it refers, this article seeks to present development both as an economic and political movement and also in its evolution as an object of thought.

Keywords: Developmentalism; Marxist Theory of Dependency; Marxism; Brazil.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
A Materialidade da Teoria.....	8
Capítulo 1 – Pensamento desenvolvimentista e história do desenvolvimento.....	12
1.1. Breve história do desenvolvimento americano e brasileiro.....	18
1.2. A Teoria Marxista da Dependência.....	27
Capítulo 2 - Crítica marxista ao novo-desenvolvimentismo.....	42
2.1 Os argumentos novo-desenvolvimentistas.....	43
2.2 Dificuldades do argumento novo-desenvolvimentista.....	52
2.3 As elites e a estagnação.....	56
2.4 Crítica Marxista.....	62
Capítulo 3 - Estado dependente e novo-desenvolvimentismo.....	70
3.1 Retrato do declínio do novo-desenvolvimentismo: 2013-2016.....	76
Considerações Finais.....	88
Referências Bibliográficas.....	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Coalisões dominantes possíveis e sua composição.....	52
TABELA 2. Frentes Parlamentares Industriais (2003-2025).....	59
TABELA 3. Brasil: Proporção entre o Custo Médio da Cesta Básica e o Salário Mínimo.....	80
TABELA 4. México: Proporção entre o Custo da Cesta Básica e o Salário Mínimo.....	82
TABELA 5. Brasil: exportações por grupo de produtos, 2013-2016 (em US\$ milhões e %)......	85
TABELA 6. Brasil: importações por grupo de produtos, 2013-2016 (em US\$ milhões e %)......	86

Introdução

A Materialidade da Teoria

No campo de Relações Internacionais, assim como na Economia, enquanto ciências sociais contemporâneas, é comum a compartimentalização e especialização do conhecimento. Isto significa metodologicamente que, mesmo análises sobre processos sociais complexos, expressam-se apenas em âmbito unilateral; não se incorporam dimensões políticas e/ou econômicas, culturais ou sociais. Jaime Osório (2014) compartilha deste posicionamento, considerando que se deve partir, dentro das ciências sociais, e em especial na Economia, de uma concepção unitária do econômico e do político. De acordo com ele, é pela separação do econômico do político que economistas, politólogos e sociólogos têm baixa capacidade de explicação dos fenômenos sociais.

Nas Relações Internacionais o cenário não é significativamente diferente do postulado acima. Um dos motivos para tanto repousa no que Robert Cox (1981) nomeou como “Teorias de Solução de Problemas”. Estas incluem tanto a teoria (neo)realista e a chama (neo)institucionalista (ou neoliberal). De acordo com Cox, tais teorias partem do sistema internacional e suas instituições como dados, e se dedicam exclusivamente a resolver problemas que surgem no mesmo, de forma que tudo funcione de maneira “mais eficiente”.

Não se questiona, assim, a configuração do sistema internacional. Pode-se inferir que tais teorias pressupõem ontologicamente a estabilidade sistêmica; em outras palavras, são teorias conservadoras de relações internacionais. Assim sendo, ainda de acordo com Cox (1981), problemas específicos tendem a ser metodologicamente encarados apenas pelas áreas nos quais surgem, e as teorias de solução de problemas posicionam-se epistemologicamente de forma fragmentária: o *ceteris paribus* é a premissa básica comum.

A presença hegemônica de tais abordagens no campo se dá, pelo menos, por dois motivos diferentes. Em primeiro lugar, o mais óbvio, se trata de que suas análises são de fato úteis para a compreensão de fenômenos, mas somente ao se partir do ponto de vista hegemônico. Não é então coincidência que grande parte da academia de relações internacionais seja baseada nos EUA, e que seus principais teóricos sejam quase na totalidade americanos, e seus textos escritos em inglês. Ademais, para além da academia, há uma série

de *think-tanks* e instituições internacionais promovidas pelos EUA que incorporam os profissionais de relações internacionais enquanto burocracia¹.

O segundo motivo para a presença hegemônica em questão tem raiz numa série de processos sociais e políticos convergentes no fim do século XX, no que Sotelo Valencia (2018) aponta como a “contrarrevolução no pensamento social”:

O “pensamento único” anunciou com fanfarra o “fim da história” — o “triunfo do capitalismo” frente ao “fracasso” do socialismo no mundo — a reabilitação das “democracias governáveis” sob as diretrizes de Washington e o “fim” das desigualdades sociais e das contradições do capitalismo graças ao “virtuosismo do mercado” (Valencia, 2018, p.10, tradução nossa).

Tal processo de expansão da ideologia neoliberal não se deu puramente sobre o nível da argumentação acadêmica, mas promovido, especialmente na América Latina, sob os efeitos ideológicos e políticos dos golpes militares. O autor indica que, principalmente com o golpe no Chile em 1973 sobre Salvador Allende, se estabeleceu um “efeito demonstração” no sentido de que as perspectivas econômicas e políticas não-alinhadas à hierarquia americana não eram viáveis (Valencia, 2018, p.10). A Teoria da Dependência surge no final dos anos 1960 justamente nesse contexto social e político, incorporando aos temas do desenvolvimento o tema da divisão tecnológica, que já despontava, e dos problemas de raiz financeira (Marini, 1992, p.262).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) se constitui, de acordo com Valencia (2018), no Brasil, mas se desenvolverá apenas no Chile e posteriormente no México, por efeito dos golpes militares (Valencia, 2018, p.20). Como ilustração, Ruy Mauro Marini, teórico brasileiro fundamental ao pensamento dependentista, se exila no México de 1964 a 1970, transfere-se para o Chile, onde trabalhará com Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, entre outros, apenas para terem de se exilar novamente no México, em 1973, devido ao golpe sobre o governo Allende (MARINI, 2022, p.332-334). Significativo neste cenário é o fato de que o primeiro curso de graduação em Relações Internacionais no Brasil foi criado em 1974, na UnB (Julião, 2012, p.16). Ainda que não seja uma relação causal direta, é exemplar que sob o mesmo projeto político que promoveu a perseguição à Teoria da Dependência no Brasil (e em grande parte da América Latina, de onde a TMD é autóctone) que se importam,

¹ Seria interessante realizar o mapeamento desses processos em pesquisas futuras. Espera-se mapear neste trabalho, em seção à frente, a presença da TMD no campo das RI no Brasil.

principalmente dos EUA, modelos teóricos substitutos de interpretação do sistema internacional.

O cenário geral da desarticulação da esquerda latinoamericana informa, como se pode inferir, a exclusão desde então do pensamento dependentista de grande parte das ciências sociais latinoamericanas, principalmente no Brasil. Este cenário se estende em longa duração no tempo: se iniciando numa conjuntura específica nos anos 1960, transforma-se também com as alterações estruturais da economia e política internacionais nos anos 1980.

É a partir dos anos 1980 que convergem a crise estrutural do capitalismo, a perseguição de intelectuais e ativistas sociais, a queda do muro de Berlim e o choque da implementação do consenso de Washington — ambos em 1989 — com os processos de redemocratização frente ao desgaste das ditaduras militares. A redemocratização, enquanto grande avanço social, também significou, de acordo com Valencia, a desarticulação da perspectiva revolucionária sob a expansão e vitória das concepções liberais de democracia (Valencia, 2018, p.11).

Sendo assim, a Teoria Marxista da Dependência se constitui como corpo teórico vinculado à militância de esquerda, e seu ocultamento (partindo do princípio de que é um processo ativo de cerceamento, pelos motivos apontados acima) tem raízes comuns com a própria perseguição contra a esquerda latinoamericana. Marini afirma, em entrevista a Valencia (1990), que “há uma correspondência lógica entre a ideologia neoliberal, o desarme da esquerda e a crise do padrão de reprodução: os três elementos se combinam” (Valencia, 1990, p.56, tradução nossa). A crise no padrão de reprodução em questão é o grande movimento de reorganização neoliberal da economia global ensejado pelos EUA após o fim do padrão dólar-ouro na década de 1970. Este é o mesmo processo que, na década de 1990, foi nomeado de globalização, sobre o qual trataremos mais adiante.

Postas essas questões de fundo, esta dissertação tem como objetivo a análise das contradições econômicas, sociais e políticas que marcam o projeto desenvolvimentista no século XXI, em especial o chamado “novo-desenvolvimentismo”, sua vertente mais marcadamente neoliberal, muito promovido pelo economista Bresser-Pereira, ainda que em diálogo com outros autores. Tal análise se dá fundamentada na Teoria Marxista da Dependência. A pergunta que nos norteia é a seguinte: o novo-desenvolvimentismo, ao buscar um projeto de desenvolvimento reformista-conciliador, que mantém intactas as relações estruturais de acumulação de capital na periferia, é capaz de promover desenvolvimento dentro de uma relação dependente? Ainda: a política social-democrata de

esquerda promovida pelo Partido dos Trabalhadores difere, neste aspecto, do novo-desenvolvimentismo, ou se mantém circunscrita às mesmas limitações?

Para alcançar esses propósitos específicos, o trabalho está estruturado em outros três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo busca traçar um estabelecimento básico, de cunho histórico, sobre o cenário político, econômico e intelectual de onde surge o debate desenvolvimentista, anterior à sua versão “moderna”, e o dependentista marxista. O segundo capítulo estabelece o debate crítico sobre os argumentos novo desenvolvimentistas pela perspectiva dependentista²; para tanto se busca demonstrar os argumentos novo desenvolvimentistas diretamente apresentados por seus autores e, em sequência, apresentar a crítica desses argumentos, não simplesmente como aparece esporadicamente na discussão dependentista, mas de forma ativa através dos fundamentos desta. O terceiro capítulo se debruça sobre o cenário contemporâneo de dependência brasileira e o analisa por meio dos argumentos dependentistas, afiados no debate com o novo desenvolvimentismo; se optou por restringir a análise temporalmente entre os anos de 2013 e 2016. Os argumentos específicos para as escolhas aqui anunciadas se dão, via de regra, no início de cada seção.

² Salvo quando explicitamente enunciado, a teoria da dependência tratada neste texto é sempre a de vertente marxista.

Capítulo 1 – Pensamento desenvolvimentista e história do desenvolvimento

Levando em consideração que este texto tem como intenção a crítica ao novo desenvolvimentismo, é importante fazer alguns apontamentos preliminares a respeito do método. Tratando-se não apenas de um receituário de políticas públicas, mas de um corpo razoavelmente definido de pensamento teórico, o novo desenvolvimentismo, e principalmente o desenvolvimentismo que lhe dá base, precisa ser analisado com certas distinções. Primeiro, é fundamental apresentá-lo enquanto o desenrolar cronológico de uma linha de raciocínio ou argumentação, promovido em diferentes contextos e por diferentes autores. Se tratando de uma teoria de ação política e econômica, é fundamental analisá-la não apenas em termos formais do pensamento mas também no desenvolvimento histórico no qual se dá esse pensamento; isto é, no desenvolvimento econômico, político e social da sociedade brasileira, necessariamente recortados de forma a possibilitar o máximo diálogo para com as perspectivas aqui apresentadas³.

Ainda, é necessário destacar que grande parte das determinações hoje fundamentais para a compreensão de nossa realidade social é também encontrada nas décadas anteriores. Em grande medida, é surpreendente, como ficará sinalizado já neste capítulo, o quanto certos argumentos se mantêm basicamente os mesmos apesar das significativas mudanças pelas quais a sociedade brasileira passou. É também através da crítica às concepções desenvolvimentistas promovidas na CEPAL, e o diálogo destas com as implicações políticas e sociais do subdesenvolvimento à época que, em grande parte, germina o corpo teórico dependentista. De acordo com Marini, a CEPAL surge enquanto projeto para a promoção teórica das teses desenvolvimentistas capitalistas para a América Latina. Com base neoclássica, se canalizaram os interesses das burguesias nacionais desses países emergentes às conclusões de que o desenvolvimento se daria através dos capitais (públicos e privados) e tecnologias dos países centrais (Valencia, 1990, p.50-51).

Seria simplificação grosseira, porém, caracterizar o desenvolvimentismo cepalino como puro reflexo dos ideólogos dos países centrais — há um rol de características próprias ao desenvolvimentismo latinoamericano que supera tais concepções baseadas nas vantagens comparativas. Marini indica que, apesar de ter sido concebida pela ONU para justificar as disparidades globais e promover uma visão do subdesenvolvimento como etapa prévia do

³ Uma terceira perspectiva “desenvolvimentista” razoavelmente recente que vem ganhando relevância, digna de futuras investigações, mas que não abordaremos aqui, é a inspirada pelo desenvolvimento chinês e expressa em autores como Elias Jabbour.

desenvolvimento, a CEPAL (comissão econômica mais ativa dentre as outras criadas para a periferia) foi além das concepções pretendidas pela ONU ao compreender o subdesenvolvimento como também um resultado das transferências de valor da periferia ao centro do sistema capitalista, (ainda que não ainda expressa de tal forma, mas sob o conceito da deterioração dos termos de troca) (Marini, 1992, p.262).

A CEPAL, de fato, critica a teoria clássica das vantagens comparativas através da demonstração da deterioração dos termos de troca, expressando que o subdesenvolvimento da região latinoamericana em grande medida se deu pela transferência, no comércio internacional, dos recursos que materializaram o desenvolvimento do centro capitalista (Valencia, 1990, p.51). A deterioração se dava na prática enquanto uma descapitalização através das transferências de valor no comércio internacional proveniente da exportação de bens de baixo valor agregado e a importação de bens de alto valor agregado. O projeto defendido então pela CEPAL era a industrialização das economias periféricas; isto ao mesmo tempo favoreceria a balança comercial da periferia latinoamericana e resolveria os problemas sociais e de instabilidade política na região. O desenvolvimento por via da industrialização, como aponta até mesmo Marini, tinha como pressuposto a elevação do nível de vida da maioria da população, a luta pela soberania nacional e a defesa consequente das instituições democráticas e dos direitos da população. Entretanto, enquanto essas teses tiveram grande sucesso nos anos 1950, já nos anos 1960 se encontraram em grave crise — um cenário de crise econômica e principalmente política que significou um abandono do protecionismo industrial, o cerceamento dos direitos civis, da soberania nacional e da institucionalidade democrática na região (Marini, 1992, p.262).

As teorias desenvolvimentistas, inclusive a cepalina, à época estiveram fundamentalmente baseadas em duas concepções fundamentais. Primeiro, a concepção da relação subdesenvolvimento-desenvolvimento enquanto um *continuum*, no qual o subdesenvolvimento é simplesmente uma etapa anterior ao desenvolvimento, num mesmo processo capitalista (Valencia, 1990, p.50; Valencia, 2018, p.3).

Como Valencia (2018) aponta, isto se dá de maneira mais clara em Rostow (1974), americano anti-comunista que fora conselheiro de segurança nacional de Lyndon B. Johnson entre 1966 e 1969 e que, de acordo com Valencia, seria relacionado com a CIA (Valencia, 2018, p.3). Em Rostow (no seu livro “Os estágios do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista”) há a caracterização do *continuum* subdesenvolvimento-desenvolvimento em cinco etapas: (i) sociedade tradicional, (ii)

condições prévias para a decolagem (*take-off*), (iii) impulso inicial, (iv) maturidade, (v) consumo de massa de bens e serviços para as populações (Valencia, 2018, p.3).

As diferentes conjunturas nacionais devem ser apenas decompostas em índices quantitativos e posicionadas em modelos sociais pré-estabelecidos — esta é a segunda concepção comum às teorias do desenvolvimento. A análise econômica se utiliza de índices como alfabetização, nutrição, natalidade, renda per capita, produtividade etc. para expressar o nível em que uma sociedade se encontra na trajetória de desenvolvimento capitalista. Para Valencia, tais modelos se apresentavam como reação ideológica e política dos países centrais, justificando a ordem internacional do pós-guerra (Valencia, 2018, p.3). Para Marini, o importante a se indagar com base nestes dados é por quê uma população é mais ou menos nutrida, mais ou menos educada, tem mais ou menos renda; e com tais modelos não se pode explicar a natureza do subdesenvolvimento (Valencia, 1990, p.50).

Reforçando Marini (1994), a CEPAL, a partir do momento em que se baseia centralmente numa concepção na qual subdesenvolvimento e desenvolvimento se compreendem em progressão linear, sendo o subdesenvolvimento sinônimo de um não-capitalismo e simplesmente a etapa anterior ao capitalismo em si, implicou uma construção teórica na qual o desenvolvimento seria algo passível de ser alcançado por todos, ainda que com dificuldades estruturais. Um segundo postulado desta concepção é que o desenvolvimento significa não apenas a expansão, por exemplo, do parque industrial (sendo a indústria elemento de destaque analítico à teoria desenvolvimentista) mas, de fato, a modernização das relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas de um determinado país.

A concepção exata do que seriam tais relações modernas se assemelha à própria imagem dos países já desenvolvidos à época (situando-se este debate cepalino ainda entre o pós-guerra e os anos 1960): fundamentalmente os Estados Unidos e seus consortes europeus. É fundamental neste momento do texto pontuar cada uma destas características, pois, como se pretende apontar adiante neste trabalho, várias destas concepções permanecem como fantasmas reencenando estes mesmos temas ainda que em conjunturas contemporâneas, já muito posteriores às da época de seu surgimento. Ainda de acordo com Marini (1994), tais concepções revelam um terceiro aspecto fundamental da teoria desenvolvimentista que se expressa em termos metodológicos, e cuja crítica é fundamental para a concepção do trabalho aqui apresentado. De acordo com o autor, sendo a diferenciação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento “momentos constitutivos de uma mesma realidade” puramente

diferentes em termos de escala, então o próprio método de análise deveria ser, numa concepção desenvolvimentista, puramente descritivo e estatístico:

Assim, o subdesenvolvimento seria definido por meio de uma série de indicadores: produto real, grau de industrialização, ingresso *per capita*, índices de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade e esperança de vida, etc., destinados a classificar as economias do sistema mundial e registrar seu progresso no caminho ao desenvolvimento (MARINI, 1994).

A partir desta crítica apontada por Marini é possível estabelecer certa intuição também a respeito de como deve proceder a análise da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou melhor, de dependência: não se trata puramente de observar um fenômeno, um dado, específico, mas analisá-lo em seu aspecto funcional para um todo, concreto, que nos ajuda a indicar o sentido do processo global que enseja tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento; não se trata de um subjetivismo que ignore os dados apresentados, e sim, antes, a posição analítica de que o estudo estatístico não pode ser compreendido em abstrato, mas fundamentalmente conectado com o desenvolvimento histórico (político, social, ideológico, econômico) que confere sentido ao estudo estatístico. Caso contrário a ciência econômica seria nada mais que pura contabilidade e o desenvolvimento seria questão de alocação ótima de recursos hipotéticos, ou ainda:

Os inconvenientes desta metodologia são evidentes. Por ser essencialmente descritiva, não possui qualquer capacidade explicativa. O resultado acima é uma perfeita tautologia: uma economia apresenta determinados indicadores porque é subdesenvolvida e é subdesenvolvida porque apresenta estes indicadores. Girando em círculo, a análise não pode aspirar senão estabelecer correlações verificáveis, que não jogam, por si, nenhuma luz sobre as questões referentes à causa e efeito (Marini, 1994).

Ainda sobre o desenvolvimentismo, e dentro dos postulados aqui apontados, a CEPAL fora capaz de reconhecer – o que é de suma importância – que em termos de comércio internacional, a progressiva presença monopolista das economias centrais sobre o mercado global significou um desbalanceamento do mesmo em favor delas: já desde o século XIX é possível observar que, tendencialmente, os países “desenvolvidos” lucram de forma desigual em comparação com os países “em desenvolvimento”, o que, na prática, se compreende como (na teoria desenvolvimentista) transferências de renda; isto se daria pela diferença entre o

padrão de produção e consumo de uma economia primário-exportadora (na periferia) de uma economia industrializada (no centro).

Como aponta o próprio Prebisch em 1949, o progresso técnico de forma alguma se espalhava de forma gradativa sobre todos os grupos e classes sociais, mas mantinha-se circunscrito apenas entre os países desenvolvidos industrialmente. Disto é que se podiam justificar as enormes discrepâncias em termos de padrão de vida das massas entre tais grupos de países (Prebisch, 2000, p.72). O desenvolvimento industrial significaria, em termos práticos, ganhos de produtividade que se baseiam e também alimentam uma capacidade interna de geração de inovações tecnológicas e de um mercado de trabalho dinâmico, com salários (tendencialmente) elevados — tendo os preços internacionais não necessariamente se reduzindo à mesma velocidade que os ganhos de produtividade, o que, na prática, implica em claras transferências de valor. O país “subdesenvolvido”, por sua vez, ao não ser uma economia industrial, teria dificuldade em ter ganhos de produtividade pela ausência de geração de inovação tecnológica; a incapacidade de expansão produtiva teria efeitos imediatos na capacidade de absorção de mão-de-obra tanto no setor primário quanto de serviços, e o reflexo disso seria uma força de trabalho paga com salários tendencialmente mais baixos e, portanto, um mercado interno menos dinâmico (Marini, 1994).

É precisamente nesta concepção da desigualdade em termos da estruturação do comércio internacional que a teoria desenvolvimentista mais se aproximou do campo marxista, à época nas postulações da teoria do imperialismo, e do que posteriormente viria a ser a teoria marxista da dependência. Pode-se dizer que a grande preocupação de Prebisch era, antes de mais nada, o aumento da produtividade das indústrias nacionais que impliquem em substituição de importações. O grande papel dos Estados periféricos seria, assim, possibilitar tais esforços de capitalização (Prebisch, 2000, p.78).

É exatamente neste aspecto que o desenvolvimentismo enquanto paradigma político atual, desde os debates iniciais da CEPAL, ainda apresenta, em termos retóricos e mesmo políticos, manifestações nacionalistas, “anti-imperialistas”, em defesa da indústria e autonomia nacionais. Entretanto, ainda hoje, em suas versões atualizadas, das quais trataremos à frente, o desenvolvimentismo não fora capaz de superar a concepção mistificadora da continuidade entre subdesenvolvimento e desenvolvimento; a desigualdade inerente ao comércio internacional seria meramente uma dificuldade a mais que “políticos desenvolvimentistas” “verdadeiramente nacionalistas” teriam de ser capazes de navegar.

De acordo com Mollo (2015), dentre as várias perspectivas desenvolvimentistas (salvo as perspectivas puramente neoliberais), há a perspectiva da “*necessidade de*

intervenção estatal ativa e a busca por reduzir a pobreza e a desigualdade”; a superação do subdesenvolvimento e da pobreza, a industrialização e o intervencionismo estatal seriam pontos comuns às teorias desenvolvimentistas tanto “pós-keynesianas” quanto marxistas. De acordo com a autora, é possível a conciliação entre o “desenvolvimentismo marxista” e pós-keynesiano (Mollo, 2015, p.746-747).

Esta concepção de Mollo (2015) é uma abordagem mais recente no debate novo desenvolvimentista e, como já apontado, mantém a percepção de que é necessário o desenvolvimento econômico enquanto fator para a melhoria social (diminuição da desigualdade etc.). É de se reconhecer que Mollo percebe uma característica importante no debate marxista, isto é, que a dependência não redundava em pura estagnação para a periferia latino-americana; pelo contrário, como aponta Marini, a dependência prevê sim a possibilidade de desenvolvimento, mas este se dá de forma dependente e com uma série de contradições estruturais: *“O problema não é simplesmente que o desenvolvimento não seja possível ou não seja desejável; senão que o desenvolvimento capitalista na América Latina é necessariamente um fator que aprofunda e agrava as condições de dependência”* (Valencia, 1990, p.52, tradução e grifos nossos).

Com os anos 1960, as teorias desenvolvimentistas foram vitimadas pela instabilidade social e política da crise econômica, que levou ao processo de instauração das ditaduras militares. Marini (1992) indica que as ditaduras foram responsáveis por promover o desenvolvimento econômico às custas das liberdades políticas⁴ da população. Converging pontualmente com a percepção de Mollo (2015), desenvolvimento e dependência, tanto na teoria cepalina quanto na teoria da dependência, para Marini, se relacionavam com a elevação do nível de vida das maiorias, a defesa da democracia e das liberdades civis, além da soberania nacional. Este cenário é radicalmente alterado na ditadura, apesar do discurso ufanista. Este processo de desnacionalização da economia é também, e fundamentalmente, um processo político. Desta forma se percebe a continuidade do projeto das ditaduras militares, do ponto de vista do capital, com o discurso neoliberal dos anos 1980 e 1990, que também trabalhou para ocultar tanto a perspectiva dependentista quanto a desenvolvimentista.

As ideias que tomaram seu lugar preocupam-se principalmente com a competitividade industrial, com a liberdade de ação dos capitais

⁴ Há bibliografia considerável (Cf. GUÉRIN, Fascismo e Grande Capital) a respeito da correlação entre movimentos fascistas e a necessidade de salvaguarda dos interesses burgueses nacionais. No Brasil, isto ganha contornos próprios, ao se considerar o caráter associado de sua burguesia.

privados e com a integração subordinada a algum dos blocos econômicos que estão construindo os grandes centros capitalistas (Marini, 1992, p.263).

As diversas perspectivas desenvolvimentistas não assumiram posição revolucionária como base para suas implementações. Isto provocou diversos autores que se aproximaram da TMD a se afastarem das mesmas, ao longo do processo de constituição da teoria e de seu adentramento gradual no marxismo (Valencia, 1990, p.53). A TMD não vê que o desenvolvimento seja impossível dentro dos limites impostos pela dependência, mas que o custo desse desenvolvimento é mais dependência, reforçando suas bases, e a superexploração das massas trabalhadoras. No cenário contemporâneo, no qual a hierarquização das relações internacionais se dá de maneira cada vez mais aguda, a perspectiva revolucionária aparenta ser capaz de analisar com maior acuidade as dinâmicas políticas internacionais que impõem o subdesenvolvimento e a dependência.

Ao longo da década de 1970 e principalmente da década de 1980 o desenvolvimentismo se viu declinante em prestígio enquanto teoria econômica; se constituía a nível político e ideológico a supremacia dos ideais neoliberais. A competição empresarial, a liberdade de capitais, a superioridade dos interesses privados e principalmente do capital financeiro internacional, o desmonte e privatização dos aparatos estatais, entre outros, se tornaram uma nova doutrina econômica a reivindicar para si a chave para o desenvolvimento econômico, totalmente oposta aos ideais desenvolvimentistas.

Ainda neste momento, é válido reforçar o contexto histórico no qual se dá, e como fora possível que assim fosse, o declínio do desenvolvimentismo, enquanto expressão dos atributos já apontados (o enfoque na indústria, no consumo interno, na redução da pobreza, tudo isso incentivado pelos Estados) tanto na periferia quanto no centro, onde este modelo teria ocorrido de forma “exemplar” — como já sinalizado aqui e como bem aponta Miranda (2025). Parte do pensamento progressista ainda observa com certo saudosismo o período desenvolvimentista do pós-guerra, mas tais concepções voluntaristas não precisam exatamente o aspecto mais fundamental que norteou esse processo: as condições gerais para a expansão do capital, ou seja, suas condições de produção e expansão, e a forma como tais condições impactam a luta de classes, expressas na política.

1.1. Breve história do desenvolvimento americano e brasileiro

Abre-se margem para a investigação de um outro aspecto caro ao tema deste texto, isto é, o papel do Estado enquanto agente no processo de desenvolvimento, e ainda mais do

Estado de um país subdesenvolvido (para se manter ainda na concepção desenvolvimentista). Para tanto, é interessante agora apontar certa cronologia de processos políticos e econômicos engendrados no período. De acordo com Marini (1994), o desenvolvimentismo carrega a concepção (inegavelmente liberal, diga-se de passagem) de que o Estado é algo situado acima da sociedade, capaz de racionalidade própria e, com base nisto, capaz também, de fato, de promover o desenvolvimento por meio de políticas econômicas. O desenvolvimento, frisa-se, é aqui a mesma coisa que a industrialização, pois a industrialização é vista no desenvolvimentismo como dotada de capacidades “milagrosas” para a transformação social; e era, portanto, essencialmente preferível a qualquer política de enfoque distributivo, por exemplo.

Como sugere Miranda (2025), existe certo entusiasmo nas análises progressistas (um campo razoavelmente amplo) a respeito do que se enxerga como um momento histórico desenvolvimentista, os infames “anos gloriosos” do capitalismo que ocorreram no pós-guerra e que teriam, infelizmente, sido destruídos por uma nova ordem terrivelmente financista neoliberal na qual o desenvolvimentismo enquanto projeto fora barrado. Ainda de acordo com o autor, haveria a perspectiva de que o período significou uma “regulação democrática” do ímpeto financista em algum tipo de acordo social que seria o Estado de bem-estar social. Com base nisto, surge, na prática, a percepção de que tal arranjo deveria ser repetido na configuração atual. O que se ignora nestas posições é que, justamente, a aparência formal do arranjo social à época (ou seja, a forma como a luta de classes se expressava) precisa ser compreendida antes de qualquer coisa com base nas necessidades da época para a reprodução do capital, e como ela afetava a luta de classes.

O que por vezes é compreendido, então, como uma maior interferência regulatória estatal pode ser melhor compreendido, argumenta-se, como a expressão confessa das necessidades mais imediatas para a reprodução do capital. Robert Kurz também aponta nessa direção ao inferir que a necessidade da inversão ideológica operada pela esquerda (no caso, ele obviamente pensa a esquerda europeia) é “o desejo desesperado de se refugiar de novo nos tempos da prosperidade fordista e da regulação keynesiana” — desejo pelo qual a própria esquerda corre o risco de se tornar reacionária (Kurz, 2015, p.36). A regulamentação das finanças promovida pelo Estado nada mais era do que a política necessária para estabilizar as necessidades de acumulação privada e a “temperatura” da luta de classes (Miranda, 2025).

Como já indicado anteriormente, o desenvolvimentismo tem certa concepção emancipatória do processo industrializante, que se tornaria verdadeira modernização da economia e sociedade subdesenvolvida, ainda que seja merecedor de uma pesquisa à parte.

Mesmo nos países desenvolvidos seria descabido caracterizar *a priori* algum tipo de sociedade mais igualitária ou democrática. Como aponta Theotônio dos Santos (1996), a industrialização para as discussões da CEPAL funcionava “*como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, do progresso, da modernidade, da civilização e da democracia política*”. Diga-se de passagem, é curioso que no país onde o “milagre econômico” se deu sob ditadura militar esta percepção seja ainda comum no campo progressista.

Levando isto em consideração, é interessante para nós retratar não apenas o cenário de onde ocorre o desenvolvimento e o desenvolvimentismo brasileiro, mas também, à guisa de comparação com a percepção ideal de desenvolvimento, retratar também em parte o desenvolvimento americano no século XX, no modo em que ele se estabelece enquanto “cavalo de santo” dos anos dourados do capitalismo. Para compreender o arranjo político econômico do “desenvolvimentismo” americano do pós-guerra é necessário observar certos acordos político-sociais já alcançados domesticamente mesmo antes da guerra; o estabelecimento do poder americano enquanto hegemonia incontestável no sistema internacional (ao menos no campo capitalista) é um processo bem documentado nas relações internacionais e pode ser focado analiticamente no século XX com razoável confiança.

Já no pós primeira guerra mundial a produção interna americana superara as da Alemanha e Inglaterra; como bem aponta Lênin em seu *Imperialismo*, suas linhas férreas eram já maiores que as da Europa inteira em 1913, sendo sua marinha mercante, a produção de carvão e as de ferro fundido muito maiores que as britânicas (Lênin, 2023, p.120) — tudo isto possível apenas pelos trustes americanos, expressão última do capital financeiro que se estabelecia, fusão do capital bancário e industrial, que superaram em muito a capacidade de acumulação e centralização de capital europeias, ainda que contando, em todo esse período, com vastos investimentos dos próprios capitalistas europeus. A definição do próprio conceito de Imperialismo, como aponta Lênin, traz certas dificuldades conceituais a concepções desenvolvimentistas básicas:

- i) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; ii) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; iii) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; iv) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre

si, e v) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (Lênin, 2023, p.114).

Lembremos que esta é a definição que Lênin faz da acumulação de capital nos principais países capitalistas já em 1916, antes do fim da primeira guerra mundial e muito antes dos acordos econômicos internacionais que levariam os americanos à posição hegemônica. O que salta à vista aqui é que, justamente, em se tratando de capitalismo, não existe respaldo para a tese de que o desenvolvimento industrial significa um controle ordenado sobre a finança, que são os grandes fluxos de capital internacionais coordenados por grandes bancos, instituições financeiras e grandes monopólios.

De fato, os americanos no início do século foram capazes de atrair investimentos externos e promover um processo de industrialização ímpar: isto em nenhum momento significou qualquer melhora no cenário democrático — o sufrágio universal nos EUA, país que seria supostamente livre de influências “obscurantistas” feudais, só ocorrerá em 1965 — e a percepção de um “nacionalismo” por parte da burguesia americana (o nacionalismo, o menos definido possível, aparecerá ainda neste trabalho comumente como chave do sucesso para um projeto desenvolvimentista) teria que, de alguma forma, responder por quê britânicos e alemães não eram nacionalistas o suficiente. De todo modo, é neste cenário da acumulação de capital que os EUA começam a despontar internacionalmente enquanto grande potência. A concepção de que, de alguma maneira, o desenvolvimento se dava puramente sob o controle do Estado simplesmente perde de vista a novidade absoluta que significou a financeirização no início do século e que ainda se expandiu em muito no entreguerras. A síntese de Lênin é aqui útil:

O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes países capitalistas (Lênin, 2023, p.114).

Pode-se observar reiteradamente o imbricamento entre os Estados e os interesses de grandes trustes; a partilha do mundo que se inicia pelos trustes é terminada pelos grandes países capitalistas. Achar que a atuação estatal significa submissão por parte das burguesias e do capital é perder de vista o aspecto fundamental de que o Estado funciona em prol da acumulação de capital: já à época Lênin caracteriza o Estado capitalista como Estado rentista ou usurário; os lucros de capital dos grandes trustes já era em muito superior aos rendimentos

do comércio externo das grandes potências; já à época os juros, dividendos, emissões, comissões e a pura especulação assumiam posição privilegiada nos interesses nacionais e eram resguardados com a força política (Lênin, 2023, p.127). No que toca à luta de classes, tal estágio de desenvolvimento significava, antes de uma maior democratização, que os lucros advindos da exploração imperialista possibilitaram comprar o apoio dos estratos superiores da classe trabalhadora (Lenin, 2023, p.130).

Ainda na década de 1920, de acordo com Miranda (2025), apenas se confirmou a crescente expansão da influência americana na economia internacional. O investimento externo direto na América Latina já havia superado o britânico e em meados da década a exportação de manufaturados já era o dobro de antes da guerra. O PNB do país se expandiu a 4,2% ao ano de 1920 a 1929, ainda assim, os ganhos reais de trabalhadores qualificados subiram ao todo (explicita-se: somando os crescimentos de toda a década, não ao ano) apenas por volta de 5,3%, trabalhadores não-qualificados tiveram ganhos de 8,7%; entre os trabalhadores urbanos, a participação em sindicatos laborais caiu de em torno de 18% em 1920 para pouco menos de 3% do total da força de trabalho em 1929; os ganhos de produtividade do trabalho cresceram 5,44% em média anual de 1919 a 1929, e os ganhos de produtividade do capital cresceram 4,21% anualmente no mesmo período (Smiley, 2004).

Em relação à centralização de capital, grande parte das fusões de empresas era feita entre empresas menores, mas alguns setores significativos passaram durante toda a década por uma enorme concentração: em 1920, havia ao todo 120 fabricantes de carros nos EUA, em 1929 seriam 44 e em 1940 eram apenas 8. Enquanto não é possível afirmar que toda concentração se deu por meio de práticas ativas de aquisições (já havia leis antimonopólio e muitas empresas simplesmente quebraram), fica claro o processo de centralização de capital, principalmente a partir do colapso da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, momento no qual o próprio Estado passa a ter uma postura mais favorável à formação de grandes cartéis em geral (Smiley, 2004).

Se congregaram no *New Deal* indústrias intensivas em capital, bancos de investimento e bancos comerciais, todos juntos ao Estado (Miranda, 2025). Com o *Banking Act* em 1933, que aparenta ser um tipo de vitória do Estado sobre os bancos, na realidade se tem a salvação dos mesmos; desentrelaçando os bancos comerciais e de investimento em suas funções, e ao mesmo tempo estabelecendo garantias sobre depósitos atreladas a depósitos compulsórios dos próprios bancos. Isto significou um aumento da estabilidade desses bancos e diminui a pressão da competição entre bancos que passaram a assumir funções diferentes. Ademais, significou a recuperação da confiança do público (e, mais importante, da burguesia)

estadunidense face ao sistema financeiro pós-1929. Entretanto, como se vê em Panitch e Gindin (2013), essa primeira fase do New Deal não foi suficiente para reverter a estagnação econômica e induzir crescimento, havendo descontentamento tanto na classe burguesa quanto entre massas trabalhadoras desempregadas.

O cenário geral até 1938 era o de uma “recessão dentro da depressão”; acirrando ainda mais os conflitos de classe, com a assinatura, em 1935, de uma “segunda parte” do New Deal (o chamado *Wagner Act*), que concedia aos sindicatos legitimidade para atuar, fazer greves e negociações coletivas; além disso, no mesmo ano é promulgado o *Social Security Act*, que, basicamente, estabelece garantias aos desempregados e aposentados — nas palavras dos autores, o início do estado de bem estar social nos EUA (Panitch, Gindin, 2013, p.59).

Apesar de serem medidas populares com a classe trabalhadora, os altos níveis de desemprego somados à expansão dos sindicatos e de movimentos de esquerda à época implicaram um acirramento da luta de classes no interior da sociedade americana. A título de ilustração, de 1929 a 1930 o desemprego de trabalhadores urbanos salta de 5,3% a 14,2% da força de trabalho — em 1933 e 1934 o número de desempregados urbanos ultrapassou os 30% — e a partir de 1934 passam a ocorrer mais de 2 mil greves ao ano; para completar este cenário de intensa disputa política, a classe capitalista passa a despender milhões de dólares anualmente para combater e intimidar os sindicatos por meio de espões e mesmo seguranças privados, como no caso da GM e Ford (Smiley, 1983, p.488; Panitch, Gindin, 2013, p.60).

Esse horizonte socialmente conflituoso só se estabilizará de fato em 1938, quando a arquitetura institucional do Estado americano já assumia uma forma mais vigorosa em capacidade de atuação tanto por meio de uma burocracia expandida quanto por novas formas de arrecadação; essa institucionalidade era simbioticamente articulada com o sistema bancário e industrial previamente apontados, e através da *Reconstruction Finance Corporation*, com esse mesmo Estado injetando quantias enormes de dinheiro disponibilizadas pelos bancos nas grandes empresas, o cenário doméstico americano finalmente apresenta uma melhora em seu dinamismo e os números de desemprego passam a baixar.

Garantiu-se, assim, um arranjo de novo tipo no qual o desenvolvimento econômico, fomentado na iniciativa privada pelo Estado americano, foi possibilitado pelo uso do déficit das contas públicas, em seu papel de “aia” da acumulação privada de capital: os investimentos não significavam alterações na propriedade nem no controle sobre a acumulação de capital, que se estabelecia cada vez mais intocável. Tratava-se do arranjo

keynesiano que seria fundamental na organização da economia mundial pós-guerra (Panitch, Gindin, 2013, p.62-63).

Chega-se, assim, à quadra histórica na qual irá surgir a CEPAL e o debate desenvolvimentista irá se desenrolar na América Latina. Antes de prosseguir para uma discussão mais contemporânea, é interessante contrapor aqui, no mesmo período observado nos EUA, como se dava o cenário econômico e social brasileiro em âmbito de seu desenvolvimento.

De acordo com Furtado (2006), seria possível identificar dois momentos de industrialização da economia brasileira: em primeiro lugar, a industrialização diretamente relacionada com a perda de lucratividade do café desencadeada pela quebra na demanda do produto com a crise de 1929. A crise do setor cafeeiro se estendeu mais demoradamente que a de outros setores, mesmo outras commodities — em parte é possível explicar pela própria natureza de seu cultivo: uma safra de cana de açúcar se realiza em um ano, entretanto um pé de café leva mais de três anos para ter sua primeira safra. Sendo assim, levando em consideração os recortes de cultivo imediatamente anteriores à crise de 1929, o governo se põe a salvar os produtores comprando e estocando – ou mesmo destruindo – suas safras para tentar sustentar seus preços e a garantia de suas rendas. De toda forma, gradativamente os lucros e interesses das manufaturas se provaram mais atrativos: de 1929 a 1937 as importações caíram 23% e as exportações subiram 50% (Furtado, 2006, p.196-200).

Em segundo lugar, também atrelado à realização dos lucros do setor cafeeiro, o governo se viu obrigado a sustentar de forma sobrevalorizada a moeda nacional para evitar uma resposta do mercado internacional ainda mais depreciativa para os preços do café. Essa sobrevalorização é contrária aos interesses da indústria local, que passa a ter de competir com produtos importados com preços mais baratos. Levando em conta a necessidade de médio prazo de sustentar o câmbio, o governo à época aumentou as taxas de importação para tudo aquilo que fosse já produzido no Brasil ou considerado supérfluo e permitiu a entrada de commodities e equipamentos a serem usados na indústria com preços subsidiados pelo câmbio (Furtado, 2013, p.197).

Como bem sinaliza Furtado (seu texto foi publicado originalmente em 1965), o arranjo socioeconômico expressado pela economia primário-exportadora brasileira, baseada no latifúndio exportador, tem como consequência que o processo de industrialização ocorre sem conflito e praticamente abarcado por essas relações de produção; o próprio processo de urbanização (numa época em que a maioria da população ainda vivia no campo) se provaria também sob uma lógica articulada ao latifúndio: não se tratam de centros industriais que

aglomeram pessoas. De fato, a indústria emprega pouca gente, e a maioria das pessoas no meio urbano vai a ele em busca de um emprego qualquer, por falta de emprego no campo. Sendo a industrialização um processo que, no Brasil, não antagoniza com a economia política do latifúndio, então não se viabilizou politicamente um projeto de desenvolvimento industrial que rompe com esse modelo no Estado. Assim sendo, a própria máquina pública se demonstra ineficiente em promover qualquer coisa que se assemelhe com um projeto de desenvolvimento industrializante, ignorante das demandas da urbanização e das obras de infraestrutura (Furtado, 2013, p.201-202).

Tendo assim a sociedade brasileira uma estrutura conservadora, o que pode ser chamado de processo de industrialização brasileiro, iniciado a partir de 1929, surte efeitos político-ideológicos vagarosamente. Isto se dá principalmente pelo aumento gradativo de habitantes nas cidades e, nestas, o aumento da proporção de pessoas alfabetizadas. Essa parcela da força de trabalho mais qualificada tende a se chocar com os interesses político-econômicos da elite do país, que não tem função para tal mão-de-obra.

A propósito, pode-se, com certo grau de confiança, afirmar que a própria intelectualidade desenvolvimentista, ainda que abastada financeiramente (não se tratava de proletários) está neste cenário circunscrita: trata-se de um movimento intelectual urbano com um projeto político-industrial imediatamente relacionado a esses estratos sociais. Enquanto nos já referidos EUA o projeto de desenvolvimento financeiro, imperialista, tinha (mesmo através de embates) acesso à alta política e até mesmo a uma parcela das massas, no Brasil a força e coesão política do desenvolvimentismo à época é questionável.

Theotônio dos Santos (1996, p.3-4) indica justamente que, no ideário desenvolvimentista, a industrialização e as transformações por ela suscitadas eram encaradas como uma “revolução burguesa” (incluindo, o que não trataremos aqui, o debate sobre aspectos feudais da economia brasileira, criticados pela CEPAL), e a classe protagonista desse processo seria uma suposta burguesia industrial nacional — é claro como um projeto político assim definido, ainda que com perspectivas interessantes, como já à época a defesa da reforma agrária, tem capilaridade para abordagens neoliberais como as do novo-desenvolvimentismo. Com o surgimento da CEPAL já indicado aqui, organiza-se intelectualmente no Brasil um projeto político crítico ao setor exportador, visto como principal entrave para o desenvolvimento nacional. Fato importante é que a CEPAL surge já como um órgão de proposição de políticas e assessoramento para os governos latino-americanos. Com a abordagem cepalina, o enfoque crítico à economia exportadora substitui o argumento da revolução burguesa, ainda que sejam próximos.

Bem ciente de suas limitações estruturais, a CEPAL e a burguesia industrial que a dava sentido buscavam antes uma política conciliatória, como define Santos (1996, p.7), para com o setor agrário-exportador e “capitulacionista” frente ao capital internacional àquele ligado, do qual dependia tecnológica e financeiramente. É exatamente nesses termos que se observa a resistência interna às forças políticas “nacional-desenvolvimentistas” na América Latina, simbolizadas em Perón e Vargas, empreendida por setores aliados ao capital internacional e ao governo americano (Santos, 1996, p.14).

O impasse entre essa burguesia nacional (uma burguesia industrial ambígua, ou seja, dividida, além de uma burguesia plenamente agrário-exportadora) e forças sociais mais abertamente progressistas e desenvolvimentistas é o impasse fundamental no qual Furtado identifica o surgimento de uma “arbitragem militar” — o golpe de 1964. (Ainda neste momento o autor se indagava a respeito da possibilidade de um caráter progressista por parte dos militares) Justamente sob a brutal ditadura militar ocorre talvez o mais bem acabado processo de industrialização alcançado pelo Brasil (Furtado, 2013, p.204). Essa interferência era fruto de um projeto bem definido de intervenção externa para um “processo de desenvolvimento” coordenado pelos americanos (Santos, 1996, p.14).

A crise dos anos 1960, como aponta Marini (1994), é, ao mesmo tempo, de acumulação e de realização; isto ocorre pois o processo de desenvolvimento não fora capaz de modificar as relações estruturantes dessas economias. A necessidade de realização de mercadorias num mercado interno de massas não poderia ser atendida numa economia política que esmaga a capacidade de consumo dos próprios trabalhadores. Ademais, as indústrias nacionais não comportavam um setor de bens de capital suficiente para atender suas necessidades, sendo, portanto, dependentes de importações de equipamentos críticos a toda a cadeia produtiva. É exatamente neste momento, sob a marcha das ditaduras, que o desenvolvimentismo cepalino se encontrará em crise insolúvel, pois torna-se irrealizável a industrialização emancipatória desses pensadores.

Como bem aponta Theotônio dos Santos, este novo cenário foi a transformação sucessiva das burguesias locais latino-americanas à condição de sócios menores do capital internacional, *“levando-as a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio”* (Santos, 1996, p.14). Trata-se, finalmente, da dependência reafirmada pelo fascismo financiado internacionalmente.

O aspecto fundamental dos governos ditatoriais promovidos pelos EUA internacionalmente seriam a repressão de suas populações e a dissuasão de suas elites (políticas e econômicas) de qualquer projeto de cunho nacionalista. Esse modelo foi a regra

durante os anos 1970. Apenas quando alguns desses governos passam a buscar alternativas nacionalistas novamente é que o liberalismo conservador de Thatcher, Reagan e Kohl, nos anos 1980, é desencadeado; trata-se das necessidades econômicas dos países ricos num período de globalização. A aplicação do “consenso de Washington” ou ajuste estrutural, promovido pelo Banco Mundial, FMI e pelos próprios países centrais invoca a pura recessão, escoamento das reservas e mesmo o retrocesso econômico nos países dependentes (Santos, 1996, p.16). As burguesias nacionais na América Latina, sócias dos governos militares, foram completamente incapazes de se afirmarem como contratendência a esse movimento globalizante. Como indica Borón (2007) e também Boito Jr. (2012), a incapacidade dessas burguesias de prevalecer entre as pressões imperialistas externas (e, obviamente, das frações internas aliadas do capital estrangeiro) e internas dos movimentos populares ficou demonstrada em sua posição de coadjuvante das juntas militares. Com as pressões estrangeiras por abertura dos mercados, o projeto burguês era incapaz de perder relevância e de evitar a estagnação econômica consequente.

Tendo em conta que o capítulo posterior se desdobra numa crítica marxista sobre o novo-desenvolvimentismo, nosso alvo principal, esta seção teve como objetivo apresentar o desenvolvimentismo em sua manifestação original, sua localização na história e mesmo observar também o processo (ao menos uma parte) de desenvolvimento dos “bem-sucedidos” Estados Unidos, principal ícone da era de ouro do capitalismo. A próxima seção continua certas críticas aqui apresentadas, mas de forma mais interessada em demonstrar as especificidades do pensamento dependentista.

1.2. A Teoria Marxista da Dependência

Estabeleceu-se de maneira breve na seção introdutória anterior a necessidade de uma compreensão da dimensão econômica de reprodução da vida social enquanto estrutural e determinante para o desenrolar histórico específico de cada sociedade (isto é, o desenrolar da luta de classes em suas dimensões extraeconômicas).

Atenta-se que este movimento é teórico-metodológico, isto é, não se trata de “economicismo” puro e simples. Compreende-se aqui (e se elaborará mais à frente) que aspectos não-econômicos são fundamentais para a reprodução da ordem do capital em toda sociedade, e a constituem a todo momento; entretanto, tais formas específicas se dão de forma a sobredeterminar os modos de produção vigentes, e são determinadas por eles. Enquanto as formas ideológicas são elásticas, há maior rigidez nas formas econômicas. Nesta seção trataremos, principalmente através do movimento analítico ensejado pela Teoria

Marxista da Dependência (TMD), dos aspectos econômicos estruturais às sociedades latino-americanas.

Por fim, ressalta-se que, pela própria natureza de seu objeto, a TMD necessariamente articula uma diversidade de conceitos teóricos caros ao marxismo, alguns dos quais já abordados introdutoriamente; tais conceitos são melhor apreendidos em seu movimento, articulados uns aos outros, mais que apartados, por serem essencialmente relacionais.

De forma introdutória, a dependência pode ser considerada como a forma assumida pela economia de desenvolvimento industrial atrasado em relação aos países dominantes no mercado internacional. Em específico, a economia dependente tem seu desenvolvimento condicionado diretamente pelo desenvolvimento das economias centrais — sua expansão ou contração se dão, via de regra, sob o espaço das flutuações das próprias economias centrais.

Esta é uma concepção diferente da teoria endogenista, a qual Marini aponta já no início de seu *Dialética da Dependência* como incorreta. É fundamental compreender que Marini se contrapõe à ortodoxia marxista de sua época já no início de seu texto. O endogenismo se baseia na percepção da América Latina enquanto uma região não apenas atrasada na sua inserção no sistema capitalista, mas, principalmente, também ainda muito submetida a relações sociais feudais/tradicionais. Sendo conhecida como a abordagem do marxismo ortodoxo, seus promotores à época incorreram numa conceituação abstrata sobre a realidade (adequando as formas particulares que as relações sociais assumiram a tipos ideais), e o estudo teórico desarticulado dos estudos empíricos (justamente, negando o estudo caso a caso das relações econômicas e sociais em prol de fórmulas prontas de interpretação), o ecletismo (Marini, 1973, p.167-168).

Como acusam Valencia (2018) e Marini (1973), a ortodoxia falha em compreender a dinâmica própria das economias latino-americanas: se trata de uma dinâmica iniciada de fora, externamente, num processo de dominação imperialista, de acumulação de capital e de divisão internacional do trabalho iniciada fora das economias latino-americanas. Suas concepções, como aponta Valencia, ainda eram as mesmas teses de formar alianças com a burguesia dependente contra (supostamente) os latifundiários feudais (2018, p.7). Para os ortodoxos, tais categorias, sendo “externas” ao capitalismo latino-americano, não se precedem aos fatores “internos” capitalistas (luta de classes, acumulação de capital local, Estado e oligarquias); em outras palavras, os ortodoxos não compreendem que o circuito do capital no qual a América Latina está inserida se inicia fora dela, e é exatamente a isto que Marini adverte quando diz:

[...] ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional, como, e principalmente, a nível internacional (1973, p.168).

Compreender o desenvolvimento capitalista latinoamericano como *sui generis* significa assim compreendê-lo enquanto uma formação capitalista que se impõe não sob as formações sociais abstraídas da experiência histórica de alguns países europeus, mas fundamentalmente num processo político e econômico internacional desde o início hierarquizado. É por isso que a primeira seção da *Dialética da Dependência* é sobre a *Integração ao Mercado Mundial*: é a divisão internacional do trabalho constituída na relação colônia-metrópole, principalmente em órbita da influência britânica, que estabelece a dinâmica que configura o desenvolvimento da região (Marini, 1973, p.170).

Este movimento objetivo é também um movimento metodológico, como sinaliza Marini (1973b); é a necessidade de partir da circulação para a produção, e só então para a circulação novamente. É, como ele mesmo indica, o mesmo movimento metodológico de Marx no livro 1 de *O Capital*; análise teórica que coincide com o movimento histórico de transição da economia mercantil à capitalista. “*A sequência se aplica com mais forte razão quando o objeto de estudo está constituído pela economia dependente*” — diz Marini, de tal forma que é apenas em razão da tendência da queda da taxa de lucro nos países industriais do centro capitalista que o desenvolvimento inicial do capitalismo dependente pode ser explicado (Marini, 1973b, 219-220).

A dependência, enquanto “*relação de subordinação entre nações formalmente independentes*” é um processo de estruturação de tais nações (ou seja, não apenas “mercados”, mas sociedades em todas as dimensões) à lógica da reprodução de capital ampliada iniciada no centro — o fruto da dependência é mais dependência, é a intensificação do processo de reprodução que se sustenta no centro (Marini, 1973, p.170).

Em seu texto *Sobre a Dialética da Dependência*, Marini justamente reforça esta relação de continuidade atualizada do modelo colonial na dependência; de acordo com o autor, a economia periférica se constitui de forma capitalista nacional autêntica apenas no período industrial, que herda do período colonial de economia exportadora “*antigos modos de produção*” coloniais, que determinam “*em grau considerável a maneira como se manifestam*

nesses países as leis de movimento do capitalismo dependente” — ele indica isto expressamente como pressuposto. E é por isto que, para o autor, a importância do regime de produção escravista não pode ser ignorada em países como o Brasil (Marini, 1973b, p. 218-219).

Como já indicado, a economia dependente se desenvolverá, do ponto de vista capitalista, de forma “atrasada” em relação aos países centrais nos quais o desenvolvimento capitalista se deu, principalmente nos países industriais europeus (Inglaterra, Alemanha e França, em destaque) e Estados Unidos. Que esse desenvolvimento seja atrasado significa que as relações de produção, o modo de produção específico resultante, as relações de distribuição etc. se deram de forma condicionada (ou melhor, ordenada) pelo relacionamento com as economias mais avançadas:

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização (Marini, 1973, p.195).

É de se frisar que não se trata, então, de um capitalismo menor, mais lento, ou incipiente, se trata definitivamente de uma expressão do todo do sistema capitalista que se apresenta de maneira diferenciada localizada na periferia. É “um capitalismo” tão acabado quanto o que se expressa no centro do sistema: são coconstituídos. Ainda, apesar de escapar do escopo de nossa pesquisa, é factualmente incongruente uma análise que explique a formação do capitalismo no centro sem levar em conta os processos econômicos engendrados pelo mesmo na periferia.

A produção brasileira é, em grande medida, iniciada e reproduzida pelo capital estrangeiro, ou sob sua lógica de reprodução. Isto é, mesmo os parques capitais nacionais, via de regra, se conformam ao ciclo de acumulação dependente, vinculado ao centro capitalista, e não de uma forma autônoma. A economia dependente não é, entretanto, puro reflexo da economia central, nem sequer é algo que tende a uma “estagnação estrutural”, como é importante assinalar. Há um mecanismo, não necessariamente exclusivo à economia periférica mas que nela atinge condição estruturante a todo o seu desenrolar histórico.

O mecanismo fundamental da economia dependente, que decorre desta análise são as transferências estruturais de valor. Dentro da economia periférica, esta condicionante estrutural se expressa de maneira mais exemplar no tema da superexploração da força de

trabalho, sobre a qual se debruça aqui com maior enfoque. É através do estabelecimento desta relação capital-trabalho específica que se torna possível, na economia periférica, o desenvolvimento, e mesmo o desenvolvimento industrial. É equivocado, como aponta Marini, compreender a superexploração da força de trabalho como simples mais-valia absoluta, “*posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente*” (Marini, 1973, p.225) — não se exclui de forma nenhuma a superexploração numa matriz produtiva industrial. É também equivocado, como o autor critica em FHC, que a mais valia relativa tornaria caduca a mais valia absoluta, como se as relações capitalistas mais avançadas não coexistissem com as mais atrasadas (Marini, 1973, p.226).

É interessante apontar aqui as definições que Marini dá exatamente à superexploração:

“a superexploração do trabalho é mais bem definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (Marini, 1973b, p.226).

E também como a conjunção de três mecanismos comuns às relações capital-trabalho — (i) a intensificação do trabalho, (ii) a prolongação da jornada de trabalho, (iii) a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — combinados de forma a gerar o máximo de valor em detrimento do trabalhador tanto pelo seu desgaste acelerado, quanto pela tendente e gradual expropriação de parte de sua remuneração (Marini, 1973, p.188):

[...] nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (Marini, 1973, p.188)

Marini, de forma interessante, coloca que esta remuneração é “abaixo do valor do trabalho”, e o é “*em termos capitalistas*”. Toda remuneração ao trabalho produtivo

obrigatoriamente implica uma remuneração inferior ao “valor” do trabalho. Em termos abstratos, via de regra, não se remunera “o trabalho”, mas a força de trabalho.⁵ De toda forma, o que o autor indica aqui é que se trata de uma relação capital-trabalho que impõe à classe trabalhadora uma intensificação em muito acentuada de sua exploração — em comparação com o grau da exploração que o capitalismo impõe “normalmente”, nos países industriais centrais.

O papel de agente motriz da geração de valor é incrementado pela obrigatoriedade da compensação da descapitalização das economias periféricas. O próprio fundo de consumo dos trabalhadores é gradualmente apropriado, se tornando um fundo de acumulação de capital⁶ (Marini, 1973, p.186).

Quando, chegado o sistema capitalista mundial a um certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia, e seus efeitos sobre a exploração do trabalho, incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente (Marini, 1973, p.198).

O anunciado acima não implica que a economia latino-americana dependente é perpetuamente uma economia exportadora de commodities, como a própria história demonstra, mas que os problemas de realização que o circuito do capital dessas economias encontrará se baseiam nas bases econômico-sociais instituídas na origem do capitalismo dependente. Será na economia industrial que estes problemas se apresentarão de maneira clara, e é a partir destes que Marini, da economia industrial, propõe a compreensão da anterior economia exportadora — assim como a “anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco” (Marini, 1973, p.169). Este problema central se dá pelo que Marini chama de “divórcio” entre a produção e a circulação na economia dependente (Marini, 1973b, 220-221).

No capitalismo industrial “clássico”, relembra Marini, a acumulação do capital se dá, por óbvio, por meio da produtividade do trabalho. O próprio trabalho tem caráter duplo e, até

⁵ O próprio Marx, no livro I de O Capital, ao desenvolver sua crítica a uma das premissas da economia política clássica, aponta que o trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem valor nenhum. A expressão “valor do trabalho” é, portanto, uma categoria que corresponde a uma forma aparente de relações essenciais.

⁶ Antecedendo em muito formas recentes de capitalização creditícia sobre as poupanças das famílias e/ou mecanismos semelhantes.

certo ponto, contraditório: é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor; no nível da produção, isto se expressa como a contradição entre salário e reprodução do capital. Só que, no momento em que o capital se realiza, isto é, em que há a venda da produção, é necessário que haja um mercado consumidor para tal e os mercados consumidores nacionais são as grandes esferas onde isto se realiza: os trabalhadores gastam os salários para comprar os produtos que eles mesmos fizeram, realizando assim o ciclo dos capitais nacionais (Marini, 1973, p.196). Num certo sentido, é como se o ciclo do capital fosse (idealmente) centrado na economia nacional, passando por todos os setores sociais. Sob esta lógica, é como se a economia latino-americana tivesse seu centro deslocado para o exterior.

Tal deslocamento se dá pelo fato de que há, na economia dependente, essencialmente, uma separação entre a produção e o consumo — que é exatamente o já referido “divórcio produção-circulação”. A produção industrial nos países dependentes tende a produzir apenas bens de capital (consumidos pela própria indústria, e isto apenas em poucos países dependentes com desenvolvimento industrial superior) e bens de consumo para exportação — os bens que irão alimentar a “cesta de consumo” (mas também a indústria) dos trabalhadores dos países capitalistas centrais: seu café, açúcar, frutas, grãos etc. Disto se infere ainda que é através da produção dos países dependentes que se obtém o barateamento da mão-de-obra dos países centrais: quanto mais barata a “cesta de consumo” das famílias trabalhadoras no centro, maior pressão pode ser feita sobre seus salários.

Já que o capital dependente irá se realizar no estrangeiro, a referida contradição do trabalho que é ao mesmo tempo consumidor e trabalhador não implica num impasse para o capital. Pode-se, e tendencialmente deve-se, do ponto de vista do capitalista individual, diminuir o salário ao máximo possível, pois tal se torna supérfluo para a realização das mercadorias e sua conversão em capital; o consumo irá ocorrer independentemente do consumidor local, nos países centrais.

Tira-se o máximo da força de trabalho e se recompõe minimamente. Isto significa que a reposição da força de trabalho se baseará na substituição de um trabalhador pelo próximo, que ocupava o *exército industrial de reserva*. Na economia latino-americana, onde grandes massas de indígenas, negros e europeus migrantes existiam em condições paupérrimas, desempregadas, o cálculo produtivo leva em conta a possibilidade de simplesmente repor a massa trabalhadora de forma “ótima”:

[...] a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas

que vivem da mais-valia. A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas (Marini, 1973, p.212).

É este o problema insolúvel que surge da economia baseada na superexploração do trabalho: como o movimento tendencial de resposta à queda da taxa de lucro é respondido pelo aumento da intensificação do trabalho, e não pelo aumento da composição orgânica de capital, a economia se organiza de forma insustentável do ponto de vista da realização interna dos circuitos de capitais necessários para o manutenção de indústrias nacionais de consumo de massa. Este é um caráter regressivo estrutural que se identifica nos processos de desindustrialização nas economias dependentes:

Em outras palavras, não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários, e orientando-se antes para a compressão salarial, o que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo. Isso colocará, a partir de certo momento (que se define nitidamente em meados da década de 1960), a necessidade de expansão para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial (Marini, 1973, p.213).

De passagem, é fundamental indicar que esta discussão ensejada por Marini responde diretamente à estratégia indicada em Prebisch (2000). Para este autor, o processo de capitalização ocorre precisamente se utilizando do salário baixo do trabalhador com ganho de produtividade na indústria, como se indica claramente:

Naturalmente, para formar o capital necessário à industrialização e ao progresso técnico da agricultura, não parece indispensável refrear o consumo das grandes massas, que em geral é extremamente baixo. Além da poupança atual, seria possível que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento imediato da produtividade por trabalhador. Assim, atingida essa melhora inicial, uma parte importante do aumento da produção serviria para a formação de capitais, em vez de se destinar a um consumo prematuro (Prebisch, 2000, p.77).

O *exército industrial de reserva* é um conceito que aparece já em Marx. Para o autor, sua origem se dá na própria reprodução ampliada do capital. A reprodução ampliada é a lógica sobre a qual a acumulação capitalista se dá. Denota o reinvestimento produtivo por parte do capitalista do lucro adquirido pela realização (venda) das mercadorias produzidas. Tendencialmente, o reinvestimento se dará mais em capital constante — i.e., meios de produção (sejam bens de produção, sejam insumos) — que em capital variável, i.e., força de trabalho. Isto se dá inicialmente pelo fato de que o aumento de produtividade se expressa por um aumento na produção sob um mesmo número de trabalhadores; isto de fato não implica um aumento da massa de valor, mas já é um barateamento do produto que terá mais chances de se realizar no mercado (Marx, 2020, p.704-705).

Simultaneamente, enquanto a totalidade dos capitalistas segue esta lógica, estabelecem-se grandes massas de trabalhadores que, desempregados, competem entre si, o que por si só ajuda ainda mais o processo de acumulação pela depreciação dos salários. É o que Marx aponta:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (Marx, 2020, p. 711-712).

Na economia exportadora, este processo se dá sem nenhum entrave por parte da necessidade de realização do consumo dos trabalhadores. Isto não significa que não se pagará nada, mas que o rebaixamento dos salários se dará, tendencialmente, de forma intensificada em relação ao mesmo processo numa economia industrial. O resultado, aponta Theotônio dos Santos, do condicionamento da economia dependente à economia industrial avançada do centro capitalista é, para o país dependente, a limitação de seu mercado interno e sua capacidade técnica e cultural, além da saúde moral e física de sua população (Santos, 1970, p.231).

Os apontamentos apresentados por Bichir (2018) sobre o Estado dependente nos são aqui interessantes. De acordo com a autora, para Marini o Estado dependente aparece como um Estado diferente do Estado capitalista “normal”, pois é também determinado pela

burguesia imperialista. Sendo assim, ela compõe parte daqueles que devem ser atendidos em sua governabilidade (Bichir, 2018, p.541). O grau de desenvolvimento das burguesias nacionais e seus graus de integração com as burguesias imperialistas é que definirão o grau de dependência ao qual cada economia estará submetida. Uma coisa fundamental a se notar é que essa relação dependente dá o tom da integração dessas economias desde os seus processos de independência no século XIX (Bichir, 2018, p.542).

Ainda que essas economias tenham um mercado interno, por óbvio elas são mais fortemente pautadas pelo seu desenvolvimento externo — não apenas pela compra e venda de mercadorias, pode-se inferir, mas também culturalmente e pela própria composição estrangeira em suas fileiras. Sendo assim, a política estatal que expressa essas relações busca antes atender às demandas externas, moldando seus desenvolvimentos internos àqueles interesses iniciais (Bichir, 2018, p.542). Trata-se da expressão do movimento do capital latino-americano tendo origem fora desses países.

No geral, como aponta a autora, o Estado para Marini nunca perde seu caráter classista como um aparato burocrático de dominação de classe. Ainda que, devido à luta de classes, a capacidade de ingerência sobre os trabalhadores diminua, é essa sua função última, e não agir como um mediador acima da sociedade. Tendo sempre um caráter repressivo, o Estado expressa os interesses das relações e estruturas de uma determinada sociedade. Não é contingente que um fortalecimento das forças políticas progressistas populares tenha levado a um governo sindicalista; não é também coincidência que, dentro do mesmo Estado, se desenvolvem forças reacionárias de combate ou ainda contrainsurgência às primeiras (Bichir, 2018, p.537).

Um aspecto notável da percepção de Marini é que, para o autor, as instituições criadas e organizadas pelo aparato estatal, como a imprensa ou mesmo as universidades, podem escapar ao controle da classe dominante (Bichir, 2018, p.538). Enquanto Bichir aponta incongruência no argumento de Marini a respeito de essas instituições ainda serem parte do processo de dominação, nos parece que o autor aponta na direção de instituições que, enquanto tenham um papel de reprodução de um ordenamento social específico, podem entrar em dissonância se estiverem sendo dirigidas por frações de classe não-dominantes na correlação de forças.

Numa pequena digressão, percebe-se assim como o movimento teórico acompanha certo desenrolar histórico, isto é, as categorias não se dão de maneira pura e isolada, mas de forma relacional. Não se pode ignorar as características específicas herdadas historicamente em cada sociedade. Cada movimento tendencial necessariamente se traduz na realidade

através da luta de classes. Neste sentido, pode-se inferir, certas frações significativas do trabalhador europeu historicamente foi capaz de conquistar uma condição geral de vida dentro dos limites capitalistas. A forma conjuntural específica que assume a luta de classes em cada momento não deve ser tomada como inelástica, mas sim expressão da correlação de forças locais e internacionais entre o capital e o trabalho. Nas sociedades latino-americanas, o cenário social herdado é amplamente prejudicial a amplas massas populacionais, mas mesmo o capitalismo dependente não ocorre de maneira uníssona.

De acordo com Santos (1970), identificam-se ao menos três formas históricas em que a relação de dependência se estabelece. A primeira forma é justamente a dependência colonial, pautada na relação colônia-metrópole, na qual o monopólio da troca comercial nas colônias era complementado por uma dominação colonial da natureza, seus recursos e suas populações (em grande parte compostas por escravizados); a economia colonial era exportadora por natureza e seu processo produtivo se dava em razão do capital comercial-financeiro das grandes companhias coloniais articulado aos Estados colonialistas.

A segunda forma na qual a dependência se expressa historicamente é a dependência industrial-financeira, que se apresentou a partir do final do século XIX. Em grande medida, foi engendrada pelo grande capital presente nos centros hegemônicos, a partir do qual grandes investimentos diretos produtivos eram direcionados ao estabelecimento de matrizes produtivas de matérias primas e bens agrícolas para o consumo nos centros hegemônicos.

A estrutura produtiva fica, assim, rigidamente caracterizada pela monocultura de bens como a borracha, a cana-de-açúcar, a banana, o café etc. Sua produção fica inteiramente articulada com a demanda dos países centrais. Dentro dessas economias exportadoras, já se desenvolvem neste período algumas atividades econômicas complementares, como a criação do gado (também dependente do setor exportador) e alguma economia de subsistência, que incorporava parte significativa da mão de obra em períodos de recessão.

A terceira forma na qual a dependência se consolidou, já a partir dos anos 1950, é a nomeada tecnológico-industrial. Nesta, empresas multinacionais investem em indústrias voltadas para o mercado interno das economias periféricas. A indústria local é submetida à disponibilidade de crédito para a possibilidade de qualquer investimento produtivo e tal crédito é necessariamente derivado da presença de moeda estrangeira disponibilizada através do setor exportador. Isto já é um complicador, pois subordina a produção interna à externa, mas a situação se torna mais difícil, pois os investimentos que a indústria de bens internos necessita são bens de capital que usualmente não são facilmente adquiridos e que são patenteados. Sendo assim, é tendencialmente muito mais fácil que uma indústria estrangeira

transfira capital diretamente para concorrer no mercado interno latino-americano e exportar seus lucros (Santos, 1970, p.231).

Marini ainda expande sua análise a esse respeito em seu texto *Processos e Tendências da Globalização Capitalista*, no qual aponta que, devido à inovação tecnológica, todo o processo de produção se vê também modificado. A partir das novas tecnologias de informação e comunicação, o processo de expansão e difusão da indústria manufatureira em todo o mundo é “incontível e irreversível” — o que inclusive explicaria a redução da oferta de trabalho no centro capitalista. Uma segunda conclusão de Marini, derivada desta, é de que os próprios EUA (e outros centros capitalistas) teriam de investir de maneira pesada na educação de sua população para compensar a redução na oferta de empregos locais através da conversão de sua força de trabalho no que o autor chama de “analistas simbólicos”, deixando que os empregos na manufatura fossem transferidos para os países periféricos onde há menores salários (Marini, 2000, p.281).

Isto por um lado evidencia que o processo de acumulação de capital, mesmo quando considerado no nível da dependência, em que há a clara submissão de uma economia a outra, não se traduz exatamente num processo político controlado, isto é, há um certo grau de autonomia do próprio capital em relação mesmo às economias centrais: assim como Marx aponta sobre o capitalista, que diz ser apenas personificação e objeto da acumulação de capital tal qual o trabalhador, também os países centrais não estão livres dos ditames da impessoal acumulação de capital.

Como indica Bichir, a partir do acirramento da competição entre diferentes burguesias, o redobrar da superexploração dos trabalhadores, tudo isto visando atender aos interesses do capital estrangeiro, em particular o americano, provocam novas rupturas e alianças de classes imprevisíveis dentro do cenário latino-americano, o que é observável, por exemplo, na já apontada antagonização da burguesia industrial que se alia ambigualmente com setores populares na tentativa de embate com os setores exportadores privilegiados pelo capital estrangeiro (Bichir, 2008, p.548).

Por outro lado, há também a evidência de que se constitui cada vez mais o caráter sistêmico do capitalismo, e isto se expressa mesmo num tendencial exército industrial globalizado, uma nova divisão internacional do trabalho, na qual cada trabalhador individual de todo o mundo compete em grau de educação, cultura e qualificação produtiva (Marini, 2000, p.281). Esta intensificação extrema da competição pelo mercado de trabalho a nível global, ainda por cima, explicaria o porquê de, mesmo nos países centrais, a classe trabalhadora ter perdido grande poder político, direitos trabalhistas e capacidade de

articulação frente ao capital, como acontecera já a partir de Thatcher (Marini, 2000, p.279-280).

Em resposta a este quadro, os países centrais teriam, de acordo com Marini, “dois trunfos na mão”. Primeiro, uma imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que se traduz em inovação técnica: “temos ali um verdadeiro monopólio tecnológico, que agrava a condição dependente nos demais países” (2000, p.282). Em segundo momento, há o controle objetivo sobre a transferência de atividades industriais aos países periféricos, dependentes; isto se dá tanto baseado no monopólio do investimento quanto da tecnologia, e de duas formas concomitantes. A primeira forma na qual se pode controlar a competição dos países periféricos é transferir apenas as atividades menos intensivas em conhecimento, que empreguem apenas trabalhadores menos qualificados; a segunda é a dispersão das atividades industriais em diversos países, de forma fracionada, para que nenhum país na cadeia produtiva seja capaz de articular uma economia nacionalmente integrada (Marini, 2000, p.282).

Todo o movimento acima descrito ainda é trespasado por uma característica específica da produção de valor na contemporaneidade: a intensificação da participação das atividades intensivas em conhecimento na composição dos preços dos principais produtos. O autor dá o exemplo de que, em 1984, 80% do custo de um computador correspondia ao seu hardware, e apenas 20% ao seu software, mas em 1990 esta relação já era invertida e apenas 10% do valor era atribuído ao processo físico de produção (Marini, p.280). Torna-se, assim, possível e por vezes até interessante a transferência de atividades manufatureiras mais “tecnológicas” às economias periféricas sem romper com a lógica da dependência.

Uma quarta forma de dependência, fundamental para a compreensão da dependência contemporaneamente, é a dependência financeira apontada por Amaral (2006, p.32-33). De acordo com a autora, esta forma, tipicamente neoliberal, se caracteriza pela transferência de valor na forma financeira, ou seja, juros e amortizações sobre endividamentos externos crescentes dos Estados. Tal nova forma aprofunda as relações de dependência ao mesmo tempo em que reforça o papel do capital fictício na economia dependente, que se desdobra do capital portador de juros. Essa especulação sobre títulos de propriedade/dívida é uma das principais formas que assume o capital financeiro atual e não incide apenas sobre mercados mas sobretudo na máquina pública.

Adicionalmente, destaca-se que a diferença entre *capital portador de juros* e o *capital fictício*, como aparece em Marx, é algo da ordem da dimensão e lógica que um processo assume mesmo que não necessariamente se mude em nível de aparência. Todo capital fictício

é um capital portador de juros, mas nem todo capital portador de juros é capital fictício; em termos simples, o capital fictício se revela de maneira clara (mas não separada do capital portador de juros) quando os processos produtivos estimulados pelo capital portador de juros têm menos sentido do ponto de vista da acumulação pelo capital produtivo do que sob o ponto de vista do capital financeiro. Como Marx (2021) relembra, a especulação e os negócios são praticamente inseparáveis:

Quanto maior for a facilidade com que se possam obter adiantamentos sobre mercadorias ainda não vendidas, mais esses adiantamentos serão realizados e maior será a tentação de fabricar mercadorias ou de entulhar mercados distantes com mercadorias, já fabricadas, apenas visando a obter esse tipo de adiantamento em dinheiro (Marx, 2021, p.460).

De acordo com Mollo (2011), o capital fictício enquanto conceito se define após a aparente desarticulação entre a produção e circulação de mercadorias, dependendo da relação entre dinheiro, valor e mais-valor em Marx. Ainda no livro III d’*O Capital*, o autor aponta como, de maneira praticamente indissociável, as inversões financeiras assumem escala tal que se explica e se utiliza apenas enquanto capital fictício. A revenda de títulos futuros é um movimento lógico do ponto de vista da pura negociação comum às bolsas de valores, mas torna-se a cada momento um salto no escuro quando se trata da realização de fato de tais valores. Apenas a título de exemplo, é nesta passagem que Marx aponta como o movimento especulativo ininterrupto desemboca em dificuldades de realização futuras: um projeto razoavelmente lucrativo leva a uma angariação enorme de crédito por meio da venda de títulos sobre lucros futuros, a própria criação do negócio leva a projetos extras de ferrovias ou embarcações e o vencimento de títulos em tamanha escala comprometem até mesmo as reservas bancárias (Marx, 2021, p.461).

Ainda uma única adição à referida quarta forma específica de dependência que podemos fazer é justamente que o endividamento que ocorre a nível estatal também se dá, e de maneira cada vez maior, a nível individual: os trabalhadores tendem a ter cada vez maior parte da sua renda diretamente consumida pelo endividamento disponibilizado por linhas de crédito de empresas financeiras e bancos públicos ou privados.

É importante salientar que tais formas históricas da dependência não se apresentam, assim como os modos de produção sobredeterminados por elas, de forma pura; isto é, uma mesma relação de dependência pode ocorrer ao mesmo tempo que outra, sendo que uma será

a forma hegemônica. Por exemplo, a dependência financeira por meio da dívida não necessariamente exclui a dependência tecnológico-industrial, mas antes a incrementa.

Capítulo 2 - Crítica marxista ao novo-desenvolvimentismo

O capítulo anterior tinha como objetivo a apresentação histórica a respeito do debate do desenvolvimento latino-americano, situando alguns de seus diferentes interlocutores. A intenção deste capítulo é estabelecer, em um nível teórico mais abstrato, uma apresentação detalhada dos argumentos novo-desenvolvimentistas e sua crítica realizada pela teoria da dependência. Uma discussão a nível mais concreto, com a apresentação de indicadores, é alcançada no próximo capítulo.

Podem-se estabelecer os objetivos deste capítulo da seguinte forma: (i) apresentar o conteúdo discutido em textos de alguns dos principais autores novo-desenvolvimentistas, principalmente artigos acadêmicos mas também algumas matérias jornalísticas; (ii) apontar os elementos mais recorrentes em seus encadeamentos lógicos; por fim, (iii) articular uma crítica teórica aos mesmos através de argumentos filiados ou próximos à tradição da teoria marxista da dependência.

Pelo objetivo de crítica teórica ao novo-desenvolvimentismo, não se deve compreender aqui um ataque necessariamente à visão de mundo nem aos ganhos objetivos que o “projeto” novo-desenvolvimentista almeja. Como se mostrará a seguir, grande parte dos objetivos novo-desenvolvimentistas se baseiam não apenas numa perspectiva nacionalista do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também em condições fundamentais à própria perspectiva marxista, como a equidade econômica e social, que fazem parte do ethos novo-desenvolvimentista. Afirma-se ainda que, frente ao projeto neoliberal hegemônico, a crítica (neo)desenvolvimentista foi e é um importante elemento de construção de conhecimento alternativo sobre a economia nacional.

Entretanto, defende-se aqui que a crítica novo-desenvolvimentista é ainda incapaz de se realizar de forma a abranger a totalidade político-econômica observável pela crítica marxista, e isto se reflete em fragilidades teóricas em alguns de seus pressupostos. São estas mesmas fragilidades que nos interessam aqui por, defende-se, possibilitarem observar alguns elementos centrais para se pensar o desenvolvimento nacional em termos sociais, políticos e econômicos.

Ao mesmo passo que uma análise crítica do projeto hegemônico neoliberal possibilita, ao se demonstrar sua incongruência objetiva e intencional entre seus postulados e seus efeitos, a análise crítica do projeto novo-desenvolvimentista pode ajudar a compreender não apenas as potencialidades e necessidades nacionais de resposta à situação hegemônica (projeto novo-desenvolvimentista) mas, para além disto, os limites impostos pelo pressuposto

inquestionado de manutenção capitalista (dependente) da sociedade brasileira. Trata-se, sinteticamente, do antigo dilema “reforma ou revolução”.

Por fim, em termos de método, os textos aqui apresentados, sob a perspectiva de representarem a “posição novo-desenvolvimentista”, necessariamente só dão conta de uma parcela do conteúdo total discutido nesta literatura. O argumento para a escolha de cada texto é (i) serem de autores reconhecidamente relevantes dentro do círculo novo-desenvolvimentista — dentro deste parâmetro se buscou apresentar textos de autores diversos, para não incorrer no vício de sublinhar demasiadamente uma única posição; e (ii) serem textos em que o debate sobre o novo-desenvolvimentismo em si mesmo está presente de maneira clara. Destaca-se, além disto, que, enquanto o próximo capítulo tem maior preocupação com uma delimitação temporal específica (e a sinaliza), neste capítulo uma delimitação temporal não foi fator condicionante para o defrontar com os textos.

2.1 Os argumentos novo-desenvolvimentistas

O desenvolvimentismo talvez seja meritoriamente a teoria econômica de terminologia mais imediatamente clara. O sufixo “ismo” ao fim de um termo expressa um conceito genérico em relação a sua raiz, sendo capaz, assim, de designar sistemas de pensamento ou agrupamento de ideias, dentre outros. O desenvolvimentismo, então, num nível puramente genérico, implica um sistema de pensamento a respeito do desenvolvimento; no caso, do desenvolvimento (em suas diversas dimensões) de um país. De acordo com Fonseca (2015), os primeiros textos que falavam em “Estado desenvolvimentista” remetem à década de 1960, sendo o termo presente tanto nos escritos de Hélio Jaguaribe, em 1962, quanto de Bresser-Pereira, em 1963 (FONSECA, 2015, p.15). Sendo estes seus formuladores iniciais, infere-se que, claramente, se trata de um conceito estritamente ligado às ciências sociais, seja em recortes metodológicos voltados a fenômenos econômicos (principalmente) e/ou sociológicos.

Apesar de termos apresentado o termo apenas em nível genérico, fugiria de nosso escopo neste trabalho defini-lo em profundidade; a comparação pontual do desenvolvimentismo com alguns aspectos do desenvolvimentismo “clássico” aparece apenas de forma a delimitar melhor a corrente mais recente. De toda forma, é interessante notar que, da mesma forma que seu antecessor, o termo novo-desenvolvimentismo surge, da maneira como é compreendido atualmente, pelo menos em 2003, em textos dos mesmos Luiz Carlos Bresser-Pereira e Hélio Jaguaribe. Para Bresser-Pereira (2003), o novo-desenvolvimentismo

se distingue do “velho desenvolvimentismo” principalmente por criticar a “indisciplina fiscal e o protecionismo”. Nos termos de Bresser-Pereira, “*a irresponsabilidade fiscal foi a principal doença do desenvolvimentismo*” (2003, p.415). Isto não significava, entretanto, a aceitação do ideário neoliberal — que já era identificado pelo autor à época como em crise —, mas sua negação em prol de um desenvolvimentismo atualizado em relação às transformações estruturais da economia internacional na transição para o século XXI (Bresser-Pereira, 2003).

No mesmo texto, Bresser-Pereira enfatiza a existência de um “complexo de inferioridade” que se expressaria no pensamento político brasileiro em dois extremos: de um lado, de forma entreguista, pró-globalista, e fundamentalmente neoliberal, rejeitando peremptoriamente qualquer traço ou expressão nacional, incorporando e tendo como ideal o discurso e o capital estrangeiro, privatizando radicalmente as estatais nacionais e elevando o mercado (leia-se, o mercado financeiro, e, principalmente, o mercado internacional) ao último juiz sobre toda teoria e política. Em resposta a isto, o autor observava que existiria uma “velha-esquerda” que se expressava politicamente num nacionalismo ultrapassado, que assumiria dogmaticamente posições contrárias à globalização e à abertura econômica e política, mesmo quando isto fosse benéfico aos interesses nacionais (em oposição total aos neoliberais, para os quais os interesses nacionais seriam exatamente os interesses estrangeiros). Em última instância, isso se expressaria como uma atitude geral “anti-estrangeiro” que significaria um fechamento do país ao comércio e sistema internacional globalizado (Bresser-Pereira, 2003, p.416-418).

Frente a este cenário, seria então necessária uma terceira frente, com um desenvolvimentismo “atualizado” em relação às dinâmicas internacionais, aberto à possibilidade tanto de ganho quanto de perda derivados da globalização, e, devido a isto, assumindo o Estado nacional como ainda mais estratégico para a promoção do desenvolvimento do país, agindo de forma a garantir ganhos e prevenir perdas derivadas das relações com o sistema internacional. O papel fundamental do Estado seria, justamente, garantir o desenvolvimento, mas, para isso, deveria evitar o “populismo” no qual o “velho-desenvolvimentismo” teria degradingolado. Isso se expressaria, por exemplo, na constatação de que o protecionismo, que havia sido significativo numa agenda desenvolvimentista inicial, já não condizia com a situação da condição madura da indústria brasileira, que deveria se beneficiar da competição internacional (Bresser-Pereira, 2003, p.418-419). O autor parte do princípio de que o Estado e os governos deveriam garantir os interesses do capital e do trabalho nacionais, defendendo, assim, o “interesse nacional”,

identificável com o nacionalismo — o que requereria uma atualização mesma da cultura nacional, que deveria se afirmar enquanto nacionalista tanto quanto seriam nacionalistas os países desenvolvidos, renegando assim o já citado complexo de inferioridade.

Ainda em 2003, Hélio Jaguaribe também apontava, em entrevista à Folha de São Paulo, a necessidade de um “neodesenvolvimentismo”⁷. Correspondendo à leitura de Bresser-Pereira, o autor indica que o conceito de desenvolvimento havia se tornado demasiadamente “estreito”, e seria um nacionalismo de “meios”, ao qual ele oporia um nacionalismo de “fins”, apesar de ainda concordar com os fundamentos do conceito antigo (MOTA, 2003). Pode-se inferir que o que Jaguaribe ambiciona dizer com isto é que, justamente tendo o desenvolvimento como “fim”, seria possível utilizar políticas que não imediatamente fossem associadas com o histórico dos projetos de desenvolvimento nacionais. Isto se confirma razoavelmente em entrevista de 2004, na qual o autor enfatiza a necessidade de um “equilíbrio dinâmico” para a economia brasileira (em oposição a um equilíbrio estático neoliberal) e a necessidade da integração regional do Brasil na América Latina (em especial, uma integração política com a Argentina) como elementos fundamentais para o desenvolvimento do país no século XXI — desenvolvimento este que ele via essencial para livrar o país de uma perda de soberania que ele identificaria no processo da globalização (Kassab, 2004).

Tais posições de Jaguaribe são as mesmas num artigo de 2003 intitulado “*Para um neodesenvolvimentismo brasileiro, nacional e social*”, no qual destaca-se a reiterada necessidade de uma “desmistificação” da importância das inversões estrangeiras na economia brasileira. É de se deslumbrar a ousadia reiterada deste autor em termos de política econômica: em todos estes textos, critica o consumo excessivo das elites brasileiras, as quais julga terem padrões de vida mais elevados que os das elites europeias, e defende um regime de poupança compulsória (!) para elas. Em sua defesa de um neodesenvolvimentismo, porém, este autor é ainda mais esquivo numa diferenciação entre o “velho” e o “novo” desenvolvimentismo: é apenas insinuado que o cenário internacional teria mudado, e que o contexto de globalização significava uma readequação estratégica das políticas econômicas tendo em vista o desenvolvimento. É demonstrativo da continuidade de seu pensamento em relação ao “velho” desenvolvimentismo que ao fim do texto exclama-se: “*O Brasil necessita,*

⁷ Apesar de Jaguaribe reivindicar o termo neodesenvolvimentismo, suas posições são mais bem compreendidas no que se refere usualmente como novo-desenvolvimentismo. O termo neodesenvolvimentismo nesta dissertação se insere no debate específico do novo-desenvolvimentismo, via de regra como uma crítica que visa diferenciá-lo do desenvolvimentismo enquanto uma versão abertamente neoliberal.

urgentemente, de um segundo Programa de Metas, desta vez prioritariamente encaminhado para o desenvolvimento social” (Jaguaribe, 2023, 509).

Em relação a Jaguaribe, distingue-se, ainda nestes textos, que ou o Brasil assumiria um projeto desenvolvimentista, que significaria a manutenção, naquele contexto (2003), de taxas elevadas de crescimento do PIB — de não menos que 6% ou 7% ao ano — por ao menos 20 anos, o que garantiria a entrada do Brasil (de acordo com o autor) no rol dos países desenvolvidos, ou o país tenderia, junto aos demais países em desenvolvimento, a simplesmente “perder” sua soberania⁸, sem uma definição a este respeito. Esta percepção parece muito mais semelhante com o que Bresser-Pereira identifica relacionado ao velho-nacionalismo de uma esquerda tradicional do que um nacionalismo comedido.

Sendo delineadas as primeiras instâncias (que se identificaram nesta pesquisa) do surgimento do termo “novo-desenvolvimentismo”, nos é, para nossos fins, mais produtivo retornar ao debate promovido por Bresser-Pereira, que ainda encabeça em grande medida a produção teórica da corrente novo-desenvolvimentista. Nos textos do autor, há um esforço intelectual mais constante direcionado à sistematização do que pode ser considerada uma corrente de pensamento novo-desenvolvimentista.

O texto “*Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo*” (2022) é hábil em explicitar alguns elementos centrais da estrutura do pensamento do autor, servindo-nos à frente como objetos de crítica. O novo-desenvolvimentismo seria, explicita o autor, uma nova “abordagem teórica” com origens “na economia política marxista, na teoria econômica pós-keynesiana e no desenvolvimentismo clássico” (Bresser-Pereira, 2022, p.510).

Antes de prosseguir, observa-se aqui que, apesar de que o autor aponte a “economia política marxista” enquanto uma das origens do novo-desenvolvimentismo, é verdadeiramente escassa qualquer alusão indireta ou direta (ainda mais raras) ao próprio Marx nos textos do autor, sendo qualquer outro filiado direto ao marxismo praticamente inexistente, como se demonstrará ao longo deste capítulo. Dentre seus textos mais associados ao nosso escopo, (i) o já referido de 2022 não faz nenhuma alusão; (ii) o texto seminal “*Uma estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade*”, de 2002, não faz nenhuma alusão a nenhum autor marxista; (iii) seu livro “*Desenvolvimento e Crise no Brasil*” (2003) apenas remete (não cita) a Marx seis vezes em mais de 400 páginas; (iv) em seu texto “*Capitalismo financeiro-rentista*”, de 2018, nomeia Hilferding exclusivamente para apontar que a leitura deste sobre a fusão entre capital bancário e industrial nunca ocorrera; (v) em seu texto “*The*

⁸ Isto advindo de um autor notoriamente anti-leninista e que aponta “miopia histórica” à Teoria Marxista da Dependência (cf. Jaguaribe, 2013, p.20).

two forms of Capitalism: developmentalism and economic liberalism” (2017), nomeia Marx, sem citação, para indicar que os rentistas em sua leitura seriam os “capitalistas improdutivos aos quais Marx se refere no livro III d' O Capital” (Bresser-Pereira, 2017, p.692, tradução nossa); por fim, (vi) mesmo num ensaio de matiz sociológico de 2024, “*O nacional populismo veio para ficar*”⁹, sobre a ascensão de movimentos políticos conservadores de extrema direita, não remete em absoluto a qualquer autor marxista sobre o tema. Este adendo não tem como objetivo julgar o grau de pureza do marxismo do autor em questão, e muito menos condená-lo moral ou teoricamente por tal; apenas considerar que, de um ponto de vista objetivo, os conceitos e autores marxistas são, no melhor dos casos, marginais em influência sobre sua produção de fato e isto se expressa na referida abordagem teórica do novo-desenvolvimentismo. De toda forma, um propósito deste capítulo é articular uma crítica teórica do novo-desenvolvimentismo através de uma perspectiva marxista, o que tenderá a realçar os aspectos com maior proximidade ou distância entre as teorias.

A abordagem novo-desenvolvimentista incluiria ainda, para além de uma teoria econômica, uma economia política própria. A teoria econômica seria “aberta e voltada para o desenvolvimento”, tendo como objetivo principal identificar os condicionantes para o crescimento com estabilidade para países com condições estruturais semelhantes ao Brasil, isto é, os quais tenham empresas que têm necessidades técnicas semelhantes para poderem competir internacionalmente — e satisfazer tais necessidades. Uma “novidade” do novo-desenvolvimentismo seria que o mercado é, ainda assim, visto como complementar ou subsidiário ao Estado, sendo considerado ótima instituição para organização econômica, mas apenas dos setores econômicos onde imperam a competição mais livre possível: setores naturalmente monopolistas seriam melhor administrados pelo Estado, assim como o “todo” social, garantido uma estrutura jurídica, condições básicas de acumulação, qualificando mão-de-obra, promovendo pesquisa, investindo em infraestrutura etc.

Já a “economia política” novo-desenvolvimentista estabelece como conceito fundamental a “revolução capitalista”, a qual se reparte entre a formação de um Estado-nação em específico e sua respectiva revolução industrial intrínseca. Fixa também duas formas históricas, antípodas, da organização econômica do capitalismo: a desenvolvimentista e a liberal. O capitalismo sempre surgiria em contextos históricos desenvolvimentistas, além disso, suas fases de maior prosperidade são diretamente relacionáveis ao mesmo, e suas fases liberais seriam associadas historicamente com momentos mais instáveis e fundamentalmente

⁹ No qual, mesmo criticando os bolsonaristas brasileiros, observa legitimidade em políticos como Donald Trump, Viktor Orban e Marine Le Pen.

com a estagnação atual da economia brasileira e de boa parte dos países do centro do capitalismo (Bresser-Pereira, 2022, p.511).

No referido texto o autor se debruça sobre os processos que engendram uma “quase estagnação” da economia brasileira desde os anos 1980. Ele o faz de forma comparativa entre as explicações (i) da ortodoxia, (ii) da corrente pós-keynesiana, (iii) do desenvolvimentismo clássico e, por fim, (iv) do novo-desenvolvimentismo. A explicação ortodoxa seria de que o Brasil não investiu em educação de maneira suficiente, não fez reformas (liberalizantes) suficientes e não suprimiu o “populismo fiscal” (isto é, não buscou superávit fiscal). A explicação pós-keynesiana, por sua vez, exporia que, na realidade, o baixo crescimento seria relacionado a uma carência crônica de poupança externa (inversões de dólares em dívida pública, que, em tese, significaria capitais disponíveis para investimentos estatais), ou seja, uma crise fiscal. Os desenvolvimentistas clássicos acrescentariam à descrição anterior que a mudança do modelo desenvolvimentista para o neoliberal seria fator determinante da estagnação. Finalmente, para os novo-desenvolvimentistas, ainda que acompanhando (com ressalvas) as explicações pós-keynesianas e desenvolvimentistas, postula-se que sejam quatro os fatores determinantes da quase-estagnação: a crise fiscal do Estado, a abertura comercial, a abertura financeira e a desindustrialização em si mesma (Bresser-Pereira, 2022, p.509-510).

Um elemento importante a se destacar na colocação acima é a centralidade de um controle estratégico do Estado sobre seu balanço de pagamentos. Assim sintetizam Sicsú, Paula e Michel (2007) sobre o assunto: “O protecionismo moderno deve ser o da conta de capitais”. Isto está em concordância com o exposto em Hélio Jaguaribe a respeito da desmistificação das inversões de capital estrangeiro, no início desta seção.

O controle das contas de capitais, referido pelos autores como uma blindagem à influência externa, possibilitaria uma maior estabilidade no financiamento de políticas econômicas que estimulem o crescimento. Os autores prosseguem que esta é uma diferença fundamental entre o antigo e o novo desenvolvimentismo: enquanto aquele se preocupava com a necessidade da balança comercial positiva, e tentava se proteger buscando menor dependência das exportações e fomentando mercado interno através de substituição de importações, o novo-desenvolvimentismo está preocupado em garantir a não interrupção dos ciclos de crescimento (Sicsú; Paula; Michel, 2007, p.519).

Este posicionamento é oposto ao pensamento da ortodoxia liberal. Como bem aponta Bresser-Pereira, para os ortodoxos o papel do Estado é, em grande medida, apenas promover reformas em prol de uma maior liberalização da economia (isto é, um predomínio completo dos agentes privados sobre quaisquer setores ou dimensão econômica da sociedade) – que,

via de regra, são inacabáveis. Mesmo que o mercado possa incorrer em erros, ele tenderia a se autocorrigir, supondo-se também que a interferência estatal intrinsecamente tenderia a causar distorções ainda mais agravantes (Bresser-Pereira, 2022, p.514).

Ao se considerar que a austeridade fiscal ao máximo é o tipo ideal, de fato infere-se que o Estado não deve atuar de forma a se comprometer com gastos, mesmo que sejam em questões que o mercado seja incapaz de atender de maneira satisfatória. Para além da austeridade e da privatização da coisa pública, o Estado, na figura do Banco Central, tem também como ferramenta o aumento (assim como as reformas, em progressão contínua) da taxa de juros, principalmente pensado como ferramenta de combate à inflação (que, para isso, tem que ser necessariamente diagnosticada apenas como resultado de um aquecimento demasiado da demanda, o que, no mais das vezes, não é o caso).

Neste contexto, Bresser-Pereira é enfático ao afirmar que o neoliberalismo criou sua própria utopia, na qual as reformas em algum momento levariam à economia ideal de livre mercado. Enquanto as “utopias” da esquerda seriam criticadas pelos conservadores, as utopias neoliberais assumem forma de consenso naturalizado (Bresser-Pereira, 2017, p.699).

Esta percepção do papel do Estado permite perceber como o novo-desenvolvimentismo encara a ortodoxia e, por sua vez, também como percebe a si mesmo. Para isto é fundamental introduzir a discussão a respeito da chamada “coalizão de classes financeiro-rentista”; identificada por Bresser-Pereira (2018), esta elite se formou enquanto “classe” a partir dos anos 1980. Ao longo do século XX, o capitalismo, que pode ser organizado tanto de uma forma desenvolvimentista quanto de uma forma neoliberal, foi propulsionado por uma elite capitalista que era, supõe o autor, inicialmente coordenada por empresários *self-made*, donos e gerentes de suas próprias empresas. Estes seriam diretamente identificados com o desenvolvimentismo (ainda que o antecedendo) ao promover a importância do Estado e da política industrial estatal enquanto bases fundamentais para o lucro de longo prazo de suas empresas. A partir do *crash* de 1929, entretanto, a administração das empresas foi cada vez mais substituída por uma “classe tecnoburocrática” advinda de setores pequeno-burgueses que teriam capacitação técnica administrativa mais efetiva no comando das empresas.

Essa transição da administração da produção dos antigos empresários para uma classe tecnoburocrática pode ser encarada como um processo ao longo de décadas que já estava relativamente concluído no pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo que a administração das empresas tenha sido profundamente modificada, o desenvolvimentismo e a política industrial ainda seriam o carro-chefe da acumulação das mesmas. Entretanto, neste mesmo período,

também a propriedade desses capitais passa a ser transferida agora para seus herdeiros, que, por sua parte, transferiram o controle sobre seus recursos financeiros a um tipo específico de tecnoburocrata especializado na administração da riqueza monetária chamado financista. Tornavam-se, assim, os herdeiros “essencialmente supérfluos”. Este processo de surgimento do financista se deu no contexto dos anos 1980 e os financistas em pouco tempo já desfrutavam de imenso controle sobre a acumulação geral do capital (Bresser-Pereira, 2018, p.20-21).

Assim concluía-se uma transição de um capitalismo protagonizado por empresários capitalistas *self-made*, supostamente interessados no desenvolvimento industrial e lucro de longo prazo, por um capitalismo financeiro-rentista viciado no lucro de curto prazo essencialmente financeiro. São exatamente esses referidos financistas que, em grande medida, desenvolveram e promoveram o pensamento e as políticas neoliberais a partir da década de 1980, como forma de justificação e garantia dos seus interesses enquanto classe fundamentalmente dependente da especulação financeira (ou, para usar termos mais brandos, a “gestão de ativos”). É de se apontar que toda a discussão em relação a uma autonomia do Banco Central em relação aos governos no Brasil (e no mundo) tem estreita correlação com esta lógica de funcionamento ortodoxa, pois possibilita uma garantia a mais de estabilidade nos lucros de capital dessa elite “financeiro-rentista” da qual fala o autor.

A percepção da centralidade da finança enquanto lógica principal da reprodução do capital internacional é, então, um elemento constitutivo e novidadeiro do novo-desenvolvimentismo. Isto não significa que não haja ainda os projetos de desenvolvimento nacionais baseados em investimento e planejamento estatal, mas tais são informados de forma crítica por esta perspectiva: reconhece-se e critica-se a lógica dos financeiro-rentistas em prol de uma agenda de crescimento não baseada na pura especulação.

Observa-se esta perspectiva nos dez pontos elencados pelo autor como sendo o papel do Estado na economia, enquanto garantidor da acumulação de capital. Primeiro, dois pontos comuns à ortodoxia: (i) garantir a propriedade e os contratos, para o funcionamento “correto” dos mercados; e (ii) desenvolver o ensino fundamental, a ciência e tecnologia. Prosseguindo, advindos da perspectiva desenvolvimentista, há mais seis garantias básicas que o Estado deve prover à acumulação de capital nacional: (iii) incentivar o investimento privado; (iv) promover o aumento da poupança no longo prazo; (v) desestimular o consumo de luxo; (vi) planejar e investir na infraestrutura, na indústria de insumos básicos e no setor petroleiro e minerador (setores monopolistas, onde o Estado é suposto coordenador ideal, em detrimento do mercado); e (vii) adotar política industrial. Ainda de acordo com o autor, a perspectiva

keynesiana acrescenta duas condições: (viii) construir um sistema financeiro interno suficiente para financiar os investimentos necessários; e (ix) neutralizar a tendência à insuficiência de demanda com política monetária e fiscal anticíclica. Finalmente, a teoria novo-desenvolvimentista acrescenta às garantias exigidas do Estado pela acumulação: (x) rejeitar déficits em conta corrente e garantir câmbio equilibrado tanto para o mercado interno quanto externo (Bresser-Pereira, 2022, p.510).

Em correspondência com a percepção da existência de uma elite baseada no lucro financeiro de curto prazo que, pelo seu interesse imediato, leva ao quadro geral neoliberal de estagnação econômica e interrupção do desenvolvimento, pode-se afirmar que as políticas defendidas pelo novo-desenvolvimentismo incorrem necessariamente em choque com os interesses da “coalizão de classes” dominante. A forma mais imediatamente clara disto é que, como o autor indica, a diminuição da taxa de juros¹⁰, requisito fundamental para a viabilização mínima do investimento privado, significaria a queda da porcentagem dos rendimentos financeiros desta mesma elite (Bresser-Pereira, 2022, p.514). A crítica em específico sobre as implicações desse modelo se desenvolve a partir da próxima seção, mas neste momento é possível empreender uma certa diagramação a respeito da forma em que as diferentes categorias postuladas pelo novo-desenvolvimentismo se concatenam.

Primeiramente, os diferentes *estágios* históricos implicam diferentes *tipos* de sociedades – por exemplo, na antiguidade, as sociedades eram “impérios clássicos”, já no capitalismo, as sociedades se conformam enquanto Estados nação. Cada sociedade implica diferentes instituições coordenadoras: na antiguidade, a religião e o Estado eram as principais formas de organização; por sua vez, no capitalismo o Estado e o mercado são essas instituições. O Estado capitalista se diferencia pelo seu antecessor antigo por sua estrutura burocrática e “racional”, o que pode ser interpretado como sendo relativamente mais guiado pela técnica e cálculo administrativos do que pela tradição ou moralidade.

Um elemento central que informa o grau de eficiência que uma sociedade pode performar sob tais instituições é a sua “coesão social”, significando, por parte da população, uma visão comum sobre sua própria história e seus interesses, capacidade de solidariedade e capacidade de se engajar politicamente (Bresser-Pereira, 2017, p.686).

O desenvolvimentismo (englobando o novo-desenvolvimentismo), ao dar papel central ao Estado, e visando projetos de interesse nacional “longoprazistas”, seria necessariamente uma forma mais coesa que o liberalismo econômico (englobando o

¹⁰ No momento de fechamento deste texto a taxa Selic é de 15% ao ano. Está acima de dois dígitos desde fevereiro de 2022. Cf.: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

neoliberalismo), baseado puramente no mercado, que pressupõe a lógica de competição de curto prazo. Enquanto o desenvolvimentismo, por se informar pela tradição republicana (visando o bem público sobre o bem individual), é facilmente compatível com a democracia, o liberalismo, por sua vez, é historicamente temeroso e contrário à democracia, sendo sua “aproximação” a ela relativamente recente e frágil (Bresser-Pereira, 2017, p.688). Tais formas organizativas pressupõem coalizões de “classe” que podem ser observadas na tabela a seguir, organizada com base na descrição do autor:

TABELA 1. Coalisões dominantes possíveis e sua composição

Sociedade Capitalista Democrática	
Coalisão Dominante numa Organização Desenvolvimentista	Coalisão Dominante numa Organização Liberal
Empresariado industrial e associado à inovação tecnológica	Rentistas ricos e de classe média
Tecnoburocracia estatal	Tecnoburocracia financeira, empresariado comercial
Classe média não-rentista e trabalhadores	

Fonte: Bresser-Pereira, 2017, p.692.

O primeiro aspecto que salta à vista sobre tal percepção das organizações sociais é que se trata de categorias muito mais próximas da metodologia weberiana que da marxista, em certa discrepância com a colocação de que o novo-desenvolvimentismo seria informado pela teoria marxista. De toda forma, até o momento se realizou uma demonstração, ainda que necessariamente parcial, do novo-desenvolvimentismo enquanto teoria. Tendo de considerar a exequibilidade, decidiu-se, como já anunciado no início do capítulo, observar alguns dados e políticas mais concretos, identificados com o (novo)desenvolvimentismo apenas no seguinte capítulo. Conservou-se aqui, então, certo grau de abstração, o qual se tentou ordenar num argumento razoavelmente inteligível, e prossegue-se agora para realizar a pretendida crítica partindo de pressupostos marxistas.

2.2 Dificuldades do argumento novo-desenvolvimentista

Um primeiro nível da crítica aqui buscada pode ser estabelecido dentro dos parâmetros e pressupostos teóricos do próprio novo desenvolvimentismo. Sendo assim, não é

por coincidência que o autor é incapaz de oferecer alguma perspectiva de estratégia pela qual seria possível superar o horizonte neoliberal. Sua maior fragilidade se dá precisamente pelo fato de que, ao passo que o novo-desenvolvimentismo consegue identificar que o problema central na reprodução do capitalismo contemporâneo é exatamente sua elite dirigente e sua lógica atual de acumulação de capital — ou seja, o sistema está funcionando precisamente como planejado, e a perpétua quase estagnação, ainda que não desejadas, são a expressão disso —, sua defesa da manutenção do sistema capitalista implica logicamente a necessidade de que, ou surjam, espontaneamente, capitalistas não interessados na atividade parasitária financeiro-rentista, ou que os próprios financeiros-rentistas, que lucram às custas não apenas dos países periféricos mas de todo o planeta, sejam acometidos por uma epifania moralizante e convertam-se em desenvolvimentistas comprometidos com o desenvolvimento nacional.

Uma resposta para isto seria a ideia de que o neoliberalismo seria algum tipo de deturpação anormal das relações sociais no capitalismo. É exatamente esta a caracterização feita em 2017 pelo autor ao considerar que o neoliberalismo seria um retrocesso político e econômico “*short-lived*”, no qual o individualismo extremo, numa competição “*não restringida pela solidariedade*”, aumentou tanto a insegurança como a desigualdade para a maioria da população — ao mesmo tempo em que os lucros das corporações monopolísticas, a renda dos rentistas e as altas comissões e bônus dos tecnoburocratas eram garantidos em permanente expansão. Não é fora de tom observar que, levando tal cenário em consideração, o processo de “conscientização” da elite capitalista “financeiro-rentista” no caso brasileiro de fato só poderia ser operada por milagre, ao se considerar que tais elites econômicas “identificam-se com as elites internacionais, não com o povo” (Bresser-Pereira, 2018, p.27).

O neoliberalismo teria tido uma vida breve, pois, à época, o autor teria identificado que a crise econômica de 2008 e a “crise política”, que seria a eleição de Donald Trump¹¹, teriam sido as pás de cal sobre o túmulo da hegemonia neoliberal (Bresser-Pereira, 2017, p.700). Ainda que a crise de 2008 tenha, de fato, expressado um momento agudo de crise da atual lógica de acumulação do capital a nível global, isto até o momento não suscitou de forma alguma qualquer tipo de alteração na estruturação econômica no Brasil ou no mundo, antes sua reafirmação: as políticas econômicas mais estritamente liberal-ortodoxas, como se demonstrará no capítulo seguinte, passaram, desde então, não por um processo de fenecimento, mas por um de fortalecimento e aprofundamento, e não apenas no Brasil.

¹¹ É verdadeiramente surpreendente que, no texto de 2017, o neoliberalismo fosse julgado morto pela eleição de um candidato republicano em 2016, poucos meses após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e início do governo Michel Temer.

Já sobre a “crise política” do neoliberalismo, observada pelo autor na eleição de Donald Trump, escapa ao nosso escopo neste trabalho delinear os projetos políticos do presidente americano, mas é possível ainda algumas considerações.

Mantendo-se o pressuposto de uma coalisão de classes dominantes financeiro-rentistas, uma crise política seria necessariamente provocada pela imposição de um projeto de acumulação capitalista fundamentalmente diferente do que estrutura a economia global (e, no caso, americana) desde pelo menos os anos 1980. Mesmo que um político estadunidense se utilize de retórica inflamatória para angariar votos de “estados pêndulo” (como são chamados os estados onde há maior flutuação entre partidos) com grande identificação com a indústria (caso específico dos estados do “cinturão da ferrugem”), isto não significa que ele (i) de fato tenha como objetivo a transformação de um modelo neoliberal para um modelo desenvolvimentista, e (ii) seja capaz disso, levando em consideração que isto envolve até mesmo a transformação voluntária dessas elites.

Ainda em termos puramente lógicos, sem utilizar a literatura marxista, não se pode confundir a pura eleição de um presidente com retórica pró-desenvolvimentismo (mantendo o pressuposto de honestidade) com a derrota de uma “coalizão de classes” que se mantém no poder há quatro décadas. A substituição de uma coalizão por outra só pode ser um processo relativamente tranquilo apenas no cenário irrealista da conquista de “corações e mentes” de uma elite capitalista que apenas angaria cada vez mais recursos. O que se constata antes é, ao contrário de uma derrota política de uma coalizão de classe financeiro-rentista, sua vitória incontestável marcada pelo apoio e identificação direta dos donos das *bigtechs* com o próprio candidato republicano (a despeito do próprio partido deste) e participação ativa destes em seu governo — indivíduos com extrema concentração de riqueza que são a expressão material da lógica de acumulação financeiro-rentista¹²¹³.

Em relação ao cenário brasileiro, uma das análises mais objetivas do autor sobre a forma adequada de responder ao cenário neoliberal é dado já em 2004, no seu texto “*Proposta de Desenvolvimento para o Brasil*”. Nele se demonstra de maneira razoavelmente clara que, enquanto os diagnósticos econômicos realizados pelo autor têm certo grau de preocupação com o desenvolvimento nacional, em termos amplos, com aumento da igualdade social, sua leitura sócio-política e, portanto, econômica se estabelecem sob uma ótica

¹²

Cf. <<https://www.metropoles.com/colunas/claudia-meireles/fortuna-de-4-bilionarios-na-posse-de-trump-supera-pib-de-163-paises>>.

¹³

Cf. <<https://www.brasildefato.com.br/2025/01/20/musk-zuckerberg-e-bezos-bilionarios-caem-nas-gracas-de-trump-para-manter-oligarquia-de-suas-empresas-diz-danny-caine>>.

distorcida dos interesses envolvidos. É por isto que, num mesmo parágrafo onde admite que o termo “classe social” seja combatido por “pressões das ideologias vindas do Norte”, o autor defende que se deve realizar uma “grande e informal aliança” entre empresários “do setor real”, técnicos públicos e trabalhadores (Bresser-Pereira, 2004, p.645). Essa santa aliança deveria se opor aos setores rentistas e ao mercado financeiro nacionais e estrangeiros, além dos seus divulgadores da ortodoxia convencional.

Para que tal aliança se realize é de se questionar três coisas: o que se ganharia com isto, como isso seria feito e por que não se concretizou até então. Os ganhos seriam o desenvolvimento nacional, crescimento real dos salários, estabilidade macroeconômica, melhora do lucro das empresas e da posição do país no sistema internacional. Tendo em vista tais nobres objetivos seria necessário combater a elevada taxa de juros reais, fixada arbitrariamente pelos financeiro-rentistas, junto a uma política planejada de depreciação cambial de médio-longo prazo. Este processo supõe a formação de um consenso entre os setores já mencionados para a promoção dessas políticas em combate ao rentista-financista (Bresser-Pereira, 2004, p.644).

Mas levando em consideração que a classe trabalhadora é a parte que mais sofre com o cenário neoliberal descrito e que, portanto, deveria ser a mais interessada em mudanças, o que essa aliança de classe de fato realiza é justamente a já anteriormente mencionada conscientização das elites brasileiras: estas, “afastadas do povo” durante os 21 anos do período militar, se afastaram ainda mais (se é possível) com a expansão do neoliberalismo na década de 1980 — com isto, perdeu-se entre nossas elites o conceito de “nação”; este seria um fator fundamental para explicar o porquê da aliança de classes desenvolvimentista ainda não ter se realizado (Bresser-Pereira, 2004, p.643).

Caberia, deduz-se, à classe trabalhadora, explorada brutalmente por todas essas décadas, apontar às elites (dos setores produtivos) que deveriam parar de se preocupar apenas com os lucros de curto prazo e preocuparem-se mais com a nação brasileira. O próprio autor aponta que esse acordo obviamente não acabaria com todos os conflitos entre esses setores (classe trabalhadora, empresários do setor real e técnicos públicos), mas que, “como as famílias”, esses conflitos ainda se dariam num ambiente de solidariedade que os torna todos uma nação (Bresser-Pereira, 2004, p.645-646).

Evidencia-se, assim, uma visão romântica de sociedade na qual é possível que todos existam em equilíbrio e que aqueles que ganham sobre a exploração dos outros ajam de maneira comedida e solidária, já que “todos” fariam sacrifícios. Não é necessário apontar que, via de regra, os trabalhadores teriam que ser muito solidários com os empresários para

compensar os lucros de curto prazo que deixaram de ser realizados em nome da nação. Um pequeno parêntese que deve ser feito é que o autor considera, ainda neste texto, que o país tem recursos próprios suficientes para o crescimento: não dependeria, assim, o Brasil da conscientização dos donos de capitais produtivos de origem estrangeira, supõe-se.

A argumentação teórica por parte do novo-desenvolvimentismo retorna por vezes ao tema da conscientização, principalmente das elites nacionais (econômicas e políticas) em prol do desenvolvimento e/ou bem da nação etc. Este é um argumento fundamentalmente moral, não apenas alheio ao marxismo e, portanto, passível aqui de crítica, mas que turva a análise econômica novo-desenvolvimentista. O método novo-desenvolvimentista se aproxima muito mais do método contratualista e, portanto, do pensamento liberal clássico — fato que não é negado pela teoria, mas que entra em contradição a nível metodológico com as próprias intenções dessa teoria (isto é, o desenvolvimento nacional, a equidade etc.) —, pois a análise dos mecanismos econômicos, até quando louvável, se dá trespassada por pressupostos insustentáveis uma vez que puramente arbitrários e sem conexão material apontável na realidade (isto é, supõe-se sempre, sem nenhuma tentativa de demonstrar, que os atores, principalmente as elites nacionais, poderiam agir de forma pacífica, equilibrada, coesa, racional, solidária, “nacional”, a despeito de seu próprio histórico de ações indicar exatamente o contrário), baseados, é claro, no individualismo metodológico.

Os textos novo-desenvolvimentistas, como se apontou na seção anterior, partem do pressuposto de que o Estado seja uma “instituição de controle social” neutra, no sentido de que seu papel é possibilitar a “coesão social” para atingir “interesses sociais comuns” (o desenvolvimento). O mercado, por sua vez, seria uma instituição de controle social relativamente “subsidiária” ao Estado, pois deve ser escolhida (pelo Estado) apenas quando um setor é competitivo (Bresser-Pereira, 2022, p.511). Isto significa que, para setores intrinsecamente monopolistas (por exemplo, o setor de energia e o de recursos minerais), o Estado ainda é a instituição reguladora ideal.

2.3 As elites e a estagnação

Escapa ao escopo deste capítulo especificar o papel do Estado capitalista pela interpretação de autores vinculados à TMD e, de modo geral, ao marxismo. (Apresentaremos esse argumento num capítulo à frente, no qual também trataremos de analisar alguns índices econômicos durante o período 2013-2016) Neste momento, o objetivo é apontar como um dos argumentos centrais presentes em mais de um texto da perspectiva

novo-desenvolvimentista, o de que existe um problema moral, um “desvio”, derivado de um afastamento das elites nacionais para com o povo, é um argumento significativamente frágil, por mais de uma razão. Primeiramente, é de se inferir que a correlação entre uma identificação ou aproximação das elites com suas populações e o desenvolvimento econômico ou industrial é, no melhor dos casos, historicamente fortuita — não apenas no Brasil, mas na grande maioria dos países do mundo.

Explicar o desenvolvimento industrial ou econômico dos EUA, Inglaterra, Alemanha, China ou qualquer outro país pelo sentimento de “nação” ou pela identificação de suas elites com seus respectivos povos não apenas ajuda muito pouco como parece atrapalhar essa investigação. Isto reforça a percepção de que o novo-desenvolvimentismo realiza metodologicamente uma separação entre o econômico e o político — como se fossem esferas independentes: os ajustes, reestruturações e processos econômicos necessários para uma melhoria dos índices econômicos nacionais atuais são razoavelmente bem diagnosticados. Sua realização política é, entretanto, reduzida à mera boa vontade e coragem das elites políticas em geral.

Seria possível argumentar que, como é natural em análises encabeçadas por economistas de formação, tais resultados seriam inevitáveis (isto é, privilegiar o estudo dos fatos econômicos frente aos políticos). Entretanto, os problemas desse reducionismo se expressam de forma resplandecente no silêncio teórico sobre a divisão internacional do trabalho ou o papel que a economia brasileira ocupa de um ponto de vista sistêmico — isto ao mesmo passo em que se reconhece que o neoliberalismo é uma ideologia fabricada nos países centrais (principalmente nos EUA). Esta inépcia para incorporar uma crítica sistêmica realça a incapacidade novo-desenvolvimentista e de seus proponentes de desenvolver estratégias para o desenvolvimento de um país dependente. Opera-se, ao mesmo tempo em que se fazem exortações pelo desenvolvimento do país no cenário internacional, um completo esquecimento das contribuições teóricas que investigam as relações internacionais do país e sua dinâmica estrutural no âmbito da economia nacional: nomeadamente, as contribuições associadas à Teoria Marxista da Dependência.

É interessante aqui realizar um pequeno desvio que ajuda a sinalizar como as elites nacionais se organizam, ao menos no plano político, dentro do Estado ao nível federal, especificamente os chamados grupos suprapartidários/bancadas informais. Obviamente, trata-se apenas de um aspecto das formas organizativas que as elites assumem para promover seus interesses e dirigir o Estado e a sociedade, entretanto é útil para demonstrar que, longe de haver uma cisão entre a esfera econômica e a política, essas não apenas estão

absolutamente consubstanciadas, como uma enorme maioria do que o novo-desenvolvimentismo pode considerar um setor “real” da economia está absolutamente representado politicamente nas instâncias do Estado nas quais seria possível optar por uma estratégia de “desenvolvimento nacional”.

De acordo com a “*Radiografia do Novo Congresso*”, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), existem, além dos próprios partidos políticos (e blocos com dois ou mais partidos), outras formas, suprapartidárias, nas quais os parlamentares podem se agrupar politicamente. Estas são basicamente bancadas informais e as frentes parlamentares. As bancadas informais passaram gradativamente a ter uma menor influência pois, a partir de 2007, de acordo com o DIAP, por resolução do STF ficou estabelecida a fidelidade partidária; sendo assim um parlamentar apenas votaria com a bancada quando coincidissem com o voto do partido. Cada vez mais também se estabeleceram as frentes parlamentares, que têm um grau maior de formalidade e precisam de assinaturas de ao menos um terço do congresso (171 deputados e/ou 27 senadores) (DIAP, 2023, p.100-101).

Ainda que sejam alianças suprapartidárias, informais, sem poder de gerência sobre seus membros, tais bancadas sinalizam a grande influência que as elites econômicas têm sobre os temas políticos em relação aos quais possuem interesse. De acordo com o DIAP, as bancadas empresarial e ruralista são as “recordistas” em representação. Ao passo que o novo-desenvolvimentismo elabora que as elites econômicas estavam “afastadas do povo”, elas estavam representadas politicamente no centro legislativo do Estado. Os temas priorizados por essas bancadas, como apresentados pelo DIAP, são elucidativos: em relação à empresarial, autorregulação, diminuição de encargos, reformas tributária, previdenciária e trabalhista, incentivos fiscais; para a ruralista, meio ambiente, regulamentação sobre trabalho escravo e sobre compra de terras por estrangeiros, demarcação de terras de povos indígenas e anistia de dívidas de produtores rurais; os temas da bancada sindical são a redução da jornada de trabalho, manutenção do salário mínimo, e a defesa dos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários (DIAP, 2023, p.102)

Em relação às frentes parlamentares, a mais significativa em todo o período é possivelmente a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), segundo a qual sua existência pode ser traçada desde a Constituinte; até 2005 existe de maneira informal e desde então se formalizou como frente parlamentar no Congresso. Isto significa que, desde então, essa frente parlamentar sempre contou com ao menos um terço dos parlamentares para sua renovação; na atual legislatura conta com 353 membros, sendo 303 deputados e 50 senadores. Isto garante

59% da Câmara dos Deputados e 61% do Senado. Sua principal finalidade é, de acordo com seu estatuto, promover o desenvolvimento do agronegócio nacional (FPA, 2025).

Por sua vez, o setor industrial apresenta uma constância relativamente menor no parlamento. A cada legislatura há uma certa rotação de frentes parlamentares sobre setores específicos da indústria, sem necessariamente uma frente parlamentar que se proponha à indústria como um todo e/ou com a constância com que a FPA se mantém no caso do setor agropecuário. A tabela a seguir elucida alguns dos setores representados desde 2003¹⁴:

TABELA 2. Frentes Parlamentares Industriais (2003-2025)¹⁵

2003-2006 (3 frentes)	2007-2010 (4 frentes)	2011-2014 (7 frentes)
Aeronáutica; Cinema; Moda;	Aeronáutica; Naval; Têxtil; Farmacêutica;	Aeronáutica; Naval; Têxtil; Saúde; Algodão; Bebidas; Indústria
2015-2018 (13 frentes)	2019-2022 (12 frentes)	2023-2026 (6 frentes)
Aeronáutica; Naval; Têxtil; Farmacêutica; Eletroeletrônica; Máquinas e Equipamentos; Bebidas; Construção Civil e Mercado Imobiliário; Editorial; Petróleo e Gás; Moto peças; Indústria; Indústria	Naval; Têxtil; Farmacêutica; Eletroeletrônica; Máquinas e Equipamentos; Bebidas; Bebidas; Construção Civil e Mercado Imobiliário; Pesca; Mobiliário; Música; Indústria	Naval; Têxtil; Máquinas e Equipamentos; Eletroeletrônica; Moto peças; Indústria

Fonte: CÂMARA (2025).

Analisar a fundo a composição, papel e atuação de cada frente parlamentar, identificando as principais e seus articuladores, é um trabalho que foge ao escopo deste texto,

¹⁴ Foram selecionadas apenas frentes cujos nomes incluem o termo “indústria”. Considerando-se que são dezenas de frentes em cada legislatura, é de se esperar que o número real seja ligeiramente maior.

¹⁵ Cada tema corresponde a uma frente parlamentar. Temas repetidos num mesmo período correspondem a mais de uma. A disposição dos temas na tabela foi feita buscando facilitar a exposição, não correspondendo a uma ordem cronológica ou qualquer outra.

ainda que interessante. Porém, é possível fazer algumas considerações: primeiramente, as frentes mais constantes são as relacionadas à indústria naval, têxtil, farmacêutica e aeronáutica. Nas últimas duas legislaturas não houve uma frente representante da indústria aeronáutica; na última também a indústria farmacêutica não foi representada. Inicialmente, não havia frentes para representar a indústria em geral, algo que se configurou a partir de 2011.

O principal argumento que nos interessa apontar aqui é que (obviamente) as elites econômicas nacionais, sejam relacionadas à indústria ou ao setor agropecuário, estão absolutamente representadas nas entranhas do Estado brasileiro, sendo as frentes parlamentares apenas um aspecto dessa representação. Levando isto em consideração, elas atuam de maneira ativa e consciente na promoção de seus interesses; antes de julgar que essas elites não tenham sentimentos nacionalistas ou estejam afastadas do povo, é mais seguro afirmar que, se um processo de desenvolvimento e crescimento econômico como o proposto pelo novo-desenvolvimentismo não é promovido, então ou ele não é desejável por essas elites ou elas não são capazes de engendrará-lo mesmo com enormes poderes políticos e econômicos.

Levando em consideração que Bresser-Pereira (2017) distingue entre uma coalisão de classes rentistas e uma coalisão de classes novo-desenvolvimentista industrial, seria possível argumentar que os capitalistas agropecuaristas privilegiam mais a coalisão rentista que a industrial. O problema é que existe uma extensa agroindústria nacional desenvolvida sobre essa fração de capitalistas. Com base puramente nos argumentos do autor, não existiria um motivo significativo para apontar que os capitalistas agropecuários e os capitalistas industriais estejam mais ou menos interligados com o setor “financeiro-rentista”. Para além disto, a coalisão de classe rentista incluiria uma “classe média rentista”, que daria suporte a uma nata de capitalistas ricos e seus principais gestores nas empresas. Vale a pena aqui investigar sobre esta fração de classe. Nos dados referentes ao setor em que estão empregadas, de acordo com o Portal da Indústria, em 2023, 21% do mercado de trabalho estava empregada na indústria, estando atrás de serviços (outros) com 50%, mas à frente de todos os outros índices: serviços do comércio com 18,8%; serviços de transporte e armazenagem com 4,9%; agropecuária com 3,3% e serviços financeiros com 2,2% (PORTAL, 2025).

Dentre a indústria em geral, a indústria de transformação corresponde a 68% dos empregos, sendo que a indústria de construção ocupa 24,8%; eletricidade, gás, água e outras utilidades ocupam 4,8% e a indústria extrativa ocupa os restantes 2,4%. No tocante ao total dos empregos, a indústria de transformação ocupa 14,3% deles, apresentando, entretanto, um

franco declínio desde o início da série em 2006, quando ocupava 17,8% do total de empregos. O período que mais nos interessa, entre 2013 e 2016, apresenta os seguintes dados: em 2013 eram 16,1% do total de empregos; em 2014 eram 15,7%, em 2015 eram 15% e em 2016 eram 14,7% (PORTAL, 2025).

A indústria de transformação brasileira é marcadamente de baixo nível de intensidade tecnológica. Dentre os cinco principais setores em termos de emprego, quase um quarto de seus empregos está, em 2025, no setor de alimentos (média-baixa intensidade tecnológica, com 23,8% dos empregos); seguido de longe por vestuário (média-baixa, 6,8%); produtos de metal (média-baixa, com 6,6%); borracha e plásticos (média, com 5,9%); e veículos automotores (média-alta complexidade, com 5,7%). De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), é possível observar que o nível de produção em todos os setores industriais caiu constantemente desde 2015, sendo apenas no setor de média-baixa complexidade e de indústria extrativa que a queda não foi tão expressiva (PORTAL, 2025; IEDI, 2024).

Como se pode perceber acima, o emprego no setor industrial possui, ainda que declinante, uma parcela significativa dos empregos nacionais, arregimentados, via de regra, em setores de média-baixa intensidade tecnológica vinculados ao refino de matérias-primas. Fora os serviços financeiros (que ocupam 2% da população com empregos formais), o setor é o que paga os melhores salários tanto para cargos de nível médio quanto de nível superior (onde a distância é expressiva: R\$9.199,00 na indústria frente a R\$6.228,00 na agropecuária (PORTAL, 2025). Tendo isto em consideração, o argumento de que uma população rentista-financeira de classe média apoia os grandes capitalistas financeiro-rentistas em seus interesses e que o faz de forma determinante a direcionar a economia nacional parece ter pouco fundamento; uma parcela importante do emprego brasileiro ainda se encontra no setor diretamente associado à indústria. Significa dizer que uma parcela maior da população se identifica com o setor produtivo industrial que com a agropecuária? Não necessariamente, pois os processos de identificação também incluiriam outras variáveis, por exemplo o impacto da mídia e propaganda sobre esses setores na opinião pública e, para além disso, se há relação entre aquelas e a eleição das elites políticas apontadas anteriormente.

Isso nos leva a concluir que os mecanismos que explicam a manutenção da hegemonia das elites que lucram com a manutenção do atual padrão de acumulação da sociedade são completamente alheios à explicação dada pelo novo-desenvolvimentismo. Isto compromete toda a arquitetura conceitual em questão pois parte de pressupostos inteiramente contraditórios, pouco elucidados, muito mais semelhantes a uma repetição moralista dos

argumentos keynesianos contra o rentismo do que fruto de uma análise econômica e social da sociedade capitalista brasileira. Para tanto, é necessário apontar como difere a TMD desta última já em níveis de abstração “básicos”.

2.4 Crítica Marxista

Como se pôde observar acima, o cipoal de problemas sobre o qual incorre a argumentação novo-desenvolvimentista se dá pois, ainda que tenha fundamentos econômicos razoavelmente sólidos, sua fundamentação teórica a respeito da realidade e história política, econômica e social se dá sobre agudas contradições que nos cabe aqui apontar e, como defendemos, compromete completamente seus diagnósticos e receitas. Isto se dá em diferentes níveis de abstração que cabe aqui detalhar.

Primeiramente, é de se pontuar que o novo-desenvolvimentismo incorre na divisão teórica entre a esfera do político e do econômico, compartilhando, novamente, muito mais semelhança com o ideário liberal que critica do que com a literatura marxista. Esse processo de separação da vida econômica e da vida política é amplamente registrado na literatura crítica em relação ao pensamento liberal. A relação entre aquilo que é da política e aquilo que é da economia numa sociedade só pode ser estabelecida em análise ao se determinar, ainda que minimamente, a lógica não meramente particular, mas totalizante de cada dimensão.

Como já apontado, é possível compreender o (novo)desenvolvimentismo, dentro da tradição do pensamento político moderno sobre o Estado, como influenciado pelo contratualismo tanto em sua vertente absolutista hobbesiana quanto a liberal lockeana. Marini (1994) aponta que o liberalismo, como presente já em Locke, é fundado na percepção de que a propriedade é um direito fundamental do indivíduo e que antecede a própria existência do Estado. Sendo assim, o Estado supostamente teria sido fundado tendo em vista a mera conservação da propriedade privada, ou seja, que os indivíduos fossem capazes de entrar em contratos privados uns com os outros sem dificuldades; a gerência da propriedade privada, porém, estaria além de suas competências. Não entra em questão o caráter desta propriedade privada, se é a propriedade privada dos meios de produção ou não, nem sequer sua distribuição na sociedade.

A alta capacidade de “representação” dessas elites econômicas é expressão de sua capacidade de organização e direção da sociedade em geral, de acordo com seus próprios interesses. Este papel cumprido pela burocracia estatal é fundamental para o bom funcionamento da acumulação de capital. Como explicitado por Jaime Osório, não apenas o

Estado isenta a burguesia de ter de administrar diretamente a sociedade, mas também ele age de forma a possibilitar a acumulação de capital de forma prolongada, mediando os interesses capitalistas imediatos em prol de sua perpetuação (Osório, 2019). Levando em consideração a natureza instável da competição intercapitalista, mesmo a busca por lucros imediatos precisa ser, por vezes, afetada em prol da garantia de fatores econômicos e sociais que assegurem a estabilidade necessária para a acumulação de capital.

Castelo (2010), por sua vez, aponta uma crítica sobre o novo-desenvolvimentismo baseada em três pontos principais: (i) as funções históricas do Estado burguês, (ii) a dinâmica da luta de frações de classes, e (iii) a integração dos aspectos sociais aos modelos heterodoxos de desenvolvimento. A primeira aponta justamente o caráter falso que assume o novo-desenvolvimentismo a respeito do Estado, que, como já pontuado, seria um ente neutro, superior às classes sociais e capaz de administrá-las em conciliação de classes: o Estado deveria atuar *ao lado* do mercado, em companhia deste. É curioso que, enquanto esta concepção é de fato comum no novo-desenvolvimentismo, sua falsidade (isto é, o caráter classista do Estado capitalista) significou a derrocada completa do desenvolvimentismo “clássico” cepalino.

Este movimento de “volta ao passado” (não apenas político mas também conceitual) é criticado por Meireles e Prado (2010, p.185). Os autores situam que não é contingente que justo após uma grande onda neoliberal o novo-desenvolvimentismo tenha ressurgido. Em sua análise do novo-desenvolvimentismo são apontadas duas características que nos são caras: primeiramente, tal teoria se define repetidamente pelo binômio econômico heterodoxo/ortodoxo, simplificação à qual os desenvolvimentistas originais não precisavam se dar ao esforço; em segundo lugar, o já apontado completo boicote a respeito do debate promovido pela Teoria Marxista da Dependência — e pelo marxismo em geral, é necessário apontar, apesar de que os autores novo-desenvolvimentistas por vezes citam o marxismo enquanto algo superado. Meireles e Prado (2010, p.187) sugerem também a ligação contemporânea de tais ideais, devido à presença do grande consenso neoliberal, com o reformismo neoliberal, por vezes progressista, que é por elas justificado.

O caráter classista do Estado burguês já é bastante claro inclusive nas acepções hegelianas sobre o direito: a noção de que o direito burguês é fundado na igualdade jurídica entre cidadãos que são, na prática, ainda diferentes devido à propriedade privada é presente já na crítica de Marx a Hegel. Sendo o Estado o último garantidor do direito à propriedade privada, está aí sua pedra angular enquanto instituição. Não é por coincidência que, em momentos nos quais a propriedade privada se encontra contestada, qualquer tradição

democrática ou política é jogada pela janela em prol da garantia última do direito de propriedade:

[...] a proposta dos novo-desenvolvimentistas, na verdade, não tem como real objetivo gerar a complementaridade do Estado com o mercado, posto que ela já existe desde a gênese do Estado burguês e do modo de produção capitalista, mas uma forma concreta de atuação do Estado – visando os interesses dominantes sob a hegemonia da velha burguesia industrial – no capitalismo brasileiro do século XXI (Castelo, 2010, p.198).

Ou seja, reaparece aqui, finalmente, a crítica aos maus capitalistas rentistas e a exaltação aos capitalistas industriais “nacionalistas”. O que esta concepção falha em compreender é justamente, como alertado já em Lênin, que tal divisão é fundamentalmente incompleta. Não se trata simplesmente de que a especulação financeira se dá imediatamente em qualquer movimento do capital produtivo (como não poderia deixar de ser, e sem a qual o capital produtivo estaria em grandes dificuldades), mas de uma concepção, defende-se aqui, equivocada do ponto de vista da propriedade. Um capitalista, ou, antes, a massa de capital a ele atrelada — e esta sim sujeita da acumulação, em termos bastante prosaicos — não possui uma vocação.

O capital não escolhe uma carreira na qual seguir indefinidamente; é massa de valor em busca de autovalorização, de acumulação. De fato, um capital pode se “solidificar” momentaneamente em uma mercadoria por tempo razoavelmente longo para a produção de mais capital (por exemplo, uma fresa, uma colheitadeira, uma fornalha, um computador), mas é de uma inocência aguda a caracterização dos proprietários de massas de capitais como indivíduos de orientação única: este só especula, aquele só investe em fábricas etc. Esta concepção não é original mas presente no próprio Marx, o qual é útil citar inteiramente pela clareza de sua exposição em seu *Prefácio à primeira edição de O Capital*:

De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (Marx, 2020, p.80).

Do ponto de vista do capital, é possível afirmar que o capitalista é tão meio da acumulação de capital quanto o são os trabalhadores. Para além disso, um capitalista idealmente nem sequer deve consumir seus ganhos, apenas acumular. Isto se dá pelo fato, tenta-se sublinhar aqui, de que ele é apenas a individualização da propriedade privada. Ainda que em momentos históricos anteriores, por inúmeros motivos, um capitalista fosse em grande medida um gerente, um técnico, a sua função principal é a de acumular capital. Para tanto existe na atualidade um robusto sistema financeiro internacional que ajuda capitais a se realizarem sem necessariamente arriscarem-se na competitividade intercapitalista.

Ainda de acordo com Castelo (2010), estruturam toda a sua argumentação sobre a contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista — como se demonstrou anteriormente neste texto tomando como base a apreensão de Bresser-Pereira —, mas esse conflito é, como apontamos, uma tese com pouca validade, mesmo em movimento: como é possível imaginar, se em algum momento fora o caso, que o investimento produtivo se dê sem o apoio das finanças? — isto ignorando a concepção de Lênin de que o capital financeiro é, antes de tudo, a fusão do bancário e do industrial? Castelo aponta que as grandes empresas transnacionais, e mesmos nacionais, têm por vezes estoques de ativos financeiros superiores aos de bancos ou fundos, sendo que uma parte expressiva dos lucros dessas mesmas empresas, que produzem valor, está diretamente vinculada à acumulação financeira ou mesmo fictícia — acumulação esta que tendencialmente dá suporte à própria atividade produtiva.

O último aspecto criticado por Castelo (2010) é o uso do conceito de equidade social como norteador do desenvolvimento econômico. Como bem pontua o autor, no pensamento novo-desenvolvimentista a equidade aparece como conceito-chave para a concepção de política social da teoria: se trata da incorporação neoliberal do conceito de igualdade humana. Todo indivíduo teria a capacidade de alcançar uma igual oportunidade de trabalho por meio do próprio esforço educacional (sem contar as inúmeras limitações estruturais às quais geralmente se é sujeito) e, ao ser garantido a esse indivíduo o acesso à educação, é responsabilidade do mesmo o desempenho necessário para competir com outros indivíduos. No caso, como não se toca no assunto da propriedade privada, pode-se trocar a palavra indivíduo por trabalhador. A percepção de que ele pode alcançar potencial igualdade em relação aos outros está baseada nesta visão linear vinculada a não apenas o mercado de trabalho mas à vida humana como livre de condicionantes estruturais.

Neste sentido, é de se apontar que a incorporação filosófica do ideário neoliberal ao novo-desenvolvimentismo curiosamente o faz retroceder a concepções minimamente

reconhecidas como equivocadas quando do declínio do desenvolvimentismo cepalino antigo — não deve surpreender, então, que é precisamente por isto que esta versão contemporânea tem certa projeção.

Tendo isso esclarecido, é possível neste momento apresentar ainda uma perspectiva mais clara a respeito do tema do desenvolvimento sob uma discussão puramente marxista. Com efeito, a situação dependente não é nem uma ausência ou subcapitalismo, mas sim simplesmente capitalismo, que há de expressar formas particulares socioeconômicas, não por uma essência particular, mas por uma essência geral. Isto é, não se tratam de diferentes capitalismo, mas simplesmente dum mesmo processo geral de acumulação que, ao se espalhar sobre diferentes povos e territórios organiza-os tendencialmente em adequação às necessidades globais. Que a expressão inicial disto tenha sido o imperialismo e o colonialismo apenas reforça o caráter essencialmente econômico das relações internacionais que pode ser remetido ao cânone da tradição marxista. Em relação a este ponto nos são úteis as palavras de Marini, em prólogo ao livro de Vânia Bambirra sobre a revolução cubana:

(...) um dos méritos dos estudos sobre a dependência (...) foi o de demonstrar que o imperialismo não é um fenômeno externo ao capitalismo latino-americano, mas sobretudo um elemento constitutivo deste. (...) a de que a dominação imperialista não se reduz às suas expressões mais visíveis, como sejam a presença de capitais estrangeiros na produção, a transferência de mais-valia para os países imperialistas mediante mecanismos mercantis e financeiros e a subordinação tecnológica, antes se manifesta na própria forma que o modo de produção capitalista assume na América Latina e no caráter específico que aqui adquirem as leis que regem o seu desenvolvimento (Bambirra, 1975, p.19-20).

Assim sendo, enquanto uma perspectiva desenvolvimentista se baseia numa concepção polar entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, a perspectiva que a crítica dependentista oferece trabalha não com objetos separados, opostos, mas com objetos de natureza relacional. Esta relação, que se dá pelos mecanismos da dependência (divisão internacional do trabalho, superexploração, transferências de valor) alerta para o fato de que não há motivo para crer que o que se tem comumente interpretado como processo de desenvolvimento possui qualquer característica intrínseca que seja capaz de transformar uma economia dependente no que se compreende ser uma “economia desenvolvida”.

Ainda, a diferença de formas que apresentam uma economia dependente podem ser desvendadas pela Teoria Marxista da Dependência não como objeto isolado mas como parte fundamental de um todo; pode-se compreender que o que se tem como “economia

dependente” é capitalismo diferenciado apenas de forma circunscrita ao interior da própria acumulação capitalista global. Dentro de um circuito nacional, as relações econômicas e sociais, pela repetição, reforçando-se, engendram dinâmicas particulares, como a superexploração, e desta forma aparentam relativa independência do processo econômico global que as confere sentido. A essência da dependência é expressa justamente na forma que assumem esses mecanismos acima apontados, inerentes ao ciclo do capital. É exatamente por isto que Marini indica que a luta anti-imperialista tem de ser obrigatoriamente a luta pela aniquilação do capitalismo (Bambirra, 1975, p.21).

Nenhum processo de adensamento econômico industrial, capacitação de força de trabalho, consumo de massas, desenvolvimento técnico, etc. carrega em si mesmo a potencialidade de ser mais que “desenvolvimento dependente”, pois não é capaz de alterar o fundamento econômico da dependência, a reprodução ampliada do Capital global, diferenciada e integrada pela divisão internacional do trabalho, pela superexploração e pelas transferências de valor. Afinal de contas, esses mecanismos continuam a operar e retroalimentar a reprodução ampliada do capital a todo momento da produção, circulação, apropriação, distribuição e acumulação.

Neste mosaico, o que o Estado dependente pode fazer, numa perspectiva reformista, é nada mais que alterar alguns atributos deste circuito (de forma cada vez mais tímida, pois, como já indicado, esse movimento se reforça cada vez mais), entretanto, não é capaz de mudar a função do mesmo em sua totalidade. Isto seria entrar em choque tanto com a “economia nacional”, ou seja, com a institucionalidade que expressa o circuito do capital dentro dessa economia — com o que se pode chamar de uma *legalidade* —, mas, pior ainda, com a acumulação de capital global. Como indica Mathias Luce:

O desenvolvimento histórico das relações de produção capitalistas e o movimento de suas leis de tendência deram vida a fenômenos histórico-sociais que, à base de repetição histórica, converteram-se em regularidades, as quais carregam um sentido com caráter particular, engendrando leis tendenciais específicas (Luce, 2018, p.227).

Isto é, os mecanismos já citados que constituem o modo como se estruturam as economias dependentes funcionam de modo a criarem leis de tendência específicas à acumulação de capital na periferia — a transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho e a cisão entre a realização da produção e o consumo das massas (Luce, 2018, p.230). Como indica o autor, isto ocorre de forma a agudizar as

relações de exploração nas economias dependentes, justamente em prol da expansão da acumulação de capital:

(...) provocando não a estagnação econômica nas economias dependentes, mas a acumulação de capital sob circunstâncias tais em que ocorre a reprodução ampliada da dependência. Ou, em outros termos, para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência. De tal sorte que a dependência pode mudar de forma e de grau através do tempo, mas somente mediante a ruptura revolucionária que leve à superação do capitalismo se poderá transcender, com isso, as relações de dependência (Luce, 2018, p.230-231).

A concepção dependentista supera a relação subdesenvolvimento-desenvolvimento enquanto etapas diferentes de um mesmo processo, antes, aquilo que se identifica como signo de subdesenvolvimento (antes de mais nada, as brutais relações de exploração) é fruto de uma forma de desenvolvimento específico, dependente, e o desenvolvimento assim dessas economias se traduz na agudização de seus aspectos mais desiguais. Trata-se da reprodução ampliada do capital em seu estado mais acabado, puro, despida de qualquer manto humanístico. Isto se dá ao nível de sua estrutura, ou, como indicado, de suas leis tendenciais, a atuação de forma a remediar aspectos grotescos da acumulação de capital dependente, ainda que eticamente louvável, não destrói as relações estruturais que fundamentam subterraneamente essas manifestações. A maioria do que se compreende enquanto “projeto de desenvolvimento” e “equidade” no novo-desenvolvimentismo, quando muito, dá conta e se preocupa com algumas dessas manifestações, mas não é capaz de promover alteração de fato.

Finalmente, é válido aqui indicar apenas que, dentro de uma perspectiva marxista, um conceito digno do nome de desenvolvimento deve lidar não apenas com aspectos aparentes, mas com a estrutura das sociedades periféricas. Para que um projeto de desenvolvimento possa ocorrer de forma perpetuada e estável, é necessário o rompimento com as relações de produção vigente e o estabelecimento de uma economia para e pela a classe trabalhadora; como se indicará nas próximas sessões, nenhuma “conquista” ou “direito” da classe trabalhadora é necessariamente irrevogável e tende a ser destruída em conjunturas nas quais os interesses do capital se expressem com maior unidade.

O desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico, com relações trabalhistas menos degradantes ou com produção tecnológica. Tudo isto pode ser alcançado (e também posteriormente perdido) sem entrar em contradição com os mecanismos nos quais a acumulação de capital dependente ocorre. Antes, em certo grau podem ser

instrumentais para sua reprodução. É necessário então associar o desenvolvimento, no âmbito econômico-social, antes com a alteração estrutural no plano das relações de propriedade e produção que possibilita que crescimento econômico, consumo de massas, educação e produção tecnológica, sustentabilidade ambiental e as mais variadas necessidades sociais possam ser sanadas de maneira consistente, planejada e estável. Ainda que políticas econômicas e sociais positivas de um ponto de vista progressista possam ser empreendidas por governos de esquerda, o não rompimento com a situação dependente impede qualquer perspectiva real de desenvolvimento, e põe em permanente instabilidade qualquer conquista social.

Capítulo 3 - Estado dependente e novo-desenvolvimentismo

Este capítulo tem como objetivo alcançar um entendimento a respeito do Estado dependente brasileiro e seus limites enquanto promotor de “desenvolvimento” na atual configuração da economia brasileira. Tal empreendimento é feito à luz da Teoria Marxista da Dependência como formulada em Marini (1973) e compreendida em Carcanholo (2013). Parte-se do pressuposto de que os objetivos novo-desenvolvimentistas não apenas estão aquém das necessidades políticas e econômicas nacionais, mas — e isto é significativo — se baseiam em arranjos econômicos e políticos insustentáveis para a preservação desses mesmos objetivos — e isto deriva da própria condição dependente da economia brasileira.

Tendo em vista a discussão já levantada até então a respeito do desenvolvimentismo, do novo-desenvolvimentismo e da própria Teoria Marxista da Dependência, este capítulo busca observar alguns dados a respeito da atual situação dependente brasileira, com um enfoque nas relações capital-trabalho e capital-Estado; pretende-se também apenas referenciar as determinações políticas já tratadas anteriormente. Parte-se do pressuposto de que as relações capital-trabalho são fundamentais para compreender, ainda que não completamente, a dependência e a superexploração da força de trabalho em suas consequências políticas e sociais contemporâneas.

Ainda que, como aponta Valencia (2023, p.31), a relação imperialismo/dependência que buscamos apontar anteriormente exija uma pesquisa num grau de maior detalhamento não apenas de categorias mas também de processos, julgou-se ilustrativo a apresentação de alguns dados referentes a outros países que não o Brasil, que pressupõe-se confirmarem a divisão entre países centrais e países dependentes.

Para precisar os limites do projeto novo-desenvolvimentista, busca-se analisar a economia brasileira com especial enfoque entre os anos de 2013 a 2016 — percebido como um período de declínio e queda deste modelo, e de substituição do mesmo por um modelo “neoliberal puro”; o método de observação toma inspiração na proposta metodológica presente em Amaral e Duarte (2023), isto é, busca-se, através de uma articulação teórica entre diferentes indicadores econômico-sociais, a existência da superexploração da força de trabalho na economia brasileira contemporânea.

É importante fazer aqui considerações a respeito de uma questão que passa como pano de fundo sobre toda esta dissertação. Isto é, a relação entre o chamado novo-desenvolvimentismo, como já apresentado, e o que se convencionou apontar criticamente como neodesenvolvimentismo, que seria algo próximo de uma deformação neoliberal das

políticas desenvolvimentistas, principalmente na América Latina. Antes mesmo disto, é importante considerar a relação entre o novo-desenvolvimentismo e a própria discussão desenvolvimentista que surgiu na CEPAL.

A continuidade entre o novo-desenvolvimentismo e o “velho” desenvolvimentismo é clara. Ainda que aporte elementos “novos”, o novo-desenvolvimentismo enseja posições políticas essencialmente idênticas às já propostas no projeto desenvolvimentista. De fato, as formas específicas que uma política de desenvolvimento baseado na industrialização assume em diferentes contextos sociais e em diferentes períodos históricos serão necessariamente distintas. É a partir desta posição que se pode conceber que o novo-desenvolvimentismo trata-se de pouco mais que uma “atualização” do desenvolvimentismo a um modelo de acumulação extremamente financeirizado como o é a atualidade latino-americana. Esta observação de que o novo-desenvolvimentismo e o “antigo” são diferentes mais em sua expressão formal que em suas concepções teóricas é aparente em Mollo (2013, p.234), por exemplo, que tem postura amistosa para com essa linha: os diferentes contextos cronológicos e as táticas específicas que o desenvolvimento implica podem até justificar um prefixo “novo”, mas a estratégia é fundamentalmente a mesma.

Como Mollo (2013, p.234) indica, já em Prebisch o papel ativo do Estado como sustentação e ordenação do desenvolvimento era explícito. Não é necessário retornar à apresentação do novo-desenvolvimentismo já feita, mas remete-se aqui aos pontos principais que são elencados em Bresser-Pereira (2022, p.510) para definir o papel do Estado, que apenas confirmam a interpretação de que se trata de uma continuação direta. Dentre todos, a contribuição do novo-desenvolvimentismo seria, além de frisar a importância de políticas anticíclicas keynesianas, “rejeitar déficits em conta corrente e garantir câmbio equilibrado para o mercado interno e externo”, o que significa pouco de um ponto de vista teórico. Antes, seria mais adequado elencar como novidade teórica a conciliação direta que o novo-desenvolvimentismo faz com as concepções ortodoxas a respeito do déficit público, que é totalmente renegado e encarado como o pecado capital cometido pelo velho desenvolvimentismo.

Trata-se, então, de um tipo de keynesianismo sem dívida pública. É por isto que, mesmo para Mollo (2015, p.238), o novo-desenvolvimentismo arrisca a se confundir com os posicionamentos da ortodoxia. Ao considerar que o posicionamento ortodoxo é (em teoria) absolutamente contrário à intervenção estatal, não seria adequado igualar ambos, mas _

defende-se — o fundamental é que suas implicações políticas, econômicas e sociais convergem.

Entretanto, como é necessário sublinhar, isto não significa que o novo-desenvolvimentismo não comporte teoricamente a possibilidade de “gastos públicos”. Como já indicado, existe preocupação teórica com a garantia de um aumento da igualdade social, melhoria do sistema de ensino etc. Dentro da argumentação teórica, isto até mesmo comporta críticas às elites econômicas nacionais “não-produtivas”, ou seja, rentistas. O projeto novo-desenvolvimentista, afinal, concebe-se como uma conciliação “solidária” entre o Estado, os setores produtivos da burguesia e a classe trabalhadora (Bresser-Pereira, 2004, p.645-646). Ou seja, sendo garantidos os lucros do capital não haveria motivo para que não houvesse algum grau de “solidariedade” à classe trabalhadora. Em nenhum momento isto rompe necessariamente com o modelo financeirizado de acumulação de capital patente no neoliberalismo e apregoadado pelos ortodoxos; basta não partilhar dos ideais sociais do novo-desenvolvimentismo que facilmente é possível conceber sua convergência prática com as políticas nomeadas como neodesenvolvimentistas. A possibilidade de benesses às classes trabalhadoras é fundamentalmente restrita ao crescimento econômico continuado dos capitais, sejam “produtivos” ou “improdutivos”. De passagem, ainda que a distinção entre capital produtivo e improdutivo seja importante em certos níveis de análise, a ideia de uma oposição entre ambos faz pouco sentido: via de regra são consubstanciados.

Tendo em mente o apresentado, fica mais clara a proximidade do que é criticado como uma política neodesenvolvimentista petista com as concepções teóricas novo-desenvolvimentistas. O novo-desenvolvimentismo não exclui, *a priori*, o gasto social conquanto se mantenha a estabilidade monetária, o regime de metas, a abertura comercial e financeira, o investimento privado, algum grau de política industrial, investimentos em infraestrutura; em resumo, o funcionamento dos mercados e a “acumulação de capital nacional”.

A eleição em frente ampla, que não é marca apenas do governo petista mais recente, mas de todos, é a expressão corporificada da conciliação de classes “solidárias” abarcadas no novo-desenvolvimentismo. É desnecessário resgatar aqui a longa lista de panegíricos a banqueiros, empresários e fazendeiros promovidos por figuras chave do próprio Partido dos Trabalhadores no governo, que sabem sempre distinguir entre “bons” empresários, “nacionalistas”, e empresários “ruins”, “atrasados”, “sem compromisso social”. Não é o caso de dizer que o novo-desenvolvimentismo influencia necessariamente a intelectualidade social-democrata petista, mas, como se observa, há convergências a todo momento.

É possível argumentar que as políticas do neodesenvolvimentismo petista apresentam dois pontos de divergência em relação ao novo-desenvolvimentismo. Primeiro, sua preocupação com a expansão de programas sociais se sustentou em níveis claramente criticáveis pelo novo-desenvolvimentismo. Segundo, sua capacidade de alteração da estrutura produtiva foi simplesmente insatisfatória.

A próxima seção abordará criticamente ambos os temas com a apresentação de alguns dados. Mas cabem ainda aqui algumas considerações. Em si mesma, a própria política social pode ser usada sem comprometimento dos pressupostos novo-desenvolvimentistas: por exemplo, pode ainda ocorrer o fortalecimento da acumulação de capital nacional, o investimento privado pode se tornar mais interessante e tal consumo não incorre necessariamente num déficit público, ademais ao se considerar o tamanho potencial do consumo interno.

Porém, como aponta Paulani (2012, p.32), o cenário que se evidencia no caso brasileiro sob o governo petista neodesenvolvimentista à época era o da insustentabilidade causada pelas próprias limitações autoimpostas ao papel do Estado. A transformação da estrutura distributiva nacional à época passava (e ainda passa) pelo aumento do salário mínimo real, pela retomada do crescimento e apenas secundariamente pelos programas de renda compensatória. É através do crescimento que se poderia pressionar para cima a média e massa salarial, e é a promoção deste crescimento que deve passar a ser prioridade do Estado (Paulani, 2012, p.29). O problema é que isto esbarra na camisa de força da estabilidade monetária, que pressupõe o investimento privado (em coincidência com as teses novo-desenvolvimentistas). De toda forma, ainda que a distribuição de renda não tenha prioridade no repertório novo-desenvolvimentista, não há motivo suficiente para prescrevê-lo como inconciliável com o novo-desenvolvimentismo.

Sendo o componente da distribuição de renda o único com maior grau de permanência, pode-se inferir que não sustentar o crescimento significa ainda aumentar o peso sobre o orçamento do Estado, colocando em xeque a própria distribuição e abrindo espaço para a austeridade. Ademais, se o aumento do consumo se basear na importação, o cenário é ainda pior. Tendo isto como base, é fundamental que o Estado faça o possível para fomentar o crescimento à base do investimento público, levando em consideração a “letargia” do investimento privado nacional. Como aponta Paulani (2012, p.31), o Estado brasileiro conta com as ferramentas para tal, tanto recursos públicos, quanto empresas e bancos estatais. Tais ferramentas precisam fomentar o capital fixo nacional, principalmente infraestrutura e moradia. Para que isto se realize, é preciso, entretanto, resolver o impulso dinâmico para

dentro, e isto aponta sim para o rompimento do impulso atual da acumulação de capital, voltado para fora. Isto se traduz em romper com a lógica financeirizada atual, mobilizando recursos financeiros em investimentos de capital produtivo.

Isto vai de encontro com a perspectiva novo-desenvolvimentista de que é necessário, antes de tudo, não apenas a jaula da política fiscal superavitária, mas, na questão fundamental à qual Paulani (2012, p.17) chama a atenção, de que a acumulação de capital do país está assentada num passivo externo significativamente maior que as reservas internacionais brasileiras. Ou seja, ainda que seja possível obter superávits na balança comercial e o crescimento do PIB, no longo prazo não se resolve a questão da vulnerabilidade externa sem enfrentar a forma da inserção da economia brasileira no circuito internacional de valorização de capital.

Paulani (2012, p.12) demonstra justamente que, durante os governos petistas, uma enorme parcela do crescimento econômico derivado do aumento do preço internacional das *commodities* é desperdiçado com uma política econômica interna de privilégio à acumulação rentista, com enorme abertura financeira. A forma mais óbvia disto são as taxas reais de juros eternamente elevadas à contramão de qualquer tendência internacional. Isto tem estreita relação com o enorme passivo externo já mencionado: as inversões financeiras de capital expressas no passivo externo fazem ancorar a taxa de juros em patamares elevados nocivos a uma perspectiva de desenvolvimento industrializante.

É perfeitamente possível, porém, a crítica de que o novo-desenvolvimentismo renega tal abertura financeira ao advogar pelo controle da conta de capitais. É possível ver mesmo em Paulani e Bruno (2024, p.229) a indicação de que o novo-desenvolvimentismo (citado em inglês como *neodevelopmentalism*) significaria uma mudança no ambiente institucional e que, portanto, os governos petistas não seriam de fato desenvolvimentistas, apesar de contarem com amplos “momentos desenvolvimentistas”: assim sendo, para serem os governos petistas de fato novo-desenvolvimentistas, não bastariam apenas mudanças na condução da política econômica, mas alterar o próprio ambiente institucional que mantém o regime de acumulação de capital atual (Paulani; Bruno, 2024, p.229).

O ponto principal de crítica a essa posição a que se deve atentar aqui é que esta concepção novo-desenvolvimentista apenas se mantém correta enquanto pesarem válidos os pressupostos filosóficos e sociais já apontados anteriormente e que servem como base às políticas econômicas novo-desenvolvimentistas. Ou seja, é o procedimento teórico de separação da política da economia, a caracterização do Estado como um ente neutro, a negação da luta de classes, e a moralidade como aspecto central do político, o que permite

levar ao argumento de que as políticas dos governos petistas não sejam “verdadeiramente” novo-desenvolvimentistas. Neste sentido, mais correta nos parece a concepção presente em Boito Jr e Berringer (2013, p.32), ao analisar os governos do PT: “*O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*”.

Este momento nos remete diretamente à pergunta norteadora desta dissertação: o novo-desenvolvimentismo, marcadamente conciliador-reformista, é capaz de superar os limites estruturais da dependência? Tudo nos parece indicar que não, que é um projeto politicamente irrealizável. Curiosamente, ao partir de uma teorização política fundamentalmente idealista, o novo-desenvolvimentismo rechaça os governos petistas por não terem rompido com as políticas conciliadoras-reformistas que são a essência do argumento novo-desenvolvimentista.

É exatamente neste ponto que convergem os postulados novo-desenvolvimentistas também com as políticas de desenvolvimento petistas, não necessariamente por fidelidade intelectual ao argumento novo-desenvolvimentista, mas porque as bases políticas e sociais materiais que dão sustentação a esses governos se traduzem necessariamente numa administração reformista e conciliadora. Foge de nosso escopo, mas seria possível afirmar nesse contexto que o petismo, em termos práticos, até mesmo consegue ir mais longe que o novo-desenvolvimentismo, ao conter em si tendências esquerdistas não-completamente comprometidas com a conciliação, ainda que marginais.

Sobre a incapacidade de alteração da estrutura produtiva, é fato que o novo-desenvolvimentismo tem isto como objetivo fundante, mas não se trata de um objetivo que é perseguido cegamente, mas sob uma determinada estratégia, defende-se aqui que a estratégia novo-desenvolvimentista converge com a neodesenvolvimentista, ou seja, é em si mesma insuficiente para alcançar o desenvolvimento. Isto explica-se, afinal, por não ser capaz de responder às limitações impostas pela relação dependente à acumulação de capital. Como bem apontam Boito Jr. e Berringer (2013, p.33), é a grande burguesia o setor que mais ganha com a política neodesenvolvimentista: os superávits da balança comercial, abertura comercial e investimento público sem déficit são também o atendimento às necessidades de acumulação dos grandes setores produtivos do capital nacional: a mineração e o agronegócio, subsidiados via BNDES — um circuito próprio de investimento interno. Trata-se da existência prática de alguns dos pontos fulcrais do argumento novo-desenvolvimentista.

Como os autores indicam (Boito Jr.; Berringer, 2013, p.31), é fato que existe certo grau de oposição interna entre os setores do capital financeiro, mais integrado ao capital

internacional, e esses setores produtivos já mencionados, relação espelhada na mudança do perfil dos governos dos anos 1990 para os anos 2000, com grande alteração na coalisão de forças dirigentes. A coalisão dos governos PT se explica na articulação dos grandes capitais produtivos aos principais setores populares urbanos e rurais. O único problema para uma perspectiva novo-desenvolvimentista é que esses grandes capitais privados não funcionam como os grandes motores do investimento nem aparentam se interessar por uma mudança no perfil do crescimento nacional, e sim sua reafirmação.

A política de coalisão, presente não apenas na social-democracia petista mas na concepção política do novo-desenvolvimentismo, leva na prática à aceitação resignada desta situação ao se considerar o papel fundamentalmente conciliador do Estado. É necessário apontar que, levando em consideração o papel desses grandes setores no sistema internacional, que passa satisfatoriamente ao largo da necessidade de maior dinamismo interno, mesmo uma política mais ativa de fomento à atividade industrial em (suposto) detrimento do capital financeiro internacional não significaria necessariamente uma superação da condição dependente do país.

Confundir um aumento do grau de industrialização com desenvolvimento é outra questão que abordaremos limitadamente na próxima seção, lembrando o caso mexicano. O que se buscou apresentar aqui é que a política de desenvolvimento do PT, sob todas as restrições assumidas, converge na prática com os postulados promovidos pelos teóricos novo-desenvolvimentistas na maioria dos casos, ainda que apresentando limitações decorrentes de impedimentos fundamentalmente políticos completamente ignorados pela teoria. Isto significa apontar que as teorizações novo-desenvolvimentistas apresentam ao menos algumas falhas em seu encadeamento e que suas políticas não necessariamente implicam desenvolvimento. As limitações assumidas pelo Estado, o privilégio imbuído a um suposto capital produtivo nacionalista no desenvolvimento e as implicações políticas, internas e externas, do papel assumido pelo próprio país na divisão internacional do trabalho são algumas das maiores dificuldades encontradas tanto na teoria novo-desenvolvimentista como na prática política e econômica do assim chamado neodesenvolvimentismo observado no petismo.

3.1 Retrato do declínio do novo-desenvolvimentismo: 2013-2016

Com a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder, em grande medida toda a institucionalidade neoliberal antecedente que, derivada das máximas do Consenso de Washington, fora introduzida no Brasil com força na década de 1990 junto ao Plano Real, se

mantiveram. O arrocho monetário, além da agenda de internacionalização dos circuitos financeiros nacionais programados se mantiveram os mesmos, ainda que a agenda de privatizações tenha perdido intensidade.

De toda forma, o modelo de desenvolvimento nacional dos governos petistas, de 2003 a 2016, guarda características próprias que, tendo sido justamente combatidas no processo político de tomada do poder que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ajudam a compreender os limites desta economia política petista. De acordo com Paulani (2017, p.30-31), os petistas foram capazes de se diferenciar do modelo econômico puramente neoliberal anterior ao combinar a continuidade de uma agenda liberal (intocada) em prol dos interesses da riqueza financeira e investidores externos com políticas sociais de alto impacto.

Este modelo neodesenvolvimentista, ainda de acordo com a autora, é exatamente um modelo conciliatório, no qual o Estado é capaz de atender tanto a demandas de acumulação do capital quanto às demandas da classe trabalhadora — que, em grande parte, envolvem os direitos previstos na Constituição de 1988 e legitimados nas eleições presidenciais de 2002 a 2014. De acordo com Ouriques (2013), o governo Lula fora capaz de aproveitar a estabilidade monetária do Plano Real e articular o gasto público via BNDES à “responsabilidade fiscal”, que significavam lucros enormes aos capitalistas junto à inclusão social da classe trabalhadora, estabelecendo sobre tais bases um consenso “desenvolvimentista” que abarcava tanto a esquerda quanto a direita nacionais, além de reconhecimento internacional.

Boron (2007) também não encontra dificuldades em definir o desenvolvimentismo do governo Lula como ação de um governo de “centro-esquerda” neoliberal, fiel à institucionalidade do FMI, Banco Mundial e OMC, ao Consenso de Washington, e gerenciando um capitalismo “sério e racional”, ainda que mantenha uma retórica progressista que não esconde suas ações (Boron, 2007, p.202). A centro-esquerda latino-americana atual abraça o desenvolvimento sob o protagonismo da “espectral” burguesia nacional pois nos anos 1970 os movimentos emancipatórios que já haviam superado essa concepção foram brutalmente combatidos e barrados. Como o autor aponta, cada vez mais os países latino-americanos se distanciam da perspectiva de um desenvolvimento de fato, em especial o México, Argentina e Brasil (Boron, 2007, p.203).

Foi sobre o mito do desenvolvimento nacional que o candidato Lula foi capaz de “adoçar” sua imagem, em candidatura junto ao empresário José Alencar, representante da burguesia nacional. Esta aliança, de acordo com Boron (2007), era tão desmobilizadora como anacrônica, e a prova disto é a completa incapacidade do governo de desviar minimamente

dos interesses do capital financeiro. Essa burguesia fragilizada com o já maduro processo de transnacionalização do capital acaba apenas deslocada para setores menos lucrativos; as iniciativas de atração de capital estrangeiro (isenções fiscais, desregulamentações), conjugadas às privatizações de empresas estatais, ampliam a incapacidade do Estado de angariar recursos próprios para o financiamento de qualquer projeto nacional (Boron, 2007, p.210). Afinal, ainda que se identifiquem – e isto não é incompatível com o neoliberalismo – taxas de crescimento de suas economias, não há motivo para crer que o Brasil, e os países latino-americanos no geral, estejam minimamente se movendo em direção ao desenvolvimento; antes, minam cada vez mais sua capacidade de ação no longo prazo.

O modelo neodesenvolvimentista então significou não uma reestruturação econômica nacional, mas o compromisso político de reafirmação dessas estruturas, com grandes incentivos por parte do Estado, de forma a garantir crescimento suficiente para o investimento em políticas sociais que, por sua sorte, também refletiram positivamente na economia, numa espécie contraditória de “ciclo virtuoso”. É patente que tais políticas impactam de forma a aquecer a demanda interna, pois se trata justamente de um aumento do salário mínimo real, programas de distribuição de renda como o “Bolsa Família”, além de programas como o “Minha Casa Minha Vida”, o ProUni e o FIES, a criação de 18 universidades públicas (Paulani; Bruno, 2024, p.226) — às quais se somam os Institutos Federais, com 214 criados entre 2005 e 2010, e 208 entre 2011 e 2016 (AGENCIAGOV, 2024).

Entretanto, no período que desejamos retratar, isto é, 2013 a 2016, tal modelo de desenvolvimento delineado brevemente acima já se encontrava embotado e/ou em franco declínio. Tal processo se deu com uma origem internacional, à qual uma economia exportadora como a brasileira era (e continua sendo) especialmente vulnerável: a crise financeira de 2008. Escapa ao nosso alcance retratar aqui a crise de 2008 e suas determinações; basta-nos considerar que significou internacionalmente um cenário generalizado de contração econômica, piora do acesso ao crédito, e queda dos preços das *commodities*.

De acordo com Paulani (2012, p.28), apesar de capaz de atrasar os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira a partir de incentivo a setores de grande efeito multiplicador (automóveis e eletrodomésticos), o Estado brasileiro sob o governo Dilma gradativamente incorporou políticas de austeridade em detrimento das políticas sociais anteriores; passou-se, assim, de uma política econômica expansiva para outra cada vez mais regressiva, principalmente no segundo mandato (2015-2016).

De acordo com as séries presentes na IPEADATA (2025), a taxa Selic no período 2013 a 2016 pode ser ilustrada em três pontos: tem seu ponto mais baixo em fevereiro de 2013, com 6,04 pontos percentuais; estabelece-se definitivamente acima dos dois dígitos em abril de 2014 com 10,3 pontos; atinge seu pico em agosto de 2016, com 15,66%, mês em que Dilma Rousseff tem seu mandato cassado. A taxa Selic apenas retornou a patamares constantes abaixo dos dois dígitos em setembro de 2017, um ano após o *impeachment*.

É interessante também apontar aqui os indicadores referentes ao nível do desemprego no período, de acordo com a IPEADATA (2025): em janeiro de 2013 eram 8,1% de desocupados. Os números se mantêm relativamente baixos até 2015, início do segundo mandato de Dilma: são 7,8% de desocupados em janeiro de 2015 e tal índice sobe mensalmente atingindo 12% em dezembro de 2016, com um pico de 14% em fevereiro de 2017. A partir destes dados, é possível inferir que o aumento do desemprego no período apenas ocorreu após a implementação de uma taxa de juros mais elevada (ainda que não exclusivamente devido a ela), sinalizando certo encadeamento entre o nível de emprego decrescente e as políticas de austeridade governamentais.

Um alto índice de desemprego não apenas significa que uma parcela da população passa a viver em condições pauperizadas, mas também que a parcela ocupada se encontra num processo de intensificação do trabalho promovido pelo aumento do que é chamado na literatura marxista como exército industrial de reserva. Pode-se inferir que, no período, a tendência geral de altos níveis de desemprego implica, em termos políticos e sociais, a desarticulação dos movimentos reivindicatórios populares, dentre estes os sindicatos. Não apenas os salários não se valorizam, mas são pressionados para baixo.

Este processo de pauperização da classe trabalhadora é previsto já nos textos de Marx, e suas determinações sobre a realidade brasileira se expressaram nos termos da superexploração da força de trabalho local, como se defende aqui a partir de Marini¹⁶. Tal superexploração será aferível tendencialmente em grande número de indicadores econômico-sociais em conjunto. Pelos interesses de nossa exposição demonstramos alguns a seguir. Ainda de acordo com a base de dados IPEADATA, o Índice de Gini, que mede o grau da desigualdade entre todos os indivíduos segundo a renda domiciliar per capita (sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual), era de 0,532 em 2013; 0,526 em 2014; 0,524 em 2015; e 0,537 em 2016 — enquanto a desigualdade vinha historicamente diminuindo, a partir de 2015 há uma brecagem e reversão na tendência à queda da desigualdade de renda

¹⁶ Tratamos da categoria superexploração do trabalho no capítulo 1.

(IPEADATA, 2025). De acordo com as estimativas do Banco Mundial, dentre os países catalogados (há uma grande quantia de países sem informações), o Brasil em 2016 possuía o segundo pior índice, acima apenas de Essuatíni (em 2022, dado mais recente, o Brasil está acima apenas de Essuatíni, Botsuana e Colômbia) (WORLDBANK, 2025).

Um outro indicador interessante que nos ajuda a ilustrar a situação geral da classe trabalhadora no país no período 2013 a 2016 é a relação entre o custo médio da cesta básica nas capitais frente ao valor do salário mínimo representada na tabela a seguir. Sublinha-se que uma cesta básica é calculada visando suprir as necessidades alimentares de apenas um trabalhador adulto por mês. O altíssimo preço relativo do custo da cesta básica frente ao salário da maioria da classe trabalhadora indica justamente que esta é relegada a um regime de exploração intenso no qual sua própria reprodução enquanto força de trabalho é posta em xeque.

Como analisaremos mais à frente, é de se indicar que mesmo antes das políticas de austeridade mais severas e com índices relativamente baixos de desemprego (8,1% em janeiro de 2013), o trabalhador brasileiro (formalizado) médio à época dispendia próximo de 40% do seu salário apenas nos alimentos necessários para sua reprodução. Isto condiz com a interpretação já apontada em Ouriques (2013) de que os governos petistas se basearam no lucro enorme dos capitalistas em conciliação com gastos sociais estratégicos; possibilitou-se, assim, a reprodução normal de uma força de trabalho de remuneração extremamente baixa:

TABELA 3. Brasil: Proporção entre o Custo Médio¹⁷ da Cesta Básica e o Salário Mínimo

Data	Custo Cesta Básica (mensal, em R\$)	Salário Mínimo (mensal, em R\$)	%
Agosto 2013	266,52	678,00	39,3
Agosto 2014	296,58	724,00	40,9
Agosto 2015	335,83	788,00	42,6
Agosto 2016 ¹⁸	415,99	880,00	47,2

Fonte: DIEESE, 2025; IPEA, 2025.

¹⁷ Média simples sobre a soma dos valores calculados para as capitais analisadas pelo DIEESE.

¹⁸ Em 2016 os estudos sobre preço de cesta básica do DIEESE passaram a incorporar 27 capitais, anteriormente trabalhando com apenas 18 capitais.

A fim de não apenas uma melhor visualização destes indicadores, mas também ilustrando uma diferença estrutural entre diferentes economias, é possível compará-los com os dados da economia americana disponibilizados pelo U.S. Bureau of Labor Statistics (BLS)¹⁹. De acordo com o BLS (2025), uma unidade familiar (2,5 indivíduos), de 100% de seus gastos anuais, gastava apenas 12,9% com comida em 2013; 12,6% em 2014; 12,5% em 2015 e 12,6% em 2016. É de se destacar aqui que isto não deve ser traduzido diretamente enquanto melhores condições salariais, exigindo pesquisas em específico a respeito da composição dos gastos da reprodução da força de trabalho nos EUA. Por exemplo, no mesmo período, as famílias americanas destinaram cerca de um terço de seus gastos anuais a moradia, e entre 7 e 8% a saúde.

Ainda assim, ao se sublinhar que o Estado americano não garante à sua população mais que subsídios (inexistindo, por exemplo, ensino superior gratuito ou sistema de saúde universal gratuito), pode-se inferir que o salário médio do trabalhador americano cobre tendencialmente a maior parcela dos custos para a reprodução da força de trabalho. Por fim, os EUA importaram em 2013 pouco mais de 108 bilhões de dólares apenas em alimentos (não confundir com a categoria mais geral de produtos agrícolas), de acordo com o Departamento de Agricultura Americano (USDA); em 2016 foram 122 bilhões de dólares em importações (67% do total de importações de produtos agrícolas), sendo as principais categorias no período peixes/frutos do mar, seguido de frutas, bebidas, e vegetais (USDA, 2024).

Um segundo país que pode ajudar a análise da relação entre o custo da cesta básica de alimentos e o valor do salário mínimo tratado acima é o México. Como bem aponta Sotelo Valencia (2023), a composição da economia mexicana é ainda diferente da brasileira, pois é o único país latino-americano que não retornou “à forma simples de divisão social do trabalho que prevalecia no século XIX e que envolvia a troca de bens primários por bens manufaturados” nos anos 1980, especializando-se na produção manufatureira e em maquiladoras fortemente transnacionalizadas (Valencia, 2023). A semelhança do México com o Brasil é sua posição dependente na divisão internacional do trabalho, mesmo se configurando internamente numa estrutura produtiva diferente, e isto parece transparecer de maneira semelhante nos indicadores relatados, como é possível observar a seguir, numa proporção ainda mais destoante que o caso brasileiro:

¹⁹ É necessário apontar que se trata de métodos diferentes de aferição e organização de dados.

TABELA 4. México: Proporção entre o Custo da Cesta Básica e o Salário Mínimo

Data	Custo Cesta Básica (diário, em Pesos)	Salário Mínimo (diário, em Pesos)	%
Agosto 2013	39,31	63,12	62,2
Agosto 2014	41,42	65,58	63,1
Agosto 2015	42,71	69,26	61,6
Agosto 2016 ²⁰	43,7	73,04	59,8

Fonte: Banco de México (2025); CONEVAL (2025).

Enquanto a proporção indicada no caso mexicano é muito superior à observada no Brasil, é de se destacar que, no mesmo período, enquanto no caso brasileiro o custo relativo da cesta básica aumentou, no caso mexicano ele diminuiu. Ainda por cima, pode-se aferir que, no caso brasileiro, os números apontam para um salto significativo de 4,6 pontos — apesar de um coetâneo salto no valor do salário mínimo. Enquanto não signifique necessária relação causal direta, esses dados acompanham a tendência dos dados já apontados anteriormente do impacto das políticas de austeridade do segundo mandato da presidente Dilma: do aumento do desemprego e da desigualdade; o aumento relativo do custo dos alimentos pode ser interpretado como efeito, ao menos em parte, do cenário geral de políticas regressivas por parte do Estado. Um segundo fator que pode explicar a diferença entre os índices brasileiros e mexicanos é o já mencionado nível de emprego: no caso mexicano, em todo o período a taxa de desemprego é, em média, inferior a 5%, apresentando leve queda, sendo inferior a 4% no ano de 2016. Isto é reflexo da especialização produtiva já mencionada em Valencia (2023): enquanto economia dependente, o México apresenta uma série de índices socioeconômicos comparáveis aos brasileiros, mas pela sua economia ser centrada nas manufaturas, sua taxa de emprego é, em média, significativamente menor — mesmo que haja, e em realidade justamente por isso, taxas de informalidade altíssimas: em 2016 a média de informalidade era superior a 57% da força de trabalho (BANXICO, 2025).

Frente a isto é relevante a variação da porcentagem da população abaixo da linha da pobreza nestes países, à qual o cuidado com a comparação sob diferentes métodos de análise merece estudos posteriores. De toda forma, de acordo com o Census Bureau americano, em

²⁰ Em 2016 os estudos sobre preço de cesta básica do DIEESE passaram a incorporar 27 capitais, anteriormente trabalhando com apenas 18 capitais.

2013, 15,8% dos americanos estavam abaixo da linha da pobreza; em 2014 são 15,3%; o número continua a decair e em 2015 são 14,5%; e em 2016 o número é de 14% (CENSUS, 2017; CENSUS, 2015). Já no México, de acordo com a CONEVAL (com dados a cada dois anos), em 2012 são 45,5% da população; em 2014 são 46,2%; e em 2016 são 43,6% — destaca-se que esses números, no caso do México, acompanham precisamente a evolução da relação entre custo da cesta básica e valor do salário mínimo apresentada acima (CONEVAL, 2018).

Resta, então, a comparação com o cenário brasileiro: de acordo com o IBGE (2016), em 2013, 8,5% dos brasileiros viviam em domicílios com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (indicador escolhido para a aferição da pobreza); este número é de 7,9% em 2014 e de 9,2% em 2015. Para o ano de 2016, há um relatório (2017) com mais indicadores: 12,1% dos brasileiros viviam com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita, ou seja, um salto de 2,9%; utilizando o recorte de até 1,9 dólar por dia per capita (sugerido pelo Banco Mundial como indicador de pobreza extrema), seriam 6,5% da população. Por fim, utilizando o recorte sugerido pelo IBGE a partir do relatório para 2016, de até 5,5 dólares por dia per capita, usado também pelo Banco Mundial para países de médio-alto desenvolvimento, a população abaixo da linha da pobreza era de 25,4% dos brasileiros. Confirma-se mais uma vez a tendência de que os dados brasileiros apresentem piora no cenário a partir de 2015.

Apenas de passagem, é válido destacar que, não coincidentemente, na maioria dos países latino-americanos existem os chamados Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades; de acordo com Badillo-Flores (2023), eles são criados em praticamente todos os países latino-americanos a partir dos anos 2000 com o objetivo de reduzir a pobreza a curto prazo e, potencialmente, reduzi-la a nível intergeracional ao promover uma melhora do “capital humano”. Tal é o caso tanto dos programas assistenciais no México e no Brasil, que incluem diversas condicionalidades para a manutenção dos benefícios (educativas, salutareis, nutricionais e, no caso mexicano, vinculativas). No período aqui tratado (2013-2016), o valor do benefício médio Bolsa Família (no caso brasileiro) passou de 152,75 reais em agosto de 2013 para 182,62 reais em agosto de 2016; isto significa que, em média, cada família atendida recebia em torno de 22% de um salário mínimo como benefício por parte do programa em agosto de 2013, e 20% do mesmo em agosto de 2016. Ademais, o total de benefícios básicos oscilou com leve declínio próximo a 12,5 milhões de reais durante este período, tendo cada família em torno de 3,5 pessoas (SENARC, 2025).

O caso mexicano, apenas para efeito de comparação, apesar da substituição de diferentes programas ao longo do tempo, condiz à época com o exemplo brasileiro, aumentando porém o número de condicionalidades que, em tese, significam um maior incentivo à mudança de comportamento dos beneficiários em prol do desenvolvimento do “capital humano”: já no Progresa (que vigorou de 2002-2013) havia um aumento no benefício a cada grau de instrução do beneficiário, e bônus para jovens que completassem o ensino médio; também nem todo benefício era puramente monetário, por vezes havia a entrega direta de alimento (Badillo-Flores, 2023; Moraes, *et al*, 2018).

Escapa ao nosso escopo um esforço extensivo a respeito do tamanho preciso da responsabilidade por parte do Estado para a manutenção da reprodução da força de trabalho em cada país. Ademais, o enfoque em apenas aspectos parciais desta presença tende a apresentar algumas distorções — por exemplo, ainda que por vezes os benefícios dos programas sociais mexicanos correspondam a valores superiores aos brasileiros, trata-se de um país que não possui um sistema de saúde único e universal como o SUS, mas um modelo de seguro de saúde. O que nos interessa destacar aqui é que, enquanto o neodesenvolvimentismo (nos termos usados por Boito Jr.) mantém preocupações sociais expressas claramente em seus programas sociais, a incapacidade de ter impactos significativos na estrutura produtiva do país tende a se expressar numa piora do quadro geral da condição de vida da classe trabalhadora e, portanto, um processo de desenvolvimento ao menos comprometido (Boito Jr, 2012).

De acordo com Boito Jr. (2012), o capitalismo brasileiro é, via de regra, subordinado à participação das classes populares em algum grau. Durante o período populista, fora a população trabalhadora urbana que foi capaz de empurrar à frente a burguesia industrial e enfrentar a elite cafeeira e o capital estadunidense. As próprias crises políticas do período eram o resultado da tensão entre o movimento anti-industrializante da velha burguesia do café por um lado, e a população urbana em luta reivindicatória por outro.

Com a ditadura militar houve, por sua vez, como já indicado, a remoção da participação popular da política e um isolamento da burguesia nacional. Ainda que tenha mantido crescimento por um quinquênio, essa burguesia acabou constricta com a estagnação econômica nos anos 1980 e 1990. Além disso, frente ao movimento de abertura de capital resultante dos arroubos neoliberais, foi completamente incapaz de resistir. A retomada do crescimento econômico através de um programa de intervenção estatal foi posta em prática justamente por um partido sindical popular, o PT e sua estratégia permanente de frente ampla.

Ao passo que isso indicou a crescente imposição política da população, ao mesmo tempo é necessário construir políticas viáveis à acumulação de capital que fundamenta esse sistema. É possível compreender os governos petistas como os melhores coordenadores entre esses dois aspectos, e isto significa obviamente que o grosso dos sacrifícios é feito sobre a classe trabalhadora.

Seria possível questionar tal afirmação sob uma hipótese de que, apesar de que a condição geral da força de trabalho se deteriora — como apontado anteriormente, o que tem implicações diretas na capacidade de consumo interno do país —, de alguma forma se lograsse uma alteração na estrutura produtiva nacional que alterasse positivamente a posição relativa do país na divisão internacional do trabalho. Pois bem, é tendo isto em mente que é fundamental nesta discussão apresentar a composição e crescimento das exportações e importações, o que retrata a forma em que está estruturado o modo de produção da sociedade brasileira. O Brasil é reconhecidamente o país latino-americano onde o processo de industrialização se deu de forma mais acabada, mais integral; os dados a respeito das exportações e importações no período de 2013 a 2016, entretanto, de acordo com o World Integrated Trade Solution, são os seguintes:

TABELA 5. Brasil: exportações por grupo de produtos, 2013-2016 (em US\$ milhões e %)

Exportações Brasileiras	2013	2014	2015	2016
Totais	227,7 (100%)	216,4 (100%)	183,7 (100%)	177,1 (100%)
Matérias-primas	105,1 (45,2%)	101,2 (45,8%)	80,1 (42,9%)	73,1 (40,7%)
Bens Intermediários	60,2 (25,9%)	59,2 (26,8%)	53,9 (28,9%)	53,4 (29,7%)
Bens de Consumo	32,2 (13,8%)	28,2 (12,7%)	24,1 (12,9%)	24,4 (13,7%)
Bens de Capital	30,0 (12,9%)	27,4 (12,4%)	25,5 (13,6%)	26,0 (14,5%)

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS, 2025)

TABELA 6. Brasil: importações por grupo de produtos, 2013-2016 (em US\$ milhões e %)

Importações Brasileiras	2013	2014	2015	2016
Totais	252,2 (100%)	241,3 (100%)	180,4 (100%)	145,2 (100%)
Matérias-primas	29,4 (11,6%)	27,9 (11,6%)	17,3 (9,6%)	12,8 (8,8%)
Bens Intermediários	66,8 (26,4%)	65,9 (27,3%)	53,9 (29,9%)	46,4 (32,0%)
Bens de Consumo	70,5 (27,9%)	68,9 (28,4%)	48,1 (26,6%)	35,8 (24,6%)
Bens de Capital	85,4 (33,8%)	78,4 (32,6%)	60,9 (33,7%)	50,1 (34,5%)

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS, 2025)

Como se pode observar, as exportações e importações são declinantes em todo o período, o sendo de maneira significativa a partir de 2015. Dentre as exportações, em termos relativos, a queda mais significativa se dá claramente nas matérias-primas, passando de 45,23% do total das exportações em 2013 para 40,74% em 2016. Os demais grupos de produtos, ainda que apresentando queda, foram razoavelmente mais resilientes e cresceram em termos relativos. De toda forma, é possível afirmar que o cenário econômico do período 2013 a 2016 foi o de estagnação e crise da perspectiva de reestruturação produtiva, que em nenhum momento rompeu com o modelo primário-exportador. Ainda de acordo com o WITS (2025), durante todo este período, os cinco principais produtos exportados pelo Brasil foram soja, minério de ferro concentrado, petróleo, cana-de-açúcar e farelo de soja.

Uma questão que se deve apontar é que, enquanto a economia brasileira seja muito baseada na exportação de matérias primas, não é esse o caso da economia mexicana, em relação à qual apontamos também alguns dados. Em realidade, de acordo com o WITS (2025), 42% das exportações mexicanas são bens de capital e 25% são bens de consumo, ao passo que, no Brasil, como se pode ver acima, os bens de capital e de consumo têm apenas por volta de 13% cada. Apesar disto, tanto Brasil quanto México possuem mercados de trabalho com salários tão baixos (comparados com os custos das cestas básicas) que se torna difícil não apontar a dependência enquanto fator comum.

Ademais, os programas sociais encabeçados em ambos os países, ainda que possuindo efeitos práticos muito importantes, podem facilmente ser vistos como a socialização de uma parte dos salários não-pagos pelas empresas. No Brasil, de 2013 a 2016, enquanto o poder de compra do salário frente à cesta básica caiu, pode-se observar que o Bolsa Família aumentou. Desta forma, antes de ir na contramão do neoliberalismo, é possível afirmar, ainda que seja necessário um estudo mais largo, que as políticas sociais dos governos petistas operam em ótimo compasso com os interesses da acumulação imediata de capital, desonerando na prática as empresas de parte razoável do salário mínimo, levando em consideração o caráter regressivo dos impostos no país. Isto viabiliza a que a população se submeta à mais profunda superexploração às custas de um erário público que não será utilizado em reformas estruturais.

Enquanto os governos do PT foram capazes de feitos notáveis, como acabar com a fome, expandir em muito o número de Institutos Federais, o fortalecimento do BNDES, desenvolver subsídios sociais importantes como o Bolsa Família, a lei de cotas, alcançar níveis de crescimento econômico há muito perdidos, e promover uma política externa razoavelmente autônoma, não se pode falar, em termos de uma discussão a respeito do desenvolvimento, num projeto político capaz de reverter a tendência histórica à dependência. Antes, existe um reforço gradativamente maior da condição de dependência com a lenta, mas assegurada, privatização de terras e empresas públicas além das inúmeras concessões, isenções e incentivos tanto ao capital estrangeiro quanto ao setor agrário-exportador.

Trata-se de governos que, apesar de amplíssimas coalisões políticas para se manterem no poder, são incapazes de promover uma política de transformação estrutural. Ainda que de um momento de declínio da atividade econômica, os dados acima sobre as exportações apontam claramente que a década de governos petistas pouco foi capaz de afetar a pauta exportadora brasileira e, portanto, o arranjo econômico nacional. É digno de nota a não contestação ao modelo exportador, que atualmente se apresenta em sua forma mais bizarra, com grande parte do setor agrícola apoiando figuras reacionárias ou mesmo fascistas nacionais e estrangeiras. Ainda assim, os incentivos a este setor são incontestáveis e a esperança de sensibilização dos mesmos perdura no campo progressista.

Este capítulo buscou apontar certos limites do projeto novo-desenvolvimentista, identificado com os governos petistas em boa parte da crítica, enquanto alguns dados falam por si mesmos, e tendo em vista a caracterização histórica já feita e a argumentação (ou tentativa de) teórica apresentada pelos novo-desenvolvimentistas. O resultado prático não dá razões especiais para, além de reconhecer o caráter social do governo, admitir qualquer

possibilidade de superação da dependência e alcance do desenvolvimento dentro do marco de suas relações políticas, sociais e econômicas.

Considerações Finais

Este texto teve como preocupação a discussão a respeito do desenvolvimentismo e de sua variante, por vezes contraditória, chamada novo-desenvolvimentismo. O desenvolvimento não se trata de mera aquisição de tecnologia e fontes de financiamento, mas também da apropriação e produção própria de conhecimento técnico-científico, não apenas de matemático ou computacional, mas também, de forma fundamental, o econômico. A forma e aplicação cada vez mais qualitativa desse conhecimento expressa sua crescente complexificação; esta se dá pelo motivo de que se trata de uma transformação substancial dos paradigmas sociais em voga.

Ainda que o corpo teórico novo-desenvolvimentista não seja necessariamente de grande fama, as ideias promovidas são amplamente conhecidas e cada vez mais se apresentam como lugares-comuns em concepções progressistas. Elas se desenvolvem justamente num cenário onde a falta de perspectiva teórica aliada com certa incapacidade de proposição de alternativas políticas permite a existência de um corpo teórico profundamente transformista e/ou oportunista que retorna acriticamente à discussão sobre o desenvolvimento. Isto tende a tornar a ação política direta em movimento infrutífero, não apenas pela dificuldade real de promovê-la, mas também pela incapacidade de sua compreensão.

Os governos do PT foram capazes de alcançar inúmeras conquistas sociais e isto não pode ser negado, entretanto é necessário saber criticar um projeto incapaz de romper com as limitações estruturais justamente para mobilizar o debate político e, oportunamente, a política nesta direção. O neoliberalismo não é incompatível com algum crescimento econômico esporádico, mas o é em relação ao desenvolvimento. Algumas ações positivas por parte dos governos petistas, como sua política externa e educacional, podem ainda produzir frutos inesperados, entretanto, não é coincidente que sejam atacadas com o máximo esforço por forças não apenas ideologicamente liberais mas cada vez mais fascistas. Uma maior coesão política interna por parte do campo democrático é necessária para fazer frente a essas tendências contrarrevolucionárias que, como bem mostra o processo histórico, são representantes locais do capital internacional.

É um equívoco reproduzir uma concepção desenvolvimentista sem considerar a experiência histórica, é um equívoco pior ainda reproduzir o novo-desenvolvimentismo, que busca solucionar os problemas causados pela austeridade neoliberal com uma política de compromissos que garante a reprodução de toda a estrutura perniciosa que a acumulação de

capital impõe nacional e internacionalmente. Como se tentou apontar, o desenvolvimentismo já estava à época inserido numa posição teórica complicada pelo caráter ambíguo que assume a própria burguesia nacional “industrial” frente a uma perspectiva de industrialização; devido a isto, com o advento da ditadura militar e o aumento dos investimentos do capital estrangeiro esse debate se tornou basicamente defasado.

Há no pensamento progressista contemporâneo grande ansiedade em relação ao presente e ao futuro sob as mais diferentes perspectivas: econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais; em geral, pode-se dizer que a percepção de que “não há alternativa” continua a assombrar. Precisamente por causa disso se levantam perspectivas reformistas, transformistas, conformistas e oportunistas, que supostamente seriam a chave para alcançar o poder político, para barganhar por uma pena mais branda. A luta política deve ser travada necessariamente em todas essas instâncias e, de fato, por diferentes abordagens, mas é necessário compreender, e este texto aponta isto, que certas noções ideais carregadas dentro dos movimentos progressistas são completamente infundadas de um ponto de vista político-estratégico.

Abrir mão da teoria em nome do ecletismo ou de posições “fáceis” é um erro que a própria tradição política marxista indica; para além disto, sem uma orientação precisa corre-se o risco de desmoralização. A fase histórica atual do capitalismo se impõe como a mais viciosa e aberrante em gerações. Uma organização política de esquerda não pode se contentar em uma mobilização baseada na pura reação ao terror; é necessária uma estratégia e um projeto de sociedade próprio fundado em novas estruturas sociais, e não num projeto assistencialista de manutenção da ordem.

É claro que isto faz multiplicarem as dificuldades práticas. É exatamente por isto que propor a alternativa revolucionária não é mero ato voluntarista, mas fruto do trabalho científico teórico e prático. Essa alternativa revolucionária exige e impõe uma outra forma de sociabilidade, que, com certeza, impõe custos diferentes e é incompatível com o indivíduo utilitarista liberal atual que há de ser destruído em benefício do coletivo.

Este trabalho buscou clarificar a neblina que por vezes se aloja sobre o tema do desenvolvimento. Longe de a Teoria Marxista da Dependência ser uma teoria da inação, ela é uma teoria de transformação real das estruturas sociais, assim como a tradição marxista que a informa. Vários dos postulados novo-desenvolvimentistas são constatáveis aplicados à realidade enquanto incapazes de promover a transformação estrutural. O desenvolvimento econômico e social baseado no reformismo leva a situações que se provaram simplesmente

insustentáveis na prática. A sustentação de um edifício teórico sobre bases morais é apenas incorreta, independentemente da intencionalidade de seus propositores.

O novo-desenvolvimentismo só pode ser compreendido ideologicamente como a expressão resignada do pensamento econômico que tem o neoliberalismo enquanto horizonte de desenvolvimento; qualquer bom movimento teórico a respeito do tema do desenvolvimento no Brasil precisa levar em conta o processo histórico e rechaçar a posição mistificadora neoliberal. Acredita-se que esta pesquisa seja útil para incentivar e auxiliar próximos pesquisadores e pessoas de um modo geral que tenham interesse em compreender melhor os grandes limites e problemas que rondam a perspectiva novo-desenvolvimentista e a crítica que a Teoria Marxista da Dependência pode ajudar a tecer sobre eles.

As criticadas políticas neodesenvolvimentistas e o novo-desenvolvimentismo convergem na prática numa mesma direção. A transposição do modelo econômico à realidade passa necessariamente por determinações políticas e sociais estruturais e conjunturais que o informam, ainda que se mantenham dele traços fundamentais. Um projeto de desenvolvimento econômico não pode pretender solucionar interesses materiais de diferentes classes e frações através de postulados morais ou solidários. Ademais, no cenário contemporâneo, é cada vez mais impreciso traçar distinções entre frações produtivas e improdutivas do capital.

A coligação de forças instalada ao fim do período tratado neste texto empurra cada vez mais uma solução à direita de articulação entre os grandes setores produtivos do capital nacional, principalmente do agronegócio, e setores financeiros, reforçando seu caráter classista, e tendo como seus porta-vozes algumas das forças políticas e sociais mais reacionárias do período democrático. Torna-se então aparente que é preciso uma teorização, e uma política, que supere a agenda puramente conciliatória que se torna gradativamente mero artefato histórico. Se reafirma neste cenário que o desenvolvimento da condição dependente leva a cada vez maior dependência, e isto se expressa política e socialmente em posições cada vez mais agudas e contraditórias.

Referências Bibliográficas

AGENCIAGOV. Lula anuncia criação de 100 novos Institutos Federais que abrirão 140 mil vagas em cursos. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-d-e-institutos-federais-1>>. Acesso em: 07/01/2025.

AMARAL, Marisa Silva. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

AMARAL, Marisa S.; DUARTE, Pedro Henrique E. Superexploração da força de trabalho: uma proposta metodologica de análise. **Revista Serviço Social & Sociedade**, vol. 146(3), p.1-19, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/VMbkNtdpBxrtLRcpV8jhYgj/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 01/06/2025.

BADILLO-FLORES, P. Los programas de transferencias condicionadas en México: Progres, Oportunidades y Prospera (1997-2019). **Revista de Estudios Regionales Nueva Época**, vol 1, núm. 1., p.41-63, enero-junio 2023. Disponível em: <<http://www.elcolegiodehidalgo.edu.mx:81/index.php/revista/issue/view/1>>. Acesso em: 07/05/2025.

BAMBIRRA, Vânia. **A Revolução Cubana**: uma reinterpretação. Coimbra: Centelha, 1975.

BANXICO — Banco do México. **Salarios Mínimos**. Disponível em: <<https://www.banxico.org.mx/SieInternet/consultarDirectorioInternetAction.do?sector=10&accion=consultarCuadro&idCuadro=CL289&locale=es>>. Acesso em: 10/01/2025.

_____. **Tasa de Desempleo y Tasa de Informalidad**. Disponível em: <<https://www.banxico.org.mx/TablasWeb/informes-trimestrales/julio-septiembre-2021/8B802B2F-2B86-4CF4-A5E3-1BF7C442B18D.html>>. Acesso em: 10/01/2025.

BICHIR, Máira Machado. **Aportes de Ruy Mauro Marini ao Debate sobre o Estado nos Países Dependentes**. Caderno CRH, Salvador, v. 31, n. 84, p. 535-553, Set./Dez. 2018

BLS — Bureau of Labor Statistics. **Consumer Expenditures in 2016**. Disponível em: <<https://www.bls.gov/opub/reports/consumer-expenditures/2016/home.htm>>. Acesso em: 10/01/2025.

BOITO Jr. Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ad557a4b-9188-43d1-9eb7-73580a017d6d/content>> Acesso em: 05/07/2025.

BOITO Jr. Armando. BERRINGUER, Tatiana. Brasil: Classes sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. V. 21, Nº 47, Setembro 2013, **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013

BORON, Atilio Alberto. Duro de matar. El mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina Problemas del Desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economía**, vol. 38, núm. 151, octubre-diciembre, 2007, p.197-215 Distrito Federal, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 3 (87), p.533-562, julho-setembro, 2002

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34. 5ª edição, 2003.

_____. “Novo-desenvolvimentismo”. In: **Folha de São Paulo**, 19/09/2004. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>>. Acesso em: 15/01/2025.

_____. The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. 2017

_____. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, 32(92), 17-29, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/146435>>. Acesso em: 17/01/2025.

_____. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Política**, vol. 42, nº 2, p.503-531, abril-junho, 2022.

_____. **O nacional-populismo veio para ficar**. Insight Inteligência, ed.105, junho, 2024. Disponível em: <<https://bresserpereira.org.br/index.php/short-texts/12866-o-nacional-populismo-veio-para-ficar>>. Acesso em: 18/01/2025.

_____. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4, p.638-646, outubro-dezembro, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frentes e Grupos Parlamentares**. 2025. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares>>.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: LEMA, 2010.

CENSUS — United States Census Bureau. **The Supplemental Poverty Measure: 2014**. Disponível em: <<https://www.census.gov/library/publications/2015/demo/p60-254.html>>. Acesso em: 10/01/2025.

_____. **The Supplemental Poverty Measure: 2016**. Disponível em: <<https://www.census.gov/library/publications/2017/demo/p60-261.html>>. Acesso em: 10/01/2025.

CONEVAL — Consejo Nacional de la Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Contenido y valor de las Líneas de Pobreza por Ingresos 1992-2021**. Disponível em:

<<https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Lineas-de-bienestar-y-canasta-basica.aspx/1000>>. Acesso em: 10/01/2025.

_____. **Medición de la pobreza, Estados Unidos Mexicanos, serie 2008-2018.** Disponível em: <<https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza-2018.aspx>>. Acesso em: 11/01/2025.

COX, Robert. Gramsci, Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. **Millenium: Journal of International Studies**, vol.10, No.2. 1981. p.126-155.

DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso 2023.** 2023. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=download.send&id=1086&catid=82&m=0>>. Acesso em 20/03/2025.

DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202411.html>> Acesso em: 07/01/2025.

FPA — Frente Parlamentar da Agropecuária. 2025. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/>>.

FONSECA, P.C.D. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017. Rio de Janeiro: IBGE. 2017. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101459>>.

Acesso em: 11/01/2025.

_____. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2016. Rio de Janeiro: IBGE. 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298965>>.

Acesso em: 11/01/2025.

IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI : edição 1270. 2024. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1270.html>. Acesso em: 20/04/2025.

IPEADATA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 07/01/2025.

JAGUARIBE, Hélio. Atual problema do desenvolvimento brasileiro. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.20, n.3, p.38-46, julho-setembro, 2006.

_____. **Estudos Filosóficos e Políticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/colecao-helio-jaguaribe.pdf>>.

_____. **Brasil, Mundo e Homem na Atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023.

JULIÃO, T. S. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Monções**: Revista De Relações Internacionais Da UFGD, 1(1), 2012. p.13–48. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/2073>>.

KASSAB, Álvaro. **Entrevista**: Jaguaribe revê a história, fala do presente e projeta o futuro. Campinas: Jornal da Unicamp. ed.256, 21-27 junho de 2004. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju256.html>. Acesso em: 09/01/2025.

KURZ, Robert. **Poder Mundial e Dinheiro Mundial**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta (Org.); STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p.167-216.

_____. Sobre a Dialética da dependência. 1973b. In: TRASPADINI, Roberta (Org.); STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p.217-232.

_____. Desenvolvimento e Dependência. 1992. In: TRASPADINI, Roberta (Org.); STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p.261-265.

_____. Processos e tendências da globalização capitalista. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de ruy mauro marini**. 1ª Edição. Petrópolis:Editora Vozes, 2000. p.269-295.

_____. **A Crise do Desenvolvimentismo**. 1994. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1994/mes/90.htm>>. Acesso em: 20/07/2025.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência problemas e categorias: Uma visão histórica**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 2ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

MIRANDA, Flávio. Para uma crítica do caráter voluntarista da teoria econômica heterodoxa. In: XXX Encontro de Economia Política, 2025. **Trabalhos Aprovados**, I. Sessões Ordinárias, 2025. Disponível em: <https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados>. Acesso em: 28/08/2025.

MOLLO, Maria L. R.; FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 2 (131), p.222-239, abril-junho, 2013.

MORAES, Verena D.; PITTHAN, Rachel G.V.; MACHADO, Cristiani V. Programas de Transferência de Renda com Condicionais: Brasil e México em perspectiva comparada. **Revista Saúde em Debate**, vol. 42, n. 117, p.364-381, abril-junho, 2018.

MOTA, Vinícius. Jaguaribe propõe novo projeto de desenvolvimentismo. In: **Folha de São Paulo**, 03/08/2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0308200306.htm>>. Acesso em: 15/01/2025.

OSÓRIO, J. Estado, **Reproducción del Capital y Lucha de Clases**: La unidad económico/política del capital. 1ª Edição. Coyoacán: UNAM, 2014.

_____. **O Estado no Centro da Mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2019

OURIQUES, Nildo. **La crisis del neodesarrollismo y la teoría marxista de la dependencia**. México. Revista Argumentos. 2013

PAULANI, Leda Maria. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial**: uma reflexão sobre o papel do Estado e sobre a situação atual à luz da história. 2012. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/Leda-PAULANI.pdf>>. Acesso em: 01/06/2025.

_____. **Não há saída sem a reversão da financeirização**. in: Estudos Avançados, 2017

PAULANI, Leda Maria; BRUNO, Miguel. Developmentalist policies in financialized economies: contradictions and impasses of the Brazilian case. In: **Brazilian Journal of Political Economy**, Vol. 44, nº2, p.215-240, Abril-Junho 2024.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The Making Of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire**. Londres: Verso Books, 2013.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria Marxista da Dependência Revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: LEMA, 2010.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Perfil da Indústria Brasileira: Mercado de Trabalho**. 2025. Disponível em: <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/mercado-trabalho/#/industria-total>>. Acesso em: 20/04/2025

ROSTOW, Walt Whitman. **Las etapas del crecimiento económico, un manifiesto no comunista**. México: FCE, 1974.

SANTOS, Theotônio dos. (1970). The Structure of Dependence. In: **American Economic Review**. Nova Iorque, vol. 60, no.2, p.231-236, maio, 1970.

_____. **O Desenvolvimento Latino-americano: Passado, Presente e Futuro**. Uma homenagem a André Gunder Frank. 1996. Disponível em: <<https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>>. Acesso em: 20/07/2025.

SENARC — Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>. Acesso em: 01/07/2025.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimento?. In: **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), p.507-524 outubro-dezembro, 2007.

SMILEY, Gene. **US Economy in the 1920s**. EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. June 29, 2004. Disponível em: <<https://eh.net/encyclopedia/the-u-s-economy-in-the-1920s/>>. Acesso em: 20/07/2025.

_____. Recent Unemployment Rate Estimates for the 1920s and 1930s. In: **The Journal of Economic History**, Vol. 43, No. 2, Jun., 1983, p.487-493.

USDA — United States Department of Agriculture. **U.S. Food Imports Data**. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/us-food-imports>>. Acesso em: 12/01/2025.

VALENCIA, A.S. **Teoría de la dependencia**. Una revalorización del pensamiento de Marini para el Siglo XXI. 2018. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/236989.pdf>>.

_____. Entrevista a Ruy Mauro Marini: Las perspectivas de la teoría de la dependencia en la década de los noventa. **Estudios Latinoamericanos**, 5(9), 1990. p.49-58.

_____. **Dependencia e neodependencia no século XXI**. in: Revista Reoriente. 2023.

WITS — World Integrated Trade Solution. **Brazil Trade Summary**. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/Year/2022/Summary>>. Acesso em: 08/01/2025.

_____. **Mexico Trade Summary**. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/MEX/Year/LTST/Summary>>. Acesso em: 08/07/2025.

World Bank. **Gini Index (World Bank estimate)**. Disponível em:
<<https://genderdata.worldbank.org/en/indicator/si-pov-gini?view=bar>> Acesso em:
05/01/2025.